



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO

TAÍS DE ANDRADE LOPES

**A CONDENAÇÃO MUDIÁTICA: A COBERTURA JORNALÍSTICA DA
REVISTA VEJA SOBRE O CASO ELIZA SAMUDIO**

FORTALEZA

2014

TAÍS DE ANDRADE LOPES

A CONDENAÇÃO MUDIÁTICA: A COBERTURA JORNALÍSTICA DA REVISTA VEJA
SOBRE O CASO ELIZA SAMUDIO

Monografia apresentada ao curso de
Comunicação Social – Jornalismo do Instituto de
Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Comunicação Social, habilitação
em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Paulo Jamil
Almeida Marques

FORTALEZA

2014

TAÍS DE ANDRADE LOPES

A CONDENAÇÃO MIDIÁTICA: A COBERTURA JORNALÍSTICA DA REVISTA VEJA
SOBRE O CASO ELIZA SAMUDIO

Monografia apresentada ao curso de
Comunicação Social – Jornalismo do Instituto
de Cultura e Arte da Universidade Federal do
Ceará, como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Comunicação Social,
habilitação em Jornalismo.

Aprovada em __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Paulo Jamil Almeida Marques (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Ms. Ismael Pordeus Bezerra Furtado
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco Gilmar Cavalcante de Carvalho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Jamil Marques, pelas correções, sugestões de bibliografia e discussões que muito contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu pai, Hudson, pois além do incentivo aos meus estudos, colaborou com a leitura e revisão dos capítulos.

À minha mãe, Vânia, pelo apoio e incentivo constantes.

Aos amigos e familiares por me ajudarem, estando sempre presentes ao longo de minha trajetória.

Ao Grupo de Pesquisa em Política e Novas Tecnologias (PONTE), pelas discussões que permitiram uma maior reflexão sobre o papel do jornalismo, facilitando, desse modo, a realização desta pesquisa.

Enfim, agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuíram com a minha formação.

RESUMO

Este trabalho visa compreender o modo pelo qual o Caso Eliza Samudio foi divulgado na Revista *Veja*, semanal de maior circulação no país. As cinco reportagens sobre o episódio, publicadas pelo periódico, foram analisadas, buscando-se identificar se houve ou não, por patê desse veículo de informação, uma condenação precipitada dos acusados pelo crime. Ao acompanhar a história da Imprensa brasileira, percebe-se que o jornalismo foi se consolidando, ao longo do século XX, como uma indústria, objetivando não apenas informar a população sobre os conteúdos de interesse público, mas, também, lucrar através da venda do “produto notícia”. Devido a isso, algumas estratégias, como o sensacionalismo e o uso de elementos próprios da narrativa fictícia, foram incorporadas à construção do texto midiático, transformando os acontecimentos em verdadeiros espetáculos para atrair um maior número de consumidores. Porém, em alguns casos, quando não há um compromisso com a ética profissional, a cobertura pode acabar colocando em risco direitos fundamentais do indivíduo, algo percebido frequentemente em notícias sobre atos criminosos. Assim, para investigar os elementos utilizados na constituição das matérias elaboradas pela revista *Veja*, foi aplicado o método de análise de conteúdo, desmembrando, inicialmente, cada uma das reportagens em trechos, para, em seguida, analisá-los através de três categorias: Ética, Sensacionalismo e Espetáculo. Desse modo, foi possível identificar, na parte referente à Ética, trechos que apresentam desrespeito a alguns dos direitos fundamentais do cidadão, como o direito à privacidade, à imagem e à presunção de inocência. No Sensacionalismo, percebeu-se a presença de elementos capazes de escandalizar ainda mais o leitor com o acontecimento. Já na seção sobre o Espetáculo, foram verificados aspectos relacionados à construção do perfil dos envolvidos no caso, apontando-se, ainda, as possíveis causas e consequências da ação por eles praticada. Percebe-se, a partir disto, a existência de algumas características suscetíveis de indicar a culpa dos suspeitos, desde as primeiras reportagens publicadas sobre o episódio em questão.

Palavras-chave: Caso Eliza Samudio; Revista *Veja*; Ética; Jornalismo; Espetáculo.

ABSTRACT

This work has the purpose to investigate the way by which Eliza Samudio's case was published in *Veja* Newsmagazine, one of the main Brazilian weekly magazine that is widely read in the country. The five reports about the case, published by the periodic, were fully analyzed, in order to discover if there was or there was not a precipitated condemnation of the defendants by this information mean. By studying the history of the Brazilian Press, it can realized that the journalism was being consolidating itself, more and more, as an industry, aiming not only to inform the population about the contents of public interest, but also to obtain profit through the selling of "news product". Because of that, some strategies, such as sensationalism and the use of specific elements of the fictional narrative, were incorporated to the construction of the media text, turning the events into real spectacles aiming to attract most number of consumers. However, in some cases, whenever there is not a compromise of the professional ethic, these resources may harm fundamental human rights, something that is frequently realized in news about criminal acts. Thus, in order to investigate the examined elements in the constitution in the matters made by *Veja* magazine, it was applied the content analytic method, initially dividing each one of the reports in small pieces in order to further analyze them through categories as followed: Ethic, Sensationalism and Spectacle. By this way, it was possible to identify, in the part about Ethic, texts that show disrespect to some of the fundamental human rights such as those ones of privacy, image and the innocence presumption. In Sensationalism, it was realized the presence of elements able to scandalize the reader even more with the happening. In the section about Spectacle, some aspects were verified specially those ones that had the goal to draw a negative or positive profile of those involved in the case, indicating also possible causes and consequences of the action. It can be seen, with that, the presence of some characteristics that may put the blame on the suspects, since the first reports published about the criminal episode.

Key-words: Eliza Samudio's Case; *Veja* News Magazine; Ethic; Journalism; Spectacle

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. O JORNALISMO DE REVISTA NO BRASIL.....	11
1.1. A Imprensa no Brasil	12
1.1.1. A Imprensa nos tempos de Império	12
1.1.2. A Imprensa no período republicano	15
1.2. O jornalismo brasileiro em revista.....	21
1.3. A revista Veja	26
2. ÉTICA NO JORNALISMO: PRINCÍPIOS E CASOS BRASILEIROS	31
2.1. Ética no Jornalismo	32
2.2. Crimes, julgamento e espetáculo	38
2.3. A divulgação de crimes nas revistas nacionais	45
3. ANÁLISE EMPÍRICA DO CASO ELIZA SAMUDIO	51
3.1. Caso Eliza Samudio	51
3.2. Análise de Conteúdo	53
3.3. Análise das reportagens: o caso Eliza Samudio sob a perspectiva da Veja	58
3.3.1. Reportagem 07 de Julho de 2010	58
3.3.2. Reportagem 14 de Julho de 2010	70
3.3.3. Reportagem 11 de Julho de 2012	83
3.3.4. Reportagem 24 de Novembro de 2012	98
3.3.5. Reportagem 24 de Abril de 2013.....	102
4. DISCUSSÕES SOBRE O CONTEÚDO ANALISADO.....	108
4.1. Ética nos reportagens	108
4.2. Sensacionalismo nas reportagens	118
4.3. O espetáculo na construção das reportagens.....	121
CONCLUSÕES.....	126
REFERÊNCIAS.....	130

INTRODUÇÃO

Esta monografia visa discutir o modo como o jornalismo divulga episódios de crime, tendo como objeto de análise a cobertura do *Caso Eliza Samudio* na revista semanal *Veja*. A prática jornalística é consolidada diante o público a partir da utilização de determinados princípios, que garantem legitimidade aos textos divulgados em jornais e revistas. Embora existam, nos periódicos, editoriais, colunas e matérias assinadas, nos quais a opinião da empresa e do jornalista fica clara ao leitor, o ideal de imparcialidade costuma ser comum nas notícias e reportagens realizadas pela mídia (BUCCI, 2000). A crença no confronto entre várias fontes e pontos de vistas, a verdade, o uso de técnicas próprias da escrita no jornalismo, como o *lead* e a pirâmide invertida: tudo parece convergir, geralmente, a uma ideia de representação fiel dos fatos pelos meios de comunicação. Desse modo, o conteúdo produzido pela Imprensa é, em diversas situações, recebido como uma “autoridade de fala”, algo capaz de representar os acontecimentos exatamente do modo como ocorreram.

Os textos jornalísticos podem ser, em muitos casos, acompanhados pelo público como um “espelho” da realidade, nos quais não existem distorções ou juízos de valor a respeito de cada fato. A escrita em terceira pessoa, prática comum na elaboração de notícias e reportagens, juntamente às outras técnicas, permite a retirada de parte da responsabilidade dos jornalistas, transmitindo a ilusão de não ser o repórter quem escreve, mas sim a própria realidade espelhada por ele (BARROS FILHO, 1995; MOTTA, 2007). Porém, ao elaborar um conteúdo jornalístico, sabe-se que é feito um “recorte” do acontecimento como um todo e, muitas vezes, o episódio é divulgado seguindo uma determinada orientação, sendo retratado do modo mais adequado para os interesses da empresa midiática (BOURDIEU, 1997; SODRÉ, 2009).

Alguns aspectos, que podem parecer simples e sem intenção alguma aos olhos do leitor, constituem-se, na verdade, como escolhas realizadas pelo jornalista, de acordo com o direcionamento pretendido àquele fato. As palavras utilizadas, a ordem dos acontecimentos, as fontes apresentadas, o maior destaque dado a determinadas situações (elementos muitas vezes não percebidos pelo público) podem ter uma grande influência no sentido final de cada matéria (MEDINA, 1988).

Assim, compreende-se a importância de examinar a questão da ética nos meios de comunicação, pois esse assunto é essencial à compreensão de que todos os recursos utilizados podem influenciar os indivíduos a perceberem a notícia como se fosse uma representação fiel

da realidade, ignorando a possibilidade de haver um direcionamento da matéria por parte da empresa jornalística e assumindo como correta a visão que esta apresenta sobre os fatos. Nesses casos, a crença no uso de determinadas práticas e valores pode impedir o acontecimento de ser visto como uma narrativa construída pelo veículo midiático, passando a considerar como neutra a linguagem utilizada, apesar dessa neutralidade total ser impossível de atingir (BARROS, 2003; CHARAUDEAU, 2012),

A questão do sensacionalismo também é abordada neste trabalho, visto que se mostra contrária aos princípios éticos da Imprensa, afastando ainda mais a narrativa jornalística do ideal de imparcialidade. O fato de se tratar de conteúdos produzidos por uma empresa midiática também tem forte influência na construção do acontecimento, pois as instituições de comunicação tendem a formular, em alguns casos, narrativas dramáticas, sensacionalistas, com a finalidade de tornar o “produto notícia” mais atrativo ao público, superando os veículos concorrentes. As fotografias também podem ser apresentadas com enfoque sensacionalista, sendo muitos elementos utilizados para suscitar sensações de raiva, medo e compaixão no público, transformando a vida cotidiana em um espetáculo que deve ser observado (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995; ARBEX JÚNIOR, 2005).

Esses aspectos são comumente observados em matérias sobre criminalidade, assunto que já traz em si uma grande carga dramática. Diante dessa perspectiva, os crimes figuram entre os temas preferidos pelos meios de comunicação que, em muitos casos, apontam detalhes da cena criminoso e exageram na descrição dos estados comportamentais e psicológicos dos envolvidos, recebendo um destaque ainda maior quando envolvem famosos ou ações imprevisíveis. Algumas instituições de comunicação visam também identificar as causas e consequências de cada episódio (PENEDO, 2003; BERNARDES, 2010).

Diante dessa perspectiva, buscou-se analisar o modo como a *Veja*, revista semanal de maior circulação no país, abordou o *Caso Eliza Samudio*, episódio envolvendo o ex-goleiro do Flamengo, Bruno Fernandes, em que este foi acusado pelo desaparecimento, ocorrido no ano de 2010, da modelo Eliza Samudio, com a qual tem um filho. Responsável pela publicação de assuntos diversos, *Veja* foi um periódico que divulgou o acontecimento desde as primeiras denúncias, iniciadas em junho de 2010, até o julgamento, ocorrido em 2013, tendo o caso aparecido em seções variadas, recebendo também o espaço das grandes reportagens.

Por meio dessas questões sobre ética, sensacionalismo e espetáculo, este trabalho é desenvolvido principalmente a partir do seguinte questionamento: De que forma a revista *Veja* divulgou o *Caso Eliza Samudio* e construiu as imagens da vítima e dos acusados?

Dividida em quatro capítulos, a presente monografia é estruturada da seguinte forma: O primeiro Capítulo pretende contextualizar a história da Imprensa no Brasil, utilizando autores como Ana Luiza Martins e Cremilda Medina (1988), Nelson Werneck Sodré (1999) e Tania Regina de Luca (2008). Inicialmente, a prática jornalística foi discutida, desde seus primórdios até os dias atuais, compreendendo a importância do jornalismo para os fatos vivenciados em cada contexto, apontando também as progressivas mudanças que foram transformando a produção de matérias noticiosas, antes considerada algo artesanal, em atividade mercadológica. Depois, foi realizado um panorama da história das revistas no Brasil, enfatizando a Editora Abril, empresa de papel relevante para as alterações ocorridas nessa área e responsável pela revista *Veja*, objeto de estudo deste trabalho, que também teve sua história apresentada nessa primeira parte da monografia.

O segundo Capítulo visa discutir os princípios éticos e as temáticas que regem a prática jornalística, com base em autores como Eugênio Bucci (2000), Henri Leclerc e Jean-Marc Théolleyre (2007) e Renata Pasqualini (2009). Crimes de grande repercussão na mídia foram apresentados, buscando debater sobre a relevância dada a esses fatos nos meios de comunicação. Depois, foi discutida a questão do julgamento precipitado, do sensacionalismo e do espetáculo que, muitas vezes, envolvem a divulgação desses episódios, sendo apontada, também, a publicação dos acontecimentos criminosos nas revistas brasileiras.

No terceiro Capítulo, busca-se apresentar o *Caso Eliza Samudio*, descrevendo os principais episódios, bem como os envolvidos nessa investigação, que recebeu um enorme destaque na maioria dos meios de comunicação do país. Utiliza-se o método de análise de conteúdo para estudar o material que é objeto de pesquisa deste trabalho, sendo realizada a análise de cinco reportagens publicadas na revista *Veja* sobre esse episódio, visando compreender a forma como ocorreu a construção das imagens dos acusados, da vítima e do próprio acontecimento como um todo. As matérias analisadas foram escolhidas, identificando-se todas as citações referentes ao termo “Eliza Samudio” no Acervo Digital da *Veja*, no período entre junho de 2010 e abril de 2013, selecionando, para investigação, todos os textos do gênero “reportagem” publicados pela revista, durante esse período, sobre o caso que envolveu o ex-goleiro Bruno Fernandes.

O quarto Capítulo apresenta os resultados obtidos com a análise do material investigado, realizando um diálogo entre os dados adquiridos e os demais temas desenvolvidos nesta monografia, que foram a ética, o sensacionalismo e o espetáculo. No final, são relatadas as conclusões sobre a pesquisa.

A escolha por desenvolver este trabalho ocorreu devido ao interesse de estudar o modo como os acontecimentos são construídos pelos meios de comunicação, já que isso pode ter uma enorme influência na forma como o público percebe cada fato, podendo também alterar o desfecho dos episódios. A temática “criminalidade” foi selecionada por ser algo frequente na mídia, apresentada, muitas vezes, com tons sensacionalistas para atrair os leitores. Buscou-se trabalhar com o *Caso Eliza Samudio* e com a revista *Veja*, pois o primeiro teve uma grande repercussão midiática e a segunda é a revista semanal de maior circulação no país.

1. O JORNALISMO DE REVISTA NO BRASIL

O presente capítulo tem como objetivo traçar uma breve cronologia da Imprensa no Brasil, desde seu nascimento, quando o país ainda era colônia de Portugal, até os dias atuais, em que a mesma ganhou uma nova configuração, tendo a Internet como mais um instrumento de transmissão de informações.

A importância de se conhecer a história da Imprensa brasileira deve-se ao fato de que as ideias se diferenciam e evoluem ao longo do tempo; novos conceitos e gramáticas são apreendidos e aprendidos pelas diversas camadas da sociedade, e a forma de se transmitir notícias deve alinhar-se com o grau de desenvolvimento cultural, social e econômico de cada contexto, em certo período histórico. Assim, no Brasil colônia, predominava uma sociedade extremamente patriarcal em que uma seleta classe dominante tinha seus interesses se sobrepondo àqueles da grande maioria analfabeta e inculta e, principalmente, sem acesso aos meios de comunicação, que somente viriam a se consolidar no país com a vinda da Família Real Portuguesa (SODRÉ, 1999).

Com o nascimento da República, houve diferentes momentos políticos; a democracia, com relativa liberdade de Imprensa, alternava-se com momentos de censura, impedindo os meios de comunicação de circularem livremente; hoje, pode-se afirmar que o Brasil segue a tendência mundial em que a Globalização, processo caracterizado por uma maior interligação econômica e cultural entre os países, favorecida pelo avanço tecnológico, facilitou o acesso à informação, ao conhecimento (LACERDA, 2004).

A Globalização, principalmente por meio da Internet, não diminuiu, no entanto, a importância que os jornais e revistas têm no contexto da Imprensa no Brasil. Na verdade, veio complementar e possibilitar ainda mais o acesso aos conteúdos.

As revistas, que foram evoluindo ao longo do tempo, como instrumento de comunicação, foram aprimoradas por personalidades como Assis Chateaubriand, Victor Civita e Roberto Marinho, dentre outros que, por meio de publicações como *Manchete* e *Veja*, marcaram a história da Imprensa no Brasil. Muitas delas ainda são amplamente publicadas e utilizadas como transmissoras de notícias, mesmo que seguindo diferentes linhas de pensamento, tendências e posicionamentos em relação a fatos que marcaram e marcam a vida da sociedade brasileira em seus diferentes aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais.

A revista *Veja*, da Editora Abril, provavelmente a mais conhecida do público brasileiro, e que é foco deste trabalho, tem a sua cronologia apresentada nesse primeiro capítulo,

buscando-se compreender sua evolução e tendências, desde o ano em que foi lançada até os dias atuais.

1.1. A Imprensa no Brasil

1.1.1. Imprensa nos tempos de Império

Marcada por um atraso em sua instalação, quando comparada à circulação de periódicos em outras nações ibero-americanas, a tipografia que serviu de base para a construção da Imprensa brasileira chegou oficialmente ao país no ano de 1808, trazida com a mudança da Corte portuguesa para a colônia, em virtude da iminência da invasão das tropas napoleônicas à Península Ibérica. Foi inaugurada a Impressão Régia, considerada como a primeira editora a funcionar em terras brasileiras.

O isolamento português com a presença francesa em seu território europeu fez com que o governo investisse na criação de fábrica de ferro, pólvora, vidro na colônia americana. Também havia a necessidade de se fazer imprimir os atos do governo e de divulgar notícias interessantes à Coroa. Daí ter-se implantado aqui também, logo após a chegada do rei, a Imprensa (LUSTOSA, 2003, p. 8-9).

Porém, o primeiro jornal brasileiro, segundo a historiografia oficial, não foi publicado no Brasil, mas sim em Londres, por iniciativa de José Hipólito da Costa Furtado de Mendonça, que havia se refugiado na Inglaterra após fugir da prisão em Portugal, no ano de 1815 (LUSTOSA, 2003). Foi em território inglês, local marcado por uma monarquia constitucional e Imprensa livre, que Hipólito da Costa lançou o *Correio Braziliense*, jornal que fazia oposição ao governo e que circulou entre 1808 e 1822, contra o monopólio de Portugal sobre o Brasil. Favorável à monarquia constitucional e à substituição lenta do trabalho escravo pelo trabalho livre, o *Correio* tinha aspecto mais semelhante a um livro, “era brochura de mais de cem páginas, geralmente 140, de capa azul escuro, mensal, doutrinário muito mais do que informativo, preço muito mais alto” (SODRÉ, 1999, p. 22).

Já em território brasileiro, o primeiro jornal oficialmente impresso, através da Impressão Régia, foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, lançada três meses após o *Correio Braziliense*. Tal periódico surgiu para defender os interesses da Corte (BARBOSA, 2007) e teve como primeiro redator frei Tibúrcio da Rocha. Não se diferenciava do jornal de Hipólito apenas na questão da orientação de conteúdo, mas também no formato. “A *Gazeta* era embrião de jornal, com periodicidade curta, intenção informativa mais do que doutrinária,

formato peculiar aos órgãos impressos do tempo, poucas folhas, preço baixo” (SODRÉ, 1999, p. 22).

O período de permanência da Corte portuguesa no Brasil foi marcado, também, pela censura aos materiais publicados. A Imprensa brasileira já nasceu acompanhada por uma comissão responsável por censurar as páginas produzidas. Nomeada por D. João VI, constituída por homens de confiança da Corte, a comissão “ganhou a missão de controlar todos os escritos com potencial de publicação e, se necessário, eliminá-los, garantindo a integridade e a moral de todos, da corte e da igreja, que poderiam ser afetados” (OLIVEIRA, 2012).

Antes mesmo de 1808, já existiam restrições às tentativas de instalar tipografias e publicar impressos no país. Em 1706, por exemplo, um impressor de Recife, cujo nome é desconhecido pela História, através de Carta Régia, ficou impedido de imprimir qualquer livro ou papel em território brasileiro. (SODRÉ, 1999).

Os jornais contrários à Corte e a seus princípios eram proibidos de circular no território brasileiro. O próprio *Correio Braziliense* sofreu com a censura e, em 1811, impedido de circular no país (SODRÉ, 1999). Outros jornais começaram a ser impressos no Brasil, com a finalidade de defender os interesses da família real, como foi o caso da *Idade de Ouro do Brasil* (1811), de *Variedades* ou *Ensaio de Literatura* (1812) e de *O Patriota* (1813).

(...) apareciam folhas que tinham o bafejo oficial e que pretendiam neutralizar os efeitos da leitura do material contrabandeado. O absolutismo luso precisava agora defender-se. E realizou a sua defesa em tentativas sucessivas de periódicos, senão numerosas pelo menos variadas (SODRÉ, 1999, p. 29).

Marcados pelo estilo artesanal e panfletário, os jornais desse período apresentavam opiniões divergentes sobre a volta ou não da Corte portuguesa para Portugal, tendo um papel relevante no processo de decisão sobre a Independência do país. “Mas, se vários jornais defendiam a Independência, outros procuravam combatê-la. Nesse período, a Imprensa se caracteriza por ser excessivamente doutrinária, relegando a informação para segundo plano” (LOPES, 2008).

O primeiro jornal informativo existente no Brasil surge, porém, durante essa época, em 1821. Era o *Diário do Rio de Janeiro*. O jornal, criado e redigido inicialmente pelo português Zeferino Vitor de Meireles, tinha circulação diária e existiu até o ano de 1878.

Do ponto de vista da Imprensa, como a entendemos hoje, foi precursor originalíssimo, e teve todas as características dos jornais de informação. Do ponto de vista político, entretanto, em nada alterou o quadro. Se não fez o aulicismo da fase anterior, em vias de ser rompido, não realizou também nada em contrário (SODRÉ, 1999, p. 51).

Assim, o *Diário do Rio de Janeiro* apresentava os acontecimentos locais, divulgando também anúncios. Informava ao público sobre os crimes ocorridos, como furtos e assassinatos, destacando também os espetáculos, as reclamações, aluguéis, denúncias de escravos fugidos, entre outros assuntos que ocupavam o cotidiano da época (SODRÉ, 1999).

Com a Independência, a Imprensa não viveu a esperada liberdade para realização de seus trabalhos. Nesse período, ocorreu o fechamento de diversos periódicos. Também com a Constituição de 1824, a repressão era refletida nos impressos, sendo considerado crime tudo aquilo contrário ao imperador (SODRÉ, 1999).

Vários jornalistas foram punidos, devido à oposição ao Imperador. Entre eles, destaca-se o autor do primeiro jornal republicano do país, Cipriano Barata, criador das *Sentinelas da Liberdade*. “Preso em várias oportunidades por desafiar e denunciar as mazelas do regime, na medida em que mudava de prisão, Barata soltava um novo jornal. Assim, criava o jornalismo do cárcere” (LOPES, 2008).

A liberdade de Imprensa começou a ser possibilitada em 1827, quando um decreto aboliu a censura. Porém, apesar dessa decisão, “As Falas do Trono, em 1829 e em 1830, reclamariam da Assembleia Legislativa medidas especiais contra a Imprensa. Era, agora, impossível contê-la, entretanto” (SODRÉ, 1999, p.84).

Os periódicos começaram a se alastrar pelo país, ganhando uma função de destaque no período da Regência (1831-1840), quando tiveram a finalidade, especialmente, de defender e divulgar as posições políticas de algum dos grupos que se estabeleceram naquela época. Houve a predominância de pasquins, jornais de poucas páginas que já circulavam desde os tempos da campanha para Independência. Eram com tamanho pequeno e linguagem ousada, artesanal, realizado por uma ou duas pessoas. “Nessa Imprensa embrionária, o jornalismo não era categoria profissional: qualquer indivíduo letrado que desejasse atuar na vida pública, fosse médico, clérigo, filósofo ou militar, encontrava relativa facilidade de rodar o seu pasquim” (MOREL, BARROS, 2003, p. 49).

É preciso ressaltar, porém, que alguns periódicos nos tempos de Império já seguiam um estilo noticioso e até mesmo mercantil, como era o caso do *Jornal de Anúncios* (1821), do *Diário de Pernambuco* (1825) e do *Jornal do Commercio* (1827). “Na verdade, não ocorre uma transformação repentina de uma Imprensa artesanal e política para a empresarial: trata-se

de uma mudança gradativa e não linear que se deu ao longo de todo o século XIX, durante o qual as duas características conviveram” (MARTINS, LUCA, 2008, p.41).

Com o golpe da Maioridade, em 1840, a monarquia foi restaurada no país e, embora a estrutura escravocrata tenha sido mantida, juntamente com um alto nível de analfabetismo, impedindo a imediata consolidação do jornal como comércio, a Imprensa vivenciou grandes mudanças nesse período, proporcionadas, especialmente, pelo aumento da produção de café. “Logo, à sombra do café e com a palavra liberada, tinha início o nosso Segundo “Império”, que foi o império do café, mas não só. Iniciava-se também o império da palavra impressa” (MARTINS, LUCA, 2008, p. 47). A implantação da ferrovia no Rio de Janeiro, em 1854, também teve um papel essencial, permitindo a circulação dos periódicos e o consequente o aumento de leitores e de produtores dos jornais em regiões afastadas das grandes cidades (MARTINS, LUCA, 2008).

A Imprensa vivenciou transformações técnicas, utilizando, por exemplo, zincografia, técnica realizada com lâmina de zinco, algo que proporcionava melhor qualidade às gravuras. Houve também o surgimento da fotografia em cores. Os jornais tinham o interesse em divulgar fatos relativos à Coroa, elaborando matérias que possuíam um elevado interesse público (MARTINS, LUCA, 2008). Em 1882, houve um assalto das joias do Palácio Real, fato divulgado por diversos jornais, como *O Mequetrefe*, a *Gazeta de Notícias* e a *Gazeta da Tarde*. “Era o prenúncio do sensacionalismo, que atraía leitores e vendia jornal, conforme se daria já nos primeiros anos de República” (MARTINS, LUCA, 2008, p. 63)

Nesse período, a Imprensa participou ativamente das campanhas pela República e pelo abolicionismo, debatendo diversos temas relacionados às condições sociais da época, como o racismo, a imigração e a identidade cultural do país. É nesse contexto que

A Imprensa transforma-se em empresa com todas as suas implicações. Marcada pela escravidão, era, ao mesmo tempo, espaço privilegiado não só da produção intelectual e debate político, mas de mão-de-obra assalariada e qualificada – e esta é uma de suas complexidades mais instigantes do século XIX brasileiro (MOREL, BARROS, 2003, p. 99).

1.1.2. A Imprensa no período republicano

Com a República instaurada, em 1889, a Imprensa brasileira conheceu um novo período de modernização e censura. A rápida urbanização tornou-se assunto de destaque nas páginas dos periódicos, ao lado da já explorada temática política. Foi sendo percebida a

transição dos pequenos jornais, de poucas páginas e técnicas simples, em empresas jornalísticas, equipadas de modo mais apropriado para a produção dos periódicos, com caráter primordialmente mercadológico. (SODRÉ, 1999, p. 275).

Desse modo, a Imprensa, aos poucos, transformava-se em empresa, conhecendo um público consumidor mais amplo e beneficiando-se da produção de papel que era estimulada no Brasil. Porém, logo no primeiro ano de República, os jornais haviam sido submetidos ao decreto de 23 de dezembro de 1889, que determinava ser crime, punido militarmente, a publicação de qualquer material contrário à República ou que estimulasse a revolta do povo. “Mas a Imprensa foi também extremamente cortejada pelo governo, que afinado com seus interesses de classe – isto é, aqueles da elite agrária de São Paulo e Minas Gerais –, aliciou-a e mobilizou-a para sua propaganda e serviço” (MARTINS, LUCA, 2008, p. 86). Os jornais *O País*, lançado em 1884, o *Jornal do Brasil*, que começou a circular em 1891, e *A Província de São Paulo*, lançado em 1875 (e que, depois, tornou-se *O Estado de São Paulo*), destacaram-se nos primeiros anos republicanos.

Entre 1893 e 1897, novas práticas jornalísticas foram conhecidas, pois o país vivenciou a Guerra de Canudos, episódio de relevância para a história do jornalismo brasileiro. “Numa iniciativa pioneira, que anuncia os novos métodos de Imprensa, o Estado de São Paulo envia ao teatro dos acontecimentos um correspondente – correspondente de guerra, a rigor – que esclarecerá o problema” (SODRÉ, 1999, p. 269). Outros jornais também enviaram seus correspondentes, como *A Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, e o baiano *Jornal de Notícias*. A imagem construída pelos periódicos sobre Antônio Conselheiro, líder do Arraial de Canudos, também contribuiu para a visão negativa, de monarquista, que aquele adquiriu na sociedade. Os jornais se referiam a Conselheiro como “fanático”, “bandido” e “inimigo da República”, por exemplo (GALVÃO, 1974). Apenas as fontes oficiais, o governo, eram ouvidas, não sendo fornecido direito de defesa aos sertanejos.

Com João do Rio, pseudônimo do jornalista Paulo Barreto, a Imprensa brasileira conheceu também novos métodos de captação, apropriando-se da reportagem e da entrevista. Segundo Medina (1988), João do Rio inaugurou a prática de buscar notícias nas ruas, de entrevistar e, embora mantivesse o texto predominantemente na primeira pessoa, estilo não utilizado pela grande mídia da atualidade, contribuiu com a introdução de muitos elementos utilizados pelos periódicos do século XX, como a reportagem sobre cotidiano, buscando abordar a vida moderna nas cidades.

A Imprensa passa a manifestar uma preocupação crescente com as vendas e os lucros. Uma das formas encontradas para garantir essas finalidades de mercado foram os anúncios,

que contribuíam com o pagamento dos colaboradores do periódico. Assim, os jornais ajudavam a constituir um grupo consumidor na sociedade da época, utilizando as pesquisas de opinião para facilitar esse objetivo. “Os editores passaram, cada vez mais, a se preocupar com a opinião pública, vital para a colocação do produto” (MARTINS, LUCA, 2008, p. 95).

O jornalismo começava a se consolidar como profissão e a conquista do público também se tornou um aspecto essencial na elaboração das notícias. O noticiário e a reportagem ganharam destaque nos periódicos, sobressaindo-se em relação aos artigos de opinião. Notícias de crimes, que antes não eram tão exploradas pelos impressos, adquiriam cada vez mais espaço, despertando no público o gosto pelas informações com tons sensacionalistas (MEDINA, 1978).

Embora as ferrovias ainda se concentrassem no eixo Rio-São Paulo e o índice de analfabetismo continuasse elevado, limitando a venda dos jornais, os periódicos, motivados pela lógica de mercado, disputavam os poucos leitores existentes no período e, para isso, era necessário adquirir a confiança do público, já que as notícias podiam ser alvo de simpatia ou oposição, de acordo com o direcionamento conferido aos fatos. Assim, crescia a preocupação com autoimagem dos impressos (MARTINS, LUCA, 2008).

Na década de 1920, inicia-se a formação dos monopólios midiáticos, quando o paraibano Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo compra *O Jornal*, primeiro veículo entre aqueles que formariam o seu extenso patrimônio de Comunicação, os *Diários Associados*. “Assis Chateaubriand, como assinava seus artigos, foi dono de jornais, revistas, emissoras de rádio e TV, da agência meridional de notícias” (MARTINS, LUCA, 2008, p. 180).

Também foi nesse período, no ano de 1925, que o jornalista Irineu Marinho adquiriu o jornal *O Globo* (SODRÉ, 1999), um dos principais veículos das Organizações Globo, composta por diversos veículos de comunicação, como jornais e emissoras de rádio e televisão, desenvolvidas pelo jornalista Roberto Marinho, filho mais velho de Irineu (SANTOS, 2005).

O jornalismo brasileiro continuou a enfrentar situações em que suas atividades eram limitadas pelo poder. Em 1923, por exemplo, foi instituída a Lei de Imprensa, conhecida como Lei Adolfo Gordo, estabelecendo punições a todos os envolvidos na publicação de um periódico, caso este fosse responsável pela divulgação de qualquer assunto considerado contrário à ordem vigente.

Entre 1930 e 1945, quando o país vivenciou o governo de Getúlio Vargas, a Imprensa sofreu forte influência a partir dos interesses governamentais. Além da censura também

instituída, realizada especialmente através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), iniciado em 1939 e que se manteve até o final do governo, em 1945, os jornais conheceram uma época de extrema preocupação em divulgar fatos governamentais. Vargas parecia compreender o quanto uma notícia poderia favorecer ou danificar sua imagem diante da população, chegando a oferecer até auxílio financeiro para as empresas jornalísticas que contribuíssem com a divulgação da “boa imagem” presidencial.

Se por um lado há periódicos que reagem ao discurso hegemônico, sofrendo em consequência sanções, há também aqueles que se beneficiam das cercanias do poder. Para conseguir o apoio irrestrito não faltam expedientes os mais diversos, como isentar os jornalistas de Imposto de Renda ou subsidiar inteiramente o papel de Imprensa para os jornais que apoiam o governo (BARBOSA, 2007, p.111).

A Comunicação, envolvendo não apenas os impressos, mas também o rádio e o cinema, que já estavam sendo utilizados em menor escala, ganhava caráter mais próprio de serviço público, responsável por levar a mensagem do Estado ao povo, considerado agora como “massa” (BARBOSA, 2007).

Segundo Albuquerque (2009), na década de 1950, o jornalismo brasileiro passou por inovações técnicas quanto à escrita dos textos jornalísticos. Isso pode ser atribuído à reforma promovida no jornal *Diário Carioca*, que passou a exigir a construção de notícias mais diretas, com o uso do *lead* e da “pirâmide invertida”, elementos utilizados para atingir o tema principal do assunto logo no início da leitura. Assim, os novos métodos contrapunham-se ao modelo de “nariz de cera”, até então predominante; este se caracterizava por uma narrativa longa, na qual várias questões eram abordadas no começo da escrita até chegar ao ponto de maior relevância do discurso.

Eleito novamente como presidente em 1950, assumindo o cargo em janeiro de 1951, Getúlio Vargas também foi protagonista de uma disputa ideológica na Imprensa, marcada por um período no qual jornais opositores demonstram a influência que o texto jornalístico pode exercer na sociedade e na construção de imagens. Nessa época, o jornalista Carlos Lacerda, que havia lançado seu próprio jornal *Tribuna da Imprensa*, em 1949, iniciou campanha nas páginas de seu impresso, posicionando-se contrariamente a Getúlio; afirmava que este não deveria nem mesmo ter participado da eleição. Para conquistar apoio, Vargas financiou o *Última Hora*, lançado em junho de 1951, realizado pelo jornalista Samuel Wainer, que defendia a política de intervenção no Estado e divulgava as notícias favoráveis ao presidente (MARTINS, LUCA, 2008).

Com exceção do *Última Hora*, os demais periódicos criticavam o governo Vargas de corrupção, afirmando que este estabelecera medidas prejudiciais à classe trabalhadora. O ápice do conflito ocorreu em 1954, no episódio da Rua Toneleros, quando Carlos Lacerda sofreu um atentado e sua segurança foi morta. A Tribuna e outros impressos passaram a apontar Getúlio como mandante do crime, surgindo manchetes variadas, afirmando a indignação do povo brasileiro com o fato, caracterizado por adjetivos como “bárbaro” e “revoltante” (BARBOSA, 2007). Devido à crise estabelecida com o atentado e motivada pela Imprensa, Getúlio pediu licença de seu cargo político e, ao perceber que realmente iria ser obrigado a deixar a presidência, cometeu suicídio em agosto de 1954.

Segundo Barbosa (2007), outro período de mudanças e repressão à Imprensa brasileira foi o Golpe de 1964, onde a maioria dos jornais pertencentes à grande Imprensa apoiou inicialmente a nova forma de governo que se instaurava, colocando-se na posição de defensores da Constituição e do povo brasileiro. A Imprensa se auto afirmava como porta-voz da população, indispensável para orientar sobre as condições políticas e para fornecer os conhecimentos acerca do mundo.

Porém, desde o período do Golpe, algumas medidas foram estabelecidas para controlar a informação circulante no país, como a criação do Serviço Nacional de Informação (SNI), algo que afetava diretamente o trabalho dos periódicos da época. O governo percebia no jornalismo um modo de formar a opinião do povo para favorecer o regime, proibindo qualquer tipo de divulgação contrária à ordem vigente. O cenário se agravou com o Ato Institucional nº 5, em 1968, sendo muitos jornais ameaçados por meio de bilhetes, telefonemas, ou sofrendo a censura prévia, onde censores eram enviados às redações para impedir a publicação de assuntos considerados proibidos. É preciso ressaltar que muitos periódicos, a fim de não sofrer a censura por parte do governo, adotaram uma autocensura; assim, visavam atrair uma “simpatia” por parte do governo. O período foi marcado também pela Imprensa alternativa, aquela que não pertence à grande Imprensa e se apresenta contra o governo autoritário, destacando-se os jornais, *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo* (MARTINS, LUCA, 2008).

A partir da década de 70, houve uma redução no número de jornais, associada à crise em decorrência da censura imposta pelo governo, sobressaindo-se o periódico *O Globo*, especialmente devido às inovações tecnológicas promovidas pela empresa e pelo sucesso da Emissora Globo, fundada em 1965. *O Jornal do Brasil* e *O Dia* também se destacaram nesse período; o sucesso do segundo ocorreu devido à abordagem sensacionalista empregada, “com um tipo de notícias que apela às sensações, que provoca emoção, que indica uma relação de

proximidade com o fato, reconstruído exatamente a partir dessa memória de emoções” (BARBOSA, 2007, p. 214).

Na década de 1980, a Imprensa teve papel de destaque também na campanha pelas *Diretas Já*. Praticamente todos os meios de comunicação apoiavam a reforma política; a Rede Globo, porém, apenas transmitiu as manifestações quando estas já haviam ganhado uma enorme proporção. “Cada vez mais uma meta e uma certeza vigoravam entre os jornalistas: a busca pelo que está por trás do fato e a convicção de estar escrevendo História” (MARTINS, LUCA, 2008, p. 257). Essa década também foi marcada pela implantação do “Projeto Folha”, realizado pelo jornal *Folha de São Paulo*; adotado depois por outros veículos de comunicação, o projeto estabeleceu alguns princípios jornalísticos, como o uso de opinião apenas em editoriais e matérias assinadas, a apresentação de fontes diversificadas e a publicação da idade dos entrevistados.

Através da Constituição de 1988, que apresenta um grande leque de direitos sociais e políticos, a liberdade de Imprensa ganha uma nova configuração, e as instituições de comunicação passam a transmitir os fatos marcantes da sociedade brasileira, sem os entraves que caracterizaram o período da ditadura militar, marcado essencialmente pela censura à Imprensa falada e escrita.

Com as eleições diretas de 1989, que marcaram profundamente o cenário político brasileiro, o papel de “construtor de imagens” assumido pelo jornalismo (ALVERNE, MARQUES, 2013) pode ser visualizado com bastante clareza, através da candidatura do alagoano Fernando Collor. A maior parte dos meios de comunicação divulgava o então candidato como um símbolo do progresso, contribuindo para a eleição deste. Porém, essa imagem foi alterada com as denúncias de corrupção durante o governo; a própria Imprensa teve um papel primordial nas investigações contra o presidente. Em outros episódios, após esse período, também foi possível perceber o papel da Imprensa como formador de uma imagem pública, como nas eleições de Lula em 2002 e em 2005, e no Mensalão, em 2005 (VILLA, 2012).

O final do séc. XX e o séc. XXI foram marcados pelo avanço das tecnologias de comunicação digital. Pode-se afirmar que a Imprensa no Brasil vem seguindo a tendência mundial, de ser um veículo para transmissão de informações de massa. A própria Globalização, que trouxe a rede de computadores, por meio da Internet, facilitou o acesso a essas informações, muitas vezes em tempo real (LACERDA, 2004). Porém, as facilidades de acesso às notícias trazidas pela Rede, a despeito de amplamente divulgadas, não pôs fim à notícia impressa de jornais e revistas; agora, há um amplo leque de instrumentos, permitindo

aos leitores ter acesso aos vários conteúdos, sem eliminar o “papel” como veículo de transmissão do conhecimento.

Entretanto embora praticamente todos os periódicos tenham se rendido também às *versões online*, cresce o desafio do jornalismo Impresso de competir com outras plataformas de comunicação. “O acesso à informação hoje é bem mais amplo e se faz através de vários veículos, como TV, internet, blogs etc.” (MARTINS, LUCA, 2008, p. 282). Desse modo, as empresas e os veículos de comunicação se utilizam de recursos diversos para atrair o público consumidor; algumas apelam para o sensacionalismo, a mistura de informação com entretenimento, para notícias de cotidiano, assuntos muitas vezes percebidos também nas revistas, veículo com grande contribuição à História e ao papel do jornalismo brasileiro.

1.2. O jornalismo brasileiro em revista

Com linguagem simples, preocupação, geralmente, com público específico e transmissão de informações aprofundadas, as revistas existem no contexto brasileiro desde a chegada da Imprensa Régia, em 1808. Porém, nem sempre o formato desse tipo de periódico foi semelhante aos títulos que circulam no século XXI, sofrendo diversas modificações com o decorrer do tempo.

As Variedades ou Ensaaios de Literatura foi a primeira revista publicada em território brasileiro, surgindo no ano de 1812, na Bahia. Utilizando um aspecto ainda muito semelhante ao livro, o periódico abordava assuntos variados, como textos sobre os princípios e costumes sociais, literatura e História. A segunda revista publicada no Brasil foi *O Patriota*, em 1813, no Rio de Janeiro, divulgando assuntos relacionados ao próprio país (SCALZO, 2013).

Durante a década de 1820, o público leitor brasileiro ampliou o interesse para outros campos de conhecimentos. Antes, destacavam-se os assuntos vinculados ao Direito, mas a Independência marcou também a presença de outras áreas profissionais no país, como engenheiros e médicos. Nesse contexto, foi lançada a revista *Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura*, em 1822, abordando temáticas voltadas para as distintas profissões que se consolidavam na nação recém-independente (SCALZO, 2013).

Devido às condições sociais enfrentadas pelo país à época, com altos índices de analfabetismo, as revistas tinham poucas tiragens e desapareciam em pouco tempo após serem lançadas. Porém, a segmentação temática, algo que tem sido marcante nos últimos anos de Imprensa, já começava a exibir seus primeiros traços ainda nos tempos de Império. A revista

Espelho Diamantino, de 1827, representa o início dessa preocupação com públicos específicos, pois era produzida especialmente à mulher brasileira, trazendo:

(...) textos leves e didáticos sobre política nacional e internacional, trechos de romances estrangeiros, críticas de literatura, música, belas-artes, teatro e notícias sobre moda, além de crônicas e anedotas. Tudo isso para deixar a mulher “à altura da civilização e de seus progressos” (SCALZO, 2013, p. 28).

Publicada em 1937, *Museu Universal* promoveu uma mudança no jornalismo de revistas brasileiro, permitindo que os títulos fossem acompanhados por um número maior de leitores e tivessem um período de duração mais prolongado. Trazia textos leves e inúmeras ilustrações, “foi feita para uma parcela da população recém-alfabetizada, a quem se queria oferecer cultura e entretenimento” (SCALZO, 2013, p. 28). O modelo de *Museu Universal* foi adotado por outras revistas, como *Ilustração Brasileira*, *Universo Ilustrado* e *O Espelho*.

Já as revistas de variedade tiveram seu surgimento marcado pela criação da revista *A Marmota na Corte*, periódico que se dedicava à divulgação de textos mais leves, com tamanho curto e humor, tudo para atrair um público mais amplo. As caricaturas também se tornaram frequentes no jornalismo de revistas; eram um modo de fazer críticas à estrutura socioeconômica na qual o país estava inserido. Já as primeiras fotografias em revistas brasileiras datam de 1864, quando a *Semana Ilustrada* divulgou a Guerra do Paraguai apresentando imagens (SCALZO, 2013).

O avanço da tecnologia e as mudanças no espaço urbano propiciam o surgimento de vários títulos no séc. XX, destacando-se as revistas de variedade e de cultura. É nesse período que o formato revista começa a se diferenciar do jornal (NASCIMENTO, 2002), tendo as fotografias recebido um maior destaque. A *Revista da Semana* já fazia a reconstituição de crimes em estúdios fotográficos, atraindo ainda mais os leitores por meio da imagem.

Algumas revistas ligadas ao mundo industrializado também começam a aparecer, abordando temas como aviões e automóveis, por exemplo. Mas foi Assis Chateaubriand, ao lançar *O Cruzeiro*, em 1928, que marca o início de um novo formato de revistas circulantes no Brasil. Com a realização de grandes reportagens e ênfase nas fotografias, *O Cruzeiro* teve logo uma ótima recepção entre o público. “*Cruzeiro* circulava em todas as classes sociais; tinha como público fiel mulheres e homens, idosos e adolescentes, moradores de grandes e de pequenas cidades, circulavam do sul ao norte do país, como desejou “*Chatô*”, ao projetar a revista” (BAPTISTA, ABREU, 2010).

A revista de Chateaubriand inovou não apenas na forma, mas também no modo de elaborar propagandas desses novos veículos de comunicação. Vários panfletos foram jogados do alto de prédios e de aviões, divulgando o lançamento do periódico que sairia no dia seguinte.

Na década de 1940, *O Cruzeiro* enfrentou a concorrência de *Diretrizes*, periódico criado por Samuel Wainer em 1938 e que durou até 1948. Com circulação semanal, a revista de Wainer também ganhou espaço publicando as grandes reportagens, contribuindo para consolidar esse tipo de divulgação dos fatos no jornalismo brasileiro (BAPTISTA, ABREU, 2010).

Manchete, revista da Editora Bloch, lançada por Adolph Bloch em 1952, tinha a fotografia como principal elemento, sendo destinada ao público urbano. “Com uma concepção tida como mais “moderna”, e um amplo espaço destinado às fotos, a revista alcançou popularidade com reportagens históricas, como a dedicada à inauguração de Brasília, em 1960” (NASCIMENTO, 2002, p.17).

Mas a consolidação das revistas como produtos de consumo foi proporcionada especialmente por Victor Civita, criador da Editora Abril, em 1950. Nesse ano, quando os títulos mais comuns nas bancas eram as revistas de fotonovelas, Civita inovou ao lançar *O Pato Donald*, quando o seu irmão, Cesar Civita, adquiriu os direitos da Walt Disney para publicar o periódico no Brasil. Crescia, então, um mercado voltado para o público infantil, algo ainda pouco explorado pelas empresas de comunicação do país.

Percebendo também o interesse das mulheres pelas novelas publicadas em fotos, Victor Civita lançou a revista *Capricho*, em 1952. As revistas da Abril tornaram-se logo grandes sucesso entre os públicos feminino e infantil, permitindo a Civita ultrapassar os maiores concorrentes da época, que eram Assis Chateaubriand, Roberto Marinho e Adolph Bloch (MARTINS, LUCA, 2008).

Com o sucesso proporcionado pelos novos títulos, a Editora Abril pode arriscar investimentos em temáticas ainda pouco exploradas no território brasileiro, como o automobilismo e o turismo. Mas a primeira grande revista lançada pela Abril foi *Manequim*, criada em 1959 e voltada para a divulgação de assuntos relacionados à moda.

(...) a publicação da Abril mostrava desenhos e fotos de moda, compradas nas agências europeias, e vinha com um encarte que eram as folhas avulsas com os moldes para fazer as roupas mostradas na revista, exatamente como fazia a

concorrente, *A Cigarra*¹, que fecharia alguns anos depois (MARTINS, LUCA, 2008, p. 211).

Inovação também foi o lançamento de *Quatro Rodas*, em 1960, quando o país ainda não tinha indústria ou mercado automobilístico. Trazendo uma temática desconhecida da população brasileira, a revista forneceu destaque também ao jornalismo de serviços, divulgando mapas, locais onde o motorista poderia abastecer e onde encontraria hospitais, polícia, hotéis, entre outras utilidades geralmente comuns para quem enfrenta a estrada. Visto como informação de menor importância, na época, o jornalismo de serviços tornou-se comum em vários veículos de comunicação, sendo percebido como uma forma de conquistar o leitor, possibilitando o conhecimento de dados que podem ser úteis ao cotidiano dele (MARTINS, LUCA, 2008).

Claudia foi um dos maiores sucessos da Editora Abril, trazendo muitas inovações para as revistas de um modo geral. Com o interesse cada vez maior de atrair a atenção do público, Civita percebeu que não adiantava mostrar às mulheres algo distante da realidade delas, concentrando-se em publicar apenas assuntos relativos ao território nacional. Assim, a revista trazia matérias sobre decoração, educação dos filhos, comportamento, trabalho feminino, tudo sempre visando o contexto brasileiro. Por exemplo, ao divulgar matérias sobre como decorar a casa, *Claudia* apresentava apenas móveis e elementos que poderiam ser encontrados pelas leitoras nas próprias cidades brasileiras, indicando também informações sobre onde comprar. A revista foi a primeira a montar uma cozinha experimental, juntamente a um estúdio fotográfico. As receitas, testadas e divulgadas ao público leitor, sempre eram realizadas com produtos nacionais. Havia a preocupação constante de fazer um “bom jornalismo”, aspecto percebido pelos nomes que compunham a equipe editorial do periódico, como a jornalista Carmem da Silva e os cronistas Vinícius de Moraes e Fernando Sabino (MARTINS, LUCA, 2008).

Considerada como um marco do jornalismo no Brasil, a revista *Realidade* foi lançada em 1966, sendo a primeira com periodicidade mensal a abordar primordialmente grandes reportagens e fotografia, já que as concorrentes *O Cruzeiro*, *Manchete* e *Fatos&Fotos* eram semanais. A revista buscava apresentar reportagens com impacto e de fácil leitura. O objetivo do periódico era abordar o contexto brasileiro, desenvolvendo assuntos como maconha, fome e racismo, mesmo na época da ditadura, atingindo muito sucesso diante do público. *Realidade*

¹ Revista feminina, que circulou durante os anos 1914 e 1975; pertencia aos Diários Associados, de Assis Chateaubriand.

durou dez anos, vencida pelo sucesso da televisão, pelo crescimento das semanais de informação e pela modernização pela qual os jornais passavam, mas ficou conhecida pela qualidade jornalística e por abordar os fatos de modo investigativo (NASCIMENTO, 2002).

Algo que impulsionou as vendas dos títulos da Editora Abril foram os fascículos, publicações dedicadas a um determinado assunto e vendidas em vários volumes. “Cerca de trinta coleções importantes foram lançadas entre 1965 e 1973” (MARTINS, LUCA, 2008 p.217). Porém, o maior sucesso da editora seria lançado em 1968: a revista de informação semanal *Veja*, que será abordada no tópico seguinte deste trabalho.

O sucesso da Editora Abril ocorreu especialmente devido à preocupação em atender as expectativas do público, em apresentar algo compreensível e relacionado ao cotidiano dos seus leitores, favorecendo a identificação destes com os assuntos abordados. “Isso era inédito no Brasil: a noção de que o leitor é quem manda, que é para ele que a gente trabalha, tentando satisfazer seus desejos e necessidades – além de surpreendê-lo com o que ele não espera, mas que acaba julgando importante” (MARTINS, LUCA, 2008, p. 226)

A editora de Civita teve papel marcante na segmentação dos periódicos brasileiros, pois praticamente todas as suas publicações, que já eram voltadas a um público específico, tornaram-se ainda mais especializadas. *Claudia*, por exemplo, que atendia a demanda feminina, subdividiu-se em *Casa Claudia* (1977) e, depois, em *Arquitetura & Construção* (1987) e em *Bons Fluidos* (1997). A revista *Exame*, voltada para negócios e lançada em 1971, também se subdividiu em *Vip* (1994) e em *Você S.A.* (MARTINS, LUCA, 2008).

A venda de revistas a baixos preços foi outro ponto essencial para o sucesso da Editora Abril. Em 1996, lançou o periódico feminino *Ana Maria*, vendida por R\$ 1,50 e, em 1999, *Viva Mais* surgiu nas bancas por R\$ 1,00. Hoje, a maioria das revistas publicadas por Civita continua em circulação, embora algumas tenham alterado o seu perfil editorial, como foi o caso da *Capricho*, que, após o avanço da televisão, deixou de ser uma revista de fotonovela, voltando-se aos assuntos de interesse das adolescentes. Segundo Martins e Luca (2008),

Desde sua fundação, outra característica colaborou fortemente para o sucesso de vendas da Abril: foi considerar que tanto era jornalismo fazer reportagens e matérias para *Veja* e *Exame*, quanto – nas outras revistas – fazer reportagens sobre moda, beleza, turismo, decoração, artes e espetáculos, saúde, ciência, tecnologia (...) (MARTINS, LUCA, 2008, p. 231).

Desse modo, os títulos da Editora Abril podem exemplificar a variedade de formatos e temáticas que compõem as revistas. Segundo Scalzo (2013), com tamanhos variados, diagramação mais flexível, quando comparada ao jornal, e podendo ser destinadas a públicos

diversos, esse tipo de periódico enfrenta o desafio de competir com os meios de comunicação responsáveis pela publicação diária dos acontecimentos. Assim, para conquistar os consumidores, as revistas semanais de informação, por exemplo, buscam apresentar os fatos de maneira mais aprofundada, tentando contextualizar e apontar novas visões de cada episódio para tornar o periódico mais atrativo.

Não dá para imaginar uma revista semanal de informações que se limite a apresentar ao leitor, no domingo, um mero resumo do que ele já viu e reviu durante a semana. É sempre necessário explorar novos ângulos, buscar notícias exclusivas, ajustar o foco para aquilo que se deseja saber, conforme o leitor de cada publicação (SCALZO, 2013, p.41).

De acordo com Vilas Boas (1990), os recursos gráficos, como as fotografias, são elementos comumente utilizados pelas revistas para atrair os leitores. Porém, embora seja mais livre para inovar no *design* das matérias, tudo é pensado de modo a tornar a informação mais compreensível ao público, sendo a escolha dos títulos, das imagens, das legendas, das cores das páginas realizada de uma forma capaz de reforçar a mensagem que se pretende divulgar naquele conteúdo.

Conforme Scalzo (2013), todos esses fatores influenciam também no papel do jornalista, pois este trabalha em um ritmo distinto dos profissionais de outros veículos de comunicação, devendo buscar mais fontes, dados e diferentes enfoques para cada matéria, além de se preocupar em garantir à publicação maior profundidade e um tom e linguagem semelhante em todos os conteúdos publicados pelo periódico. “O “como”, em revistas, é fundamental. O jornalista precisa aprender a pensar de acordo com a periodicidade do veículo e, claro, com os interesses, específicos de seus leitores” (SCALZO, 2013, p.65).

No atual contexto do jornalismo brasileiro, a Editora Abril continua liderando a venda de revistas no país, sendo a revista semanal *Veja* a de maior circulação nacional e uma das mais vendidas no mundo.

1.3. A revista *Veja*

Com o avanço da televisão, Roberto Civita, filho de Victor Civita, percebeu a necessidade de investir mais em informação do que em ilustração, pois, na época, acreditava-se que seria difícil para a imagem estática das revistas competir com a imagem em movimento dos programas televisivos (VILLALTA, 2002).

Em 1959, a editora iniciava o “Projeto Falcão”, visando à realização de algumas edições que serviriam de teste para a revista *Veja*. Porém, a versão final saiu muito distinta do modelo experimental, visto que, no início, o projeto englobava uma revista ilustrada. O jornalista Mino Carta foi convidado para ser diretor do novo título (VILLALTA, 2002).

Assim, em setembro de 1968, a Abril lançava o que seria o seu maior sucesso editorial, a *Veja*, que teve uma boa recepção por parte do público no seu primeiro número. “Era uma revista cheia de texto que inaugurava no Brasil o gênero das *newsweeklies*, revistas semanais de informação, na escola das americanas *Times* e *Newsweek*” (MARTINS, LUCA, 2008, p. 218). Porém, o sucesso inicial da publicação não durou muito tempo, necessitando a revista de diversos anos para conseguir fornecer algum lucro ao grupo de Civita.

O periódico surgiu em meio a uma forte campanha publicitária.

A campanha incluiu a veiculação de um programa de 12 minutos especialmente produzido pela Rede Record de televisão e transmitido em rede nacional, no horário nobre das 22 horas do domingo que antecedeu seu lançamento, onde se apresentava ao futuro público leitor as imagens da produção da revista (VILLALTA, 2002, p. 10).

Utilizou também um recurso ainda desconhecido entre os brasileiros: um curso de jornalismo para aqueles que desejavam trabalhar no impresso. Os interessados deveriam ter algum diploma superior e enviar uma carta de intenções. Cerca de 1800 cartas foram recebidas, mas somente cem candidatos participaram do curso, sendo cinquenta escolhidos para compor a equipe do novo título que surgia no país (MARTINS, LUCA, 2008).

Outra inovação trazida pela revista ao Brasil foi a criação de um departamento, voltado para a checagem de informações dos dados divulgados em suas páginas. Apesar desses avanços, *Veja* não teve uma boa circulação entre o público, sendo mantida apenas por insistência de Roberto Civita, já que o pai dele, Victor Civita, constantemente perguntava sobre quando o periódico, que não gerava lucros, seria fechado.

A reação do público também não foi favorável ao produto: em 1968, o público consumidor de revistas estava acostumado com dois tipos de publicações: as semanais ilustradas, representadas por *Manchete* e o modelo de revista de economia e política da internacional *Visão*. *Veja* vinha com uma proposta diferente para os padrões brasileiros, “abria um verdadeiro leque, passava a se interessar por tudo” (VILLALTA, 2002, p.7).

Devido ao seu lançamento ter sido durante a ditadura, próximo ao AI-5, *Veja* também sofreu com a censura, chegando a ter uma edição apreendida e várias matérias que saíam com cortes ou que eram proibidas de ser publicadas.

Buscando contornar as baixas vendas da revista, Mino Carta propôs o lançamento de fascículos junto às edições. O primeiro foi sobre a ida do homem à lua, sendo outros, com temáticas distintas, posteriormente lançados. Mas foram as assinaturas as principais responsáveis pela manutenção da revista no mercado editorial.

Roberto Civita elaborou um rigoroso sistema de *marketing* para conquistar os assinantes. A iniciativa foi tão bem-sucedida que as assinaturas tornaram-se a principal forma de venda dos exemplares de *Veja*, correspondendo acerca de 80% do total vendido. Inclusive, atualmente, essa continua sendo a principal forma de lucros do periódico.

(...) publicação foi se aperfeiçoando, ganhando força e garantindo espaço permanente nas bancas de jornais e na preferência da classe média brasileira, que a elegeu como o arauto da intelectualidade no país. Era a possibilidade de adquirir semanalmente uma parcela de modernidade, impressa em máquinas estrangeiras, conforme modelos estrangeiros e com uma nova perspectiva de observação dos fatos: a interpretação, ainda uma novidade para o jornalismo brasileiro (VILLALTA, 2002, p. 14-15).

Desse modo, a revista *Veja* utiliza predominantemente um jornalismo considerado interpretativo, aquele que “explica a realidade para situar o leitor de forma contextualizada e tem caráter “educativo”, ao oferecer dados, localização histórica, antropológica, filosófica” (CORDENONSSI; MELO, 2008, p.3). Assim, o periódico questiona sobre a ligação entre os fatos, buscando estabelecer suas causas, seus antecedentes e resultados. É um modo semelhante à investigação.

Com esse modelo de jornalismo, *Veja* teve destaque em episódios como as denúncias contra o governo Collor. Durante a campanha eleitoral de 1988, publicou capa onde Collor aparecia junto à palavra “avançar”, representando que simbolizava o progresso esperado pelo país. Porém, logo as situações se mostraram bastante distintas das pretensões iniciais.

Em 1992, a revista publicou o imposto de renda de PC Farias, empresário, tesoureiro da campanha de Collor, indicando divergências entre o estilo de vida do empresário e os valores declarados. A revista, por meio do jornalista Luís Costa Pinto, conseguiu se aproximar de Pedro Collor, irmão do então presidente, buscando maiores informações sobre o caso. Assim, descobriu todo o esquema de corrupção, envolvendo PC Farias. O envolvimento de Collor foi apontado pela concorrente *IstoÉ*, quando esta descobriu uma fonte-chave: o motorista da presidência Francisco Eriberto Freire França.

Esse episódio foi um dos que possibilitaram às revistas tornarem-se dominantes em relação aos jornais na parte de investigação, já que possuíam um maior tempo para investigar cada caso. Porém, embora as revistas ainda tenham algumas vantagens de tempo em relação aos diários, essa realidade foi alterada com as novas mídias, pois passou a ser exigida mais agilidade, muitas entrevistas são inclusive realizadas por telefone, tudo para evitar a perda do “furo”. Nessa perspectiva que envolveu o caso Collor, os escândalos passaram a ser muitas vezes priorizados nas semanais, devido ao interesse despertado no público (MARTINS, LUCA, 2008).

Embora se considere politicamente independente, algo afirmado no próprio site da revista, muitos autores, como Amaral (2010) e Leher (2005), afirmam que *Veja* assume um posicionamento de direita. Segundo André Singer (1999),

Enquanto a localização à direita está associada à ideia de reforço da autoridade do Estado para promover as mudanças igualitárias de modo que elas ocorram *sem prejuízo da ordem* (e talvez até com exacerbação da ordem), a localização à esquerda está vinculada a uma contestação da autoridade do Estado na sua função repressiva em relação aos movimentos sociais que visam a produzir transformações na direção da igualdade. Em outras palavras, a localização à esquerda está associada a imaginar as mudanças por meio da mobilização social, ainda que isto represente um perigo de desestabilização da ordem. Alternativa que a direita recusa (SINGER, 1999, p.20).

Veja é hoje a revista mais vendida no país, tendo tiragem de aproximadamente um milhão de cópias semanais, superando a soma de exemplares das suas principais concorrentes, *IstoÉ* e *Época* (PORTELA, 2009). Aborda temas relacionados ao Brasil e a outros países. Assuntos diversos como ciência, política, economia, esporte e cultura são discutidos na revista, que tem ainda edições regionais em alguns estados como a *Veja Rio*, no Rio de Janeiro, a *Veja São Paulo*.

Dessa forma, este Capítulo se propôs a apresentar um panorama da Imprensa brasileira, desde seus primórdios até os dias atuais, compreendendo os períodos de censura e liberdade pelos quais passou, além de ressaltar a importância dos periódicos nos momentos de maior relevância para o Brasil. Depois, buscou-se abordar sobre as revistas do país, com foco no desenvolvimento da Editora Abril, fundamental na consolidação do atual modelo utilizado, nesse tipo de veículo de comunicação, e também responsável pela publicação da revista *Veja*, a maior em termos de circulação no país e que é o foco deste trabalho. Por isso, o tópico 1.3. tratou sobre esse periódico, enfatizando a história, o método e os assuntos abordados por ele. O próximo Capítulo visa discutir sobre os princípios éticos que regem a prática jornalística,

ênfatizando os casos de crimes, assunto frequentemente divulgado pelos meios de comunicação.

2. ÉTICA NO JORNALISMO: PRINCÍPIOS E CASOS BRASILEIROS

Com a finalidade de discutir a forma como os crimes são retratados pela Imprensa, especialmente pelos veículos midiáticos nacionais, o presente capítulo busca apresentar questões sobre a ética jornalística, sobre a espetacularização dos atos criminais e sobre a divulgação dos episódios violentos nas revistas semanais de informação, destacando alguns casos policiais que obtiveram destaque no jornalismo brasileiro.

Marcada pela utilização de princípios éticos, como a responsabilidade em divulgar conteúdos de interesse público e em ter o compromisso com a verdade, buscando provas e não falsificando dados, a prática jornalística tende a ser vista como um meio seguro para a obtenção de informações, sendo esquecido, muitas vezes, o fato de que outras finalidades, além da relacionada ao objetivo de transmitir conteúdos relevantes à população, como o desejo de conquistar os consumidores e de obter maiores lucros, também estão associadas ao jornalismo. (BUCCI, 2000).

A profissão é caracterizada ainda pelo conflito da escolha entre duas ou mais opções corretas, por exemplo, entre o interesse da população ou o direito à imagem. Esse fator decorre da própria Constituição, na qual alguns princípios mostram-se contraditórios, embora todos apresentem o mesmo grau de importância (PASQUALINI, 2009).

Na divulgação dos casos de crimes, essas contradições e as dificuldades de aplicar as demais exigências éticas tendem a serem vistas com maior frequência. Motivados pelo desejo de vender, os jornalistas, geralmente, costumam explorar com intensidade esse tipo de assunto, apontando as causas e as consequências para cada episódio (BERNARDES, 2010). Limitando-se, muitas vezes, a divulgar as informações de fontes oficiais, pouco é esclarecido sobre os direitos dos que são considerados suspeitos, contribuindo para visualização destes, desde o início, como os verdadeiros culpados do crime, mesmo sem existir ainda provas concretas nem a realização do julgamento oficial (LECLERC, THÉOLLEYRE, 2007; MELLO, 2010).

Para tornar a matéria ainda mais atrativa aos consumidores, casos criminais costumam ser retratados em caráter sensacionalista, inclusive pelos veículos de comunicação considerados “mais sérios”. Determinadas palavras e elementos gráficos são aplicados para escandalizar e suscitar as emoções primárias do público. O uso de recursos próprios da narrativa literária, como a constituição dos envolvidos no acontecimento a partir de características “boas” ou “más”, também costuma ser percebido, transformando fatos simples em verdadeiros espetáculos (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995; ARBEX JÚNIOR, 2005).

Nas revistas, alguns casos violentos adquirem grande espaço, transformando-se na principal matéria de capa em várias edições (CAMARGO, FRIGERI, 2011; TAFURI, 2010). Assim, como forma de contextualizar, pretende-se discutir brevemente, neste trabalho, o destaque dado pelas revistas semanais de maior circulação nacional, *Veja*, *Época* e *Istoé*, a três episódios criminais que obtiveram ampla repercussão na Imprensa brasileira: o “Caso Isabella Nardoni”, o “Caso Suzane Von Richthofen” e o “Caso Realengo”, visando percorrer sobre a constituição dos acusados como culpados, ainda durante o período das investigações policiais.

2.1. Ética no Jornalismo

Como pode ser percebido ao acompanhar os fatos que marcaram a história da Imprensa brasileira, essa área foi aos poucos se consolidando como mercado, visando à obtenção de lucros por meio da venda do “produto notícia”. Porém, a liberdade de informação também foi sendo caracterizada, especialmente, como um dos aspectos essenciais à sociedade democrática, responsável por “vigiar” o poder e por garantir a todos o acesso aos conteúdos considerados de maior relevância (BUCCI, 2000).

[...] falar em Imprensa livre é falar de uma prática de comunicação social historicamente forjada pela modernidade, que organiza o espaço público, o Estado e o mercado, segundo a primazia do direito do cidadão. Nada do que repórteres e editores possam fazer se situa fora dessa demarcação histórica, resultando daí sua técnica, sua lógica e sua ética (BUCCI, 2000, p.18).

Segundo Gomes (1994), a Imprensa, embora indispensável à democracia, pode também trazer certos prejuízos, ao divulgar os fatos na forma de denúncia, por exemplo, posicionando-se contra ou a favor de determinado assunto.

Sob esse aspecto, a Imprensa representa uma vantagem e uma desvantagem para a democracia. A vantagem evidente decorre da *remobilização* do cidadão, portanto, redescoberta da cidadania levada a termo pelo fluxo da moralidade em dois tempos. [...] A desvantagem para a democracia é, antes de tudo, algo que se observa empiricamente. A metodologia informativa da denúncia claramente mobiliza contra ou a favor de uma questão pontual ou um conjunto de problemas *tematizado* pelos *mass media*. Mas desmobiliza em geral se a estratégia da denúncia ganha um espectro de objetos muito amplo (GOMES, 1994, p.4)

Desse modo, a preocupação com a ética na prática jornalística tornou-se uma questão fundamental, visto que os cidadãos têm o direito e precisam ter a certeza de estarem recebendo o conteúdo mais correto possível sobre os fatos ocorridos.

De acordo com Eugênio Bucci (2000), “ética” deriva da palavra grega *ethos*, que significa “costume”, sendo muitas vezes confundida com o conceito “moral”, já que ambas são comumente associadas a costumes e valores. Porém, enquanto a primeira refere-se aos valores circulantes na sociedade como um todo, a segunda é mais caracterizada como as regras que norteiam a prática individual (GOMES, 2002).

[...] embora *ta ethé* e *mores* signifiquem o mesmo, ou seja, costumes e modos de agir de uma sociedade, entretanto, no singular *ethos* é o caráter ou temperamento individual que deve ser educado para os valores da sociedade, e *ética* é aquela parte da filosofia que se dedica à análise dos próprios valores e das condutas humanas, indagando sobre seu sentido, sua origem, seus fundamentos e finalidades. Sob essa perspectiva geral, a ética procura definir, antes de mais nada, a figura do agente ético e de suas ações e o conjunto de noções (ou valores) que balizam o campo de uma ação que se considere ética (CHAUI, 1998, p. 39).

Portanto, a definição de uma “ética” permite que alguns princípios possam ser exigidos, evitando ações consideradas prejudiciais à sociedade. Segundo Cláudio Abramo (1997), não há para o jornalista uma ética específica, compartilhando este os mesmos valores exigidos aos demais cidadãos. Entretanto, visando à aplicação prática desses valores, são estabelecidas determinadas regras para orientar as atividades de cada sujeito. O conjunto de regras associado a uma categoria profissional é chamado de “deontologia”.

Este caracteriza-se por um conjunto de regras que pretendem criar algumas limitações, sem as quais se prejudicariam os cidadãos, nomeadamente em profissões que, normalmente, lidam com o grande público. Mesmo que algumas profissões não possuam o seu código deontológico acabam por ter as suas próprias regras. Tudo aquilo que vai contra a moral é um crime contra a deontologia. O código deontológico é então uma extensão da Ética. Os profissionais devem agir, acima de tudo, com dignidade e lisura. (BRANCO, 2004, p.66).

Visando orientar o trabalho dos jornalistas brasileiros, há um Código de Ética da profissão, estabelecido em 1987 (COUTINHO, 2004). Neste, são definidas regras que objetivam permitir ao profissional o desempenho da atividade jornalística de modo mais “correto”.

Atualizado pela última vez no ano de 2007, vinte anos após ter sido publicado, o Código é baseado, principalmente, no direito fundamental de acesso à informação, estabelecendo determinados princípios, como o de divulgar informações corretas e de interesse público, independentemente de interesses pessoais e empresariais. Também

pressupõe, entre outros, a responsabilidade social, a defesa dos direitos do cidadão, a publicação de opiniões divergentes, buscar provas que possam comprovar os fatos transmitidos e garantir a presunção de inocência (FENAJ, 2007).

Percebido dessa forma, a produção de notícias voltadas ao interesse público parece ser fácil, devendo apenas o jornalista seguir estas normas para atingir o objetivo da veracidade e o respeito ao cidadão. Porém, como explica Eugênio Bucci (2000), a aplicação desses princípios não ocorre de modo simples e sem contradições, sendo o maior desafio da prática jornalística a escolha entre o “certo e o certo”, visto que os direitos dos cidadãos podem se apresentar de modo divergente em alguns casos.

No exercício da profissão, diariamente os profissionais de Imprensa enfrentam dilemas cuja solução nem sempre é simples. Os impasses cotidianos se apresentam como bifurcação entre dois valores que, de início, parecem ser igualmente válidos. Por exemplo, entre o valor da verdade e a responsabilidade sobre as consequências do que será publicado (BUCCI, 2000, p.19).

Assim, mesmo buscando orientar-se a partir do interesse público, a escolha ou não pela publicação de um determinado acontecimento é, muitas vezes, conflitante, pois a informação transmitida ao conhecimento da sociedade pode, por exemplo, ser relevante, mas trazer danos irreparáveis à imagem dos sujeitos que foram os personagens do episódio.

Isso porque os próprios princípios e regras estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 podem ser contraditórios em algumas situações, conforme apontado anteriormente. Renata Pasqualini (2009), afirma que, embora princípio e regra estejam enquadrados no gênero norma, há diferenças significativas entre eles. O primeiro seria relativo a algo mais abrangente, tendo uma importância e influência na interpretação e aplicação do texto constitucional, visto que contém os valores fundamentais do conjunto de normas jurídicas. Já o segundo caracteriza-se por ser mais específico, exigindo que os atos sejam executados exatamente do modo como determina.

Entre os princípios fundamentais, há aquele relativo à dignidade da pessoa humana, caracterizado por ser inalienável e irrenunciável, sendo uma qualidade própria do indivíduo; é marcado, atualmente, pela concepção de personalismo, ideia de que deve haver uma harmonia entre os interesses individuais e os da sociedade. Desse modo, responsável pela visualização da pessoa como sujeito, com valor em si, visa garantir que o Estado aja somente até o limite onde não se prejudica a dignidade do indivíduo (PASQUALINI, 2009).

Este princípio é a base para assegurar os direitos fundamentais do cidadão, que são estabelecidos pela Constituição de cada sociedade, sendo considerados essenciais à condição

humana e à defesa do cidadão perante o Estado. Têm, porém, como uma das principais características, a limitabilidade, indicando não serem absolutos, podendo ocorrer a presença de conflitos entre eles (PASQUALINI, 2009).

Entre os direitos fundamentais, encontram-se os direitos da personalidade.

A análise do termo personalidade nos remete à pessoa em si, posto que aquela se caracteriza por ser exclusiva de uma pessoa, distinguindo-a das demais a partir de tudo que lhe for próprio e essencial. Nesta linha de pensamento, a personalidade traz consigo o sentido de individual, particular, exprimindo um conjunto de caracteres próprios do indivíduo, por isso afirma-se ser a personalidade a qualidade do ente que se considera pessoa (PASQUALINI, 2009, p.33).

Os direitos à intimidade, à honra e à imagem são considerados direitos de personalidade. O primeiro assegura que cada pessoa possa manter a sua individualidade, a privacidade, evitando expor determinados assuntos particulares ao domínio público. O direito à honra refere-se às qualidades associadas ao indivíduo, algo que ajuda a construir o autoconceito e o conceito tido pelo sujeito no meio social, sendo um fator responsável pelo nível de respeitabilidade obtido pela pessoa na sociedade. Já o direito à imagem protege tanto a imagem-retrato, ou seja, a representação física, como a imagem-atributo, conjunto de qualidades do indivíduo, através das quais ele é socialmente reconhecido (PASQUALINI, 2009).

Esses direitos podem entrar em choque com outros direitos fundamentais. Ao indivíduo é assegurada a liberdade de expressar aquilo que pensa, as opiniões e ideias próprias, tanto por meio da fala, da escrita, quanto por outros meios de reprodução. Relacionado a isto está a liberdade de informação, que permite à sociedade a garantia de ter acesso aos conteúdos de interesse coletivo, e a liberdade de Imprensa.

A liberdade de Imprensa, como toda liberdade jurídica, é uma relação entre os limites e a autonomia que a lei concede aos veículos de comunicação para se expressarem. Nela se combinam dois valores fundamentais da sociedade moderna: a liberdade de expressão e o direito à intimidade, vida privada, honra e à imagem. Se há excesso na liberdade de expressão, fere-se a pessoa, em seus atributos fundamentais acima enumerados. Se há falta de liberdade, a sociedade carece da informação (SILVA, 2009, p.1).

Desse modo, embora seja uma decisão complexa, em cada situação o jornalista deverá deliberar sobre quais os direitos podem ser prejudicados com a divulgação de um determinado fato, baseando a escolha no princípio da dignidade e no interesse público e não por outros interesses, como o de mercado, de lucros para a empresa jornalística, visto que esse aspecto

pode trazer prejuízos à informação, violando os direitos assegurados pela Constituição. Assim, “[...] se o fator econômico impulsiona o mercado da mídia, conseqüentemente é retirado do indivíduo que irá transmitir a notícia valores que teriam que ser a base de seu trabalho, como a ética, a imparcialidade, a objetividade e principalmente a verdade” (PASQUALINI, 2009, p. 47).

Embora a verdade absoluta dos acontecimentos seja algo inatingível, pois, assim como explica Eugênio Bucci (2000), as notícias são sempre versões dos fatos, nunca sendo possível alcançar a total veracidade, o jornalista tem um pacto com o leitor, ficando encarregado de buscar se aproximar o máximo possível da realidade, consultando várias fontes com opiniões divergentes, usando meios lícitos para apuração dos dados e pautando-se a partir dos direitos dos cidadãos.

A verdade da Imprensa é por definição uma verdade precária – sua força não virá jamais da veracidade total, de resto impossível, mas de sua transparência em lidar com as situações que lhe são congêntas. [...] A confiabilidade e a credibilidade advêm da atitude, em relação aos fatos e ao público, daqueles encarregados de relatar os fatos a esse mesmo público – já não vêm da empáfia de quem não admite ser desmentido jamais, nem mesmo pelos fatos. (BUCCI, 2000. p.52).

Porém, não são raros os casos em que o conflito de interesses e a opção por satisfazer o mercado, visando à obtenção de lucros, podem ser percebidos na produção de notícias. No Brasil, alguns episódios são comumente apontados como exemplos da falta de ética na cobertura e divulgação jornalística. Um deles foi a manifestação pelo *impeachment* de Collor, em 1992, sendo marcante a atuação do jornalismo da Rede Globo, nesse período. Revistas, como a *Veja* e a *Istoé*, e jornais impressos, como a *Folha de São Paulo*, começaram a publicar diversas matérias indicando a participação do presidente Fernando Collor de Melo em atos ilícitos (SINGER, 2001). Líder de audiência televisiva, a Globo não divulgou o movimento que surgia nas ruas do país, onde diversas pessoas lutavam, após as denúncias, pela saída do presidente. Assim, a emissora sacrificou o interesse público a favor dos próprios interesses mercadológicos e políticos, algo que impediu a um grande número de cidadãos o conhecimento sobre o fato, tornando-os impossibilitados de assumirem um posicionamento e de participarem ativamente das decisões referentes ao país. “Na tela da Globo, as jornadas que defendiam o impeachment de Collor não tinham vez. Foram aparecer apenas tardiamente, quando o movimento já estava perto da vitória” (BUCCI, 2000, p. 30).

Outro episódio marcante foi o Caso Escola Base, em 1994, que envolveu praticamente todos os veículos de comunicação brasileiros. Neste caso, houve o desrespeito a um dos

princípios estabelecidos constitucionalmente, o da presunção de inocência, o qual se refere ao fato de que nenhum acusado pode ser considerado culpado antes de passar pelo julgamento oficial realizado pela Justiça, impedindo a aplicação de sanções errôneas aos indivíduos (FERRARI, 2012). Dessa forma, desrespeitando a dignidade do indivíduo e sem ter o compromisso de buscar a verdade, confirmar os fatos e ouvir opiniões divergentes, a Imprensa contribuiu para a destruição dos negócios e da vida dos proprietários de uma escola em São Paulo, sendo motivada pelo interesse em vender, em superar a concorrência dos demais jornais.

De acordo com Alex Ribeiro (1995), o episódio ocorreu quando duas mulheres, ambas mães de crianças com quatro anos, na época, foram à delegacia acusar os diretores da Escola Base, Ayres e Cida, os sócios da instituição, Paula e Maurício, e um casal, pais de outro aluno, por terem cometido abuso sexual contra os filhos delas. Muitos jornais começaram a divulgar o fato, com exceção do *Diário Popular*; este acreditava não haver provas suficientes e informações claras para publicar a acusação. Embora nada tivesse sido comprovado, alguns veículos já divulgavam as matérias afirmando a culpa dos acusados. “Os suspeitos começaram a semana como acusados de abuso contra duas crianças e terminaram com sete acusações. Ainda teriam drogado as crianças e poderiam ter passado doenças venéreas e o HIV para elas” (RIBEIRO, 1995, p. 61-62).

O jornalismo, nesse caso, concentrou-se em divulgar as versões oficiais, do delegado responsável pelas investigações, e as das supostas vítimas, sem ressaltar ao público a possibilidade dos acusados serem inocentes. A escola foi depredada, sendo os réus obrigados a se esconder para evitar sofrerem algum tipo de ato violento por parte da população, que demonstrava grande indignação com o suposto crime. Mesmo quando as investigações foram concluídas, sendo provada a inocência dos acusados, estes não conseguiram mais se recuperar das consequências do episódio, apesar de várias matérias jornalísticas de retratação terem sido divulgadas.

Mas nem todos os pedidos de desculpa serão suficientes para reparar os danos morais causados aos seis acusados. E é justamente sobre esse fato que os jornalistas, em seu cotidiano devem sempre ponderar. [...] O exemplo da Escola Base prova que a simples retratação não corrige danos morais causados pela publicação de informações incorretas. São, consequentemente, prejuízos irreversíveis (RIBEIRO, 1995, p.152).

Assim, quando o jornalismo age sem o compromisso com a ética, afastando-se do interesse público e da dignidade do indivíduo, os cidadãos são os maiores prejudicados, ficando sujeitos a não obterem notícias sobre assuntos relevantes à sociedade ou a receber

dados falsos. Há também a necessidade de “diferenciar interesse público” de “curiosidade perversa do público”, a qual está associada ao prazer de ler textos compostos por escândalos.

É verdade que ninguém consegue traçar a fronteira universal entre um e outra, não existe uma receita abstrata que seja válida para todas as situações, mas a simples lembrança dessa cautela já traz mais elementos para uma boa decisão sobre os casos concretos que se apresentem (BUCCI, 2000, p. 155).

Essas são questões, muitas vezes, percebidas na divulgação dos casos de crimes, cujas matérias costumam ser acompanhadas por conclusões precipitadas, além de forte apelo emocional, visando, primordialmente, a venda de conteúdos e não a informação.

2.2. Crimes, julgamento e espetáculo.

Notícias sobre criminalidade são frequentemente divulgadas por todos os meios de comunicação, dominando as mais diversas seções dos periódicos brasileiros. Esse fato pode ser percebido, pois:

[...] a crescente visualização de episódios de violência no Brasil, tem propiciado que o noticiário sobre o assunto migre dos seus tradicionais redutos editoriais e jornais especializados em crimes, e ganhe destaque, de maneira generalizada, em todos os meios de comunicação, pois em grande parte das vezes, fica difícil fazer um jornal ou um noticiário de TV para anunciar que não aconteceu nada que envolva situações criminosas (BERNARDES, 2010, p. 277).

Segundo Pasqualini (2009), o elevado interesse do jornalismo pelos assuntos referentes à atividade policial se explica, já que matérias sobre crimes, sobre violência, geralmente, causam grande impacto e repercussão na sociedade. “Exatamente por isto, por vezes, a notícia de um crime atinge a sociedade de tal forma, que é capaz de atender prontamente o mercado consumidor pelo fascínio que causa uma informação sobre determinado ato não aceito pela sociedade” (PASQUALINI, 2009, p. 53-54).

De acordo com Traquina (2005), a seleção de notícias é motivada pelo fato da empresa jornalística pertencer à lógica capitalista, abordando os assuntos “fora do comum”, considerados como os que vendem mais. A escolha das temáticas publicadas também pode ser influenciada pela ideologia da instituição e pela própria rotina jornalística, obedecendo os critérios de tempo e de espaço, com seleção de assuntos recentes, imprevisíveis e,

preferencialmente, daqueles ocorridos em região próxima do público consumidor (TRAQUINA, 2005).

Assim, o fascínio associado ao conhecimento de atos violentos é complementado pela imensa variedade e pelo elevado índice de acontecimentos criminosos ocorridos diariamente. Como os delitos são praticados em número extenso e com grande frequência, a Imprensa sempre encontra pautas nesse tipo de conteúdo, tendo a oportunidade de selecionar aqueles considerados mais “atrativos” à população. O fato de preocupar e amedrontar a maioria das pessoas, também confere aos crimes um maior grau de interesse (MELLO, 2010).

Almeida (2010) afirma, entretanto, ser a publicação dos casos criminais uma responsabilidade da Imprensa, pois estes são acontecimentos referentes a um problema de cunho social, com interesse público; porém, determinados cuidados são necessários na sua divulgação. De acordo com Benetti (2009), o acontecimento jornalístico se constitui quando um fenômeno social é interpretado a partir de uma visão particular, formada através das normas que regem a própria prática jornalística, marcada pela escolha do “[...] excepcional em relação ao comum, do desvio em relação à norma” (BENETTI, 2009, p. 3). Assim, alguns episódios ganham notabilidade devido à sua variabilidade, compreendida pela pouca frequência com que ocorrem, sendo a “construção” de um acontecimento informativo, de acordo com Charadeau (2012), elaborada em três etapas: existência de um fato inesperado, que fuja dos padrões de “normalidade”, percepção do episódio por um indivíduo e significação daquele evento, organizando-o a partir de eventos passados e futuros.

Desse modo, em vários casos de matérias sobre violência, o jornalista não assume o papel apenas de levar a informação ao conhecimento público, mas busca também desempenhar a função investigatória, apontando as causas e as consequências de acusações, antes destas terem sido oficialmente julgadas (MELLO, 2010). É comum, por exemplo, a presença de hipóteses sobre o motivo responsável por levar o suspeito a realizar o ato criminoso. Muitas vezes, são atribuídas causas sociais e psicológicas para a ocorrência dos crimes, ajudando a consolidar determinados estereótipos entre a população. Segundo Fortes (2010), a desigualdade social é comumente apontada como fator primordial para o elevado número de infrações, sendo que “os jovens de pele escura e classe trabalhadora aparecem predominantemente como ameaça potencial ou concreta” (FORTES, 2010, p.13). Outro elemento também identificado como motivador de ações criminosas é o suposto caráter perverso do indivíduo, podendo este ser retratado como psicopata, doentio, como um “criminoso nato” (BERNARDES, 2010).

A violação da intimidade, da honra e da privacidade dos acusados ocorre em muitas matérias sobre infrações, como foi no Caso Escola Base, discutido no tópico anterior deste trabalho. Assim, em nome do interesse público, o jornalismo explora a imagem dos suspeitos, divulga fatos referentes à vida e ao caráter deles, algo que pode contribuir para a percepção dos indivíduos já como culpados, mesmo vindo a ser estes, posteriormente, considerados inocentes.

[...] poderão surgir argumentos de que a omissão de imagens ou dos nomes dos suspeitos pela Imprensa deixaria a sociedade indefesa, ao não poder identificar os criminosos. Assim, a violação à intimidade e à privacidade poderia ser justificada pelo interesse público. Porém, se realmente a omissão viesse a ocorrer, não se estabeleceria um dano efetivo e claramente estabelecido, ao passo que, o sofrimento daquele que seria exposto, em razão da violação sem razão, restaria patente, isto é, se fosse considerado, ao final, inocente, essa exposição já teria lhe causado danos imensuráveis e de naturezas diversas (MELLO, 2010, p. 117).

Em poucas situações são discutidos os direitos dos investigados, ressaltando as possibilidades destes não estarem envolvidos no crime. Na maioria das vezes, os jornalistas se restringem a divulgar as falas de autoridades, como policiais e advogados, sem questioná-las, propiciando à população a ideia de serem essas informações verdades absolutas, por partirem de fontes oficiais. Raramente, o fato de que o aparecimento na mídia também pode ser vantajoso para os membros do judiciário, propiciando maior visibilidade e credibilidade a estes, é evidenciado. Essa falta de questionamentos e de reflexão sobre os direitos dos suspeitos contribui para a percepção antecipada dos acusados como criminosos (BRITES, 2010; LECLERC, THÉOLLEYRE, 2007; PASQUALINI, 2009).

Percebe-se que, embora a violência seja algo rotineiro, apenas alguns episódios são selecionados para chegarem ao conhecimento da sociedade. Nesses casos, crimes envolvendo famosos ou pessoas com *status* social mais elevado, por exemplo, situações vistas como inesperadas pelo público, acabam recebendo um maior destaque e aprofundamento de informações, pois as empresas jornalísticas, buscando superar a concorrência, priorizam o inusitado e a imprevisibilidade.

O potencial de “imprevisibilidade” corresponde à finalidade de captação do contrato de informação. A saliência será, aqui, produzida pelo fato de que o acontecimento escolhido veio perturbar a tranquilidade dos sistemas de expectativas do sujeito consumidor da informação, o que levará a instância midiática a pôr em evidência o insólito ou o particularmente notável (CHARAUDEAU, 2012, p. 102).

Para conquistar ainda mais os “consumidores de notícias”, essas matérias são, geralmente, transmitidas em tom sensacionalista, caracterizado por conter “em si elementos de grande carga dramática e emotiva o que lhes confere uma tônica muito apelativa na atenção do público, estimulando o voyeurismo do espectador [...]” (PENEDO, 2003, p.90). Diante dessa perspectiva, atos criminosos proporcionam narrativas dramáticas, que, em muitos casos, apontam detalhes do episódio e exageram na descrição do estado comportamental e psicológico dos envolvidos, tornando o “produto notícia” mais atrativo.

A instância midiática acha-se, então, “condenada” a procurar emocionar seu público, a mobilizar sua afetividade, a fim de desencadear o interesse e a paixão pela informação que lhe é transmitida. O efeito produzido por essa visada encontra-se no extremo oposto ao efeito de racionalidade que deveria direcionar a visada de informação (CHARAUDEAU, 2012, p. 92).

De acordo com Alberto Dines (1971), o sensacionalismo pode ser identificado como gráfico, linguístico e temático. O primeiro é marcado pela ênfase visual, com excesso de cores e letras em tamanho grande, por exemplo. O linguístico tem como característica a escolha pelo uso das palavras capazes de provocar sensações. Já o temático relaciona-se ao desenvolvimento de assuntos que vendem (DINES, 1971 *apud* AMARAL, 2003). Esses assuntos são, na maioria das vezes, conhecidos como *fait divers*, os fatos de gêneros variados que ocorrem no mundo, como acidentes, roubos, inundações, execuções, entre outros; representam uma separação das normas estabelecidas para regular as relações ocorridas na sociedade (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995). O sensacionalismo busca se constituir no insólito e na extravagância do *fait divers*; este “abriga o horror, a poesia e o humor. [...] pode “suscitar a seus leitores toda gama de emoções”, funcionando no “limite da ambiguidade” que garante a sua significação ‘duvidosa’” (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p.28).

Matérias com tons sensacionalistas tornam-se presentes em diferentes veículos de comunicação, inclusive naqueles considerados com postura “mais séria”; o objetivo é suscitar no leitor as emoções primárias, como medo e raiva, fazendo este se sentir próximo à cena do crime, vivenciando a situação narrada como se fosse um dos próprios personagens que dela participam (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995). Assim, esses aspectos marcam variados tipos de mídia.

Não se trata mais, porém, de atribuir cores depreciativas a um jornalismo presumidamente opositivo a outro, “sério”. Hoje, o sensível, abertamente espetacular ou não, impõe-se à mídia como espécie de solo cultural, em virtude da afetação da esfera pública pelo mercado de bens e serviços, além das redefinições

progressivas da cultura como entretenimento e de política como gestão eficaz do capital humano (SODRÉ, 2009, p. 129).

Renata Pasqualini (2009) explica que a linguagem, nesses casos, é utilizada pela mídia com uma finalidade além de apenas informar sobre o acontecimento. São empregados “tons espalhafatosos”, com exagero de descrições, de emoções, visando à, primordialmente, escandalizar o público com a notícia.

A linguagem editorial do sensacionalismo é a do clichê. O sensacionalismo não admite distanciamento, neutralidade, mas busca envolvimento, busca “romper o escudo contra as emoções fortes”. É preciso chocar o público. Fazer com que as pessoas se entreguem às emoções e vivam com os personagens. A linguagem editorial precisa ser chocante e causar impacto. O sensacionalismo não admite moderação (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 39-40).

Devido a isso, o sensacionalismo mostra-se contrário aos princípios éticos da Imprensa, afastando ainda mais o texto jornalístico da noção de imparcialidade, não estimulando uma reflexão crítica sobre os assuntos abordados (BARROS, 2003).

Eugênio Bucci (2000) afirma que o apelo às sensações é algo inerente ao fato das notícias serem, comumente, construídas como verdadeiras narrativas, nas quais há a utilização de recursos literários. Porém, em muitos casos, esse fator não é identificado pelo público, pois este visualiza o jornalismo como um meio seguro para obter informações, acreditando na utilização de princípios, tais como verdade, objetividade, imparcialidade e no uso de determinadas técnicas, como a apresentação das falas de personagens diretamente envolvidos no episódio, elementos que proporcionariam ao texto uma representação fiel do acontecimento divulgado. Dessa forma, é retirada toda a responsabilidade dos jornalistas, pois esses recursos indicam que “não é o repórter que fala ou escreve, e sim a realidade por ele espelhada” (BARROS FILHO, 1995, p.25).

Entretanto, ao se elaborar um conteúdo jornalístico, é feito um “recorte” do acontecimento como um todo e, muitas vezes, o episódio é divulgado seguindo uma determinada orientação, sendo retratado do modo mais adequado para os interesses da empresa midiática. De acordo com Clóvis de Barros Filho (1995),

A escolha do tema, do léxico e da posição do tema na hierarquia informativa representa um risco para todos aqueles que participam da produção midiática. Como bem observou Swain, de certa forma “a integridade pessoal dos jornalistas se põe à prova cada vez que escolhem uma palavra [...]. Os leitores quase nunca percebem o efeito acumulativo dessas decisões insignificantes, apenas que possam comparar notas jornalísticas referentes ao mesmo tema” (BARROS FILHO, 1995, p.25).

Assim, nenhuma matéria jornalística pode indicar total neutralidade, pois a própria escolha dos fatos retratados já indica uma intencionalidade por parte daquele que o divulga. Como explica Pierre Bourdieu (1997), os jornalistas possuem uma espécie de óculos, com os quais evidenciam apenas alguns fatos e ocultam os outros; aquilo que selecionam também passa por uma construção para ser apresentado. Todas as escolhas dependem dos interesses e ideologia sustentados pela empresa midiática, depende do que ela pretende demonstrar (ARBEX JÚNIOR, 2005; BOURDIEU, 1997).

A forma como os episódios são representados também interfere no sentido que o público irá conferir à narrativa. De acordo com José Arbex Júnior (2005), o texto jornalístico é, muitas vezes, formulado com estrutura própria das telenovelas e, dependendo dos fatos evidenciados, da hierarquia estabelecida para a organização dos dados e da escolha de palavras com as quais os episódios e sujeitos são identificados, as personagens presentes na notícia podem parecer “boas” ou “más”, de modo semelhante aos textos literários e demais produções fictícias.

Dessa forma, os acontecimentos são retratados como verdadeiros espetáculos, onde há os “vilões” e os “heróis” (SODRÉ, 2012). Um fato aparentemente simples também pode ser visto pelo público como o pior dos acontecimentos, com grandes proporções; tudo isso é influenciado pelo destaque dado a cada episódio nos meios de comunicação e pelos elementos usados para representá-lo. Nos julgamentos, por exemplo, normalmente o acusado assume o papel de protagonista, sendo a própria “vedete” da cena representada (LECLERC, THÉOLLEYRE, 2007). Existe, simultaneamente, a mistura de informação e entretenimento, buscando seduzir as pessoas a acompanharem as publicações (ARBEX JÚNIOR, 2005; BRANCO, 2004; BUCCI, 2000).

Nos dias de hoje, a fronteira entre os programas de divertimento, publicidade e informação esbate-se. Esta confusão de géneros não aparece somente na televisão, mas também na Imprensa escrita, já vítima dos suplementos, cujo objetivo é captar e publicar a publicidade. Outra expressão da confusão é a abolição da diferença entre a realidade e ficção, pois para construir uma imagem reconstituem-se os acontecimentos com atores e figurantes. Trata-se de um procedimento de dramatização, ao qual os jornalistas recorrem, quando útil (BRANCO, 2004, p. 79).

Outros recursos são utilizados para ajudar na construção da narrativa e na sensação de completa veracidade que esta terá, destacando-se as imagens e a formulação das manchetes. Segundo Pedroso (2001), as manchetes e os títulos das notícias, contribuem para atrair a atenção do público e provocam efeitos discursivos, já direcionando a matéria para algo mais

informativo ou sensacionalista, influenciando no sentido que será conferido ao texto. As imagens, assim como a apresentação de outros tipos de documentos, como os textos oficiais referentes a um julgamento, são usadas como provas, com a finalidade de fornecer uma maior realidade aos dados (CHARAUDEAU, 2012). A fotografia, geralmente, é vista como representação fiel do acontecimento; porém a angulação, o próprio recorte, ou seja, os aspectos da cena total que são exibidos, a forma como os elementos são dispostos na foto, tudo isso influencia na construção do significado transmitido pela imagem (OLIVEIRA, VICENTINI, 2009).

Pierre Bourdieu (1997) destaca também que as legendas são fundamentais para a compreensão e formulação do sentido dado às fotografias.

A foto não é nada sem a legenda que diz o que é preciso ler – legendum –, isto é, com muita frequência, lendas que fazem ver qualquer coisa. Nomear, como se sabe, é fazer ver, é criar, levar à existência. E as palavras podem causar estragos [...]. Porque essas palavras fazem coisas, criam fantasias, medos, fobias ou, simplesmente, representações falsas (BOURDIEU, 1997, p. 26).

Para permitir a verossimilhança, essas “provas” são utilizadas, reconstituindo os fatos. São usadas as falas de pessoas com algum envolvimento no episódio e de especialistas, conferindo maior cientificidade às informações transmitidas, juntamente com a apresentação de documentos e de fotografias, além de serem apontados outros episódios relacionados ao caso ou aos personagens envolvidos, tudo para explicar o que ocorreu, buscando elucidar os motivos, as intenções e as consequências do acontecimento (CHARAUDEAU, 2012). Segundo Motta (2007), para facilitar o “efeito de real”, o jornalista faz associações, a partir do momento presente, com fatos do passado e do futuro. “Na afirmação radical do presente (atualidade) o jornalismo constrói a sua versão de neutralidade e objetividade reduzindo e encerrando tudo no momento atual. É da atualidade que ele organiza as histórias como uma sucessão. (MOTTA, 2007, p. 9)

Porém, a própria escolha dos “verbos dicendi” (VDs) contribui para a construção do sentido que se deseja transmitir com a divulgação de determinado fato (LE MOS, 2010; RODRIGUES, 2010). Esses verbos são aqueles utilizados para reportar as falas aos sujeitos, como, por exemplo, “afirmou”, “confessou”, “explicou”, entre outros.

É indiscutível que as palavras que escolhemos têm enorme influência em nossa argumentação. Assim, o escritor, ao selecionar os VDs e, antes ainda, ao selecionar os reportes de fala (ou fragmentos dela), poderá argumentar contra ou a favor de sua personagem, dando-nos uma espécie de “visão tubular” das idéias. Esses aspectos

nos levam a interpretar a fala reportada da maneira como o escritor quer que a interpretemos (RODRIGUES, 2010, p. 9)

Desse modo, percebe-se que, mesmo tentando alcançar a neutralidade, não falsificando dados e procurando provas para autenticar as informações transmitidas, o jornalista nunca pode ser totalmente neutro, pois a própria seleção e organização dos episódios divulgados já indica uma intencionalidade. Além disso, por fazer parte de uma empresa jornalística, há uma dificuldade em fugir da utilização de recursos necessários para tornar o “produto” mais atrativo, como o uso de elementos responsáveis por fornecer uma carga dramática ao texto. Porém, o grau de utilização desses recursos varia segundo o veículo midiático, podendo ser mais intenso em alguns, como nos jornais tipicamente sensacionalistas, do que em outros, como nos jornais tidos com “mais sérios”. Nestes casos, o nível de reconhecimento desses elementos por parte do público também irá variar, podendo passar despercebido em algumas situações, como no caso de uso de elementos sensacionalistas nas revistas semanais de informação, que podem não ser identificados pelos leitores, devido ao caráter de seriedade pelo qual esse meio de comunicação tende a se afirmar e a ser visualizado (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995; ARBEX JÚNIOR, 2005; BRANCO, 2004; CHARAUDEAU, 2012).

2.3. A divulgação de crimes nas revistas nacionais

Caracterizadas por apresentarem uma variedade de assuntos, abordando temáticas de áreas distintas, as revistas semanais de informação “unem entretenimento, educação, serviço e interpretação dos acontecimentos” (SCALZO, 2009, p. 14). Esse tipo de publicação é comumente mais procurado pelos leitores que buscam uma informação mais aprofundada, pois, para competir com os jornais, por exemplo, cuja periodicidade é diária, as revistas divulgam os fatos de modo mais intensificado, procurando apresentar dados novos (PORTELA, 2009). Segundo Eugênio Bucci (2000), a revista é marcada por divulgar os episódios, realizando uma interpretação das informações para o leitor.

Os crimes encontram-se entre os assuntos abordados por esse formato de publicação, devido aos motivos citados no tópico anterior, especialmente o de tornar o periódico mais atrativo ao público (LECLERC, THÉOLLEYRE, 2007; PASQUALINI, 2009). Desse modo, alguns episódios criminosos ganharam ampla cobertura na Imprensa, adquirindo um grande

espaço nas capas e páginas das revistas nacionais. Segundo Ramos (2007), o fato de aparecer na capa da edição já demonstra um maior interesse e elevada importância conferida ao tema.

O gênero textual reportagem de capa, de forma composicional própria, traz elementos textuais recorrentes, tudo convergindo para o texto principal: a Revista. O conteúdo desse texto remete ao grau mais alto de importância da Revista, por veicular tema merecedor de ter “chamada” já no gênero textual capa, este considerado “espelho” da edição: que reflete o mais importante da edição. Assim sendo, a temática das reportagens de capa segue os assuntos eleitos para veicular com prioridade (RAMOS, 2007, p. 4).

Entre os inúmeros casos criminais divulgados pelas revistas no Brasil, estão o “Massacre de Realengo”, o “Caso Susane Richthofen” e o “Caso Isabella Nardoni”, acontecimentos que mobilizaram a população brasileira e mereceram enorme destaque nas semanais de maior circulação, *Veja*, *Época* e *Istoé* (CAMARGO, FRIGERI, 2011; PIANA, 2010; TAFURI, 2010).

No dia 07 de abril de 2011, um ex-aluno da Escola Municipal Tasso da Silveira, Wellington Menezes de Oliveira, de 23 anos, entrou na instituição e assassinou doze alunos, sendo dez meninas, e depois cometeu suicídio. O crime obteve grande repercussão na mídia nacional e internacional, ficando conhecido como “Massacre de Realengo”, pois a escola é situada no bairro Realengo, do Rio de Janeiro (BIANCHI, GOLEMBIEWSKI, 2012). As revistas semanais de informação dedicaram várias páginas ao acontecimento, que foi também destacado como principal matéria de capa nas maiores semanais do país. Segundo Camargo e Frigeri (2011), esses periódicos utilizaram fotografias para evidenciar o drama enfrentado pelas famílias das vítimas. Foram utilizados alguns adjetivos para qualificar o acusado, como “calado”, “desequilibrado”, “aluno mediano”, como formas de buscar explicações psicológicas e sociais para o crime, tendo a revista *Veja* publicado até mesmo o boletim escolar de Wellington, além de ser apontado o fato de ele ter sido vítima de *bullying* durante o período escolar (BIANCHI, GOLEMBIEWSKI, 2012; RASMUSSEN, CIOATO, BORTOLOZZO, 2013).



Capas das revistas Veja, Época e Istoé, destacando o Caso Realengo, com ênfase no drama das famílias e da própria situação em si. (Fonte: Divulgação).

Outro caso que havia recebido grande atenção por parte das revistas foi o da jovem Suzane Von Richthofen, condenada em 2006 de ter planejado, juntamente com o namorado, Daniel Cravinho, e com o irmão deste, ambos conhecidos na mídia como “os irmãos Cravinhos”, o assassinato dos pais dela, mortos em 2002. O caso foi acompanhado desde as primeiras acusações até o período após a prisão dos acusados. As revistas também buscaram ressaltar os traços psicológicos de Suzane, identificada, geralmente, como uma pessoa fria e calculista, mas também citando sempre os estereótipos quanto às desigualdades sociais; muitas vezes, afirmou-se ter sido Suzane, jovem de classe média alta, influenciada negativamente pelos irmãos Cravinhos, integrantes de classe desfavorecida (TAFURI, 2010).

É na “luta de classes” que se constrói a reportagem de Veja (ed.1777), e da grande maioria das analisadas neste trabalho. Suzane, o “monstro” da revista *Época* (ed.234), “encena” a boa menina, arquiteta e põe em prática o assassinato dos pais. Encarna, aos olhos dos repórteres, a boa e a má, enquanto, relegados, os irmãos Cravinhos figurativizam todo o mal do crime. É um romance dicotômico, pois se constrói a imagem da agressora Suzane vítima da marginalidade de Daniel (TAFURI, 2010, p.10).

Assim, como afirma Tafuri (2010), é possível perceber que as revistas construíram uma verdadeira narrativa dramática para o caso, estabelecendo o “bem” e o “mal”, buscando as explicações para o fato, além de usar vários adjetivos e imagens com predominância das cores preta e vermelha, às quais são associadas à noção de crime, morte e sangue. O autor explica que a cor preta, por exemplo, é:

é a cor oposta a todas as outras, associada às trevas primordiais. Figurativiza, portanto, a morte, ao luto na sua forma mais opressiva. É, também, a censura e a condenação de Suzane. Assim, a utilização de certas cores auxiliam nos efeitos de sentido produzidos

pelo veículo, auxiliando na cristalização do imaginário coletivo a construção de determinadas (TAFURI, 2010, p.7).

Esses aspectos, que fornecem drama e ajudam a construir, desde o início, o perfil de criminosos dos acusados, podem ser evidenciados logo nas capas dedicadas ao crime.



Capas dedicadas ao caso Suzane Von Richthofen. (Fonte: Divulgação).

Já em 2008, um dos casos de maior repercussão no país foi o assassinato da menina de cinco anos, Isabella Nardoni, morta no dia 29 de março daquele ano. A criança foi jogada da janela do apartamento de seu pai, localizado oitavo andar de um prédio em São Paulo. O pai, Alexandre Nardoni, e a madrasta, Anna Carolina Jatobá, foram considerados os principais suspeitos; porém, na mídia em geral e nas revistas semanais, muitos elementos eram destacados, construindo, desde o começo, a imagem dos acusados como condenados (FINATTO JUNIOR, 2011; PIANA, 2010).

As notícias do “Caso Isabella Nardoni” nas revistas semanais, assim como os outros casos criminais citados, foram marcadas por sensacionalismo, com uso de intensa adjetivação negativa dos acusados. “A pesada adjetivação e o peso das palavras utilizadas, tais como, ‘dissimulados’, ‘culpado e mentiroso’, ‘monstro’, ‘brutalidade’, ‘espetáculo de frieza e dissimulação’ formalizam a sentença da mídia” (OLIVEIRA, SANTOS, 2009, p.9). O uso de fontes oficiais para legitimar o discurso construído foi frequente (OLIVEIRA, SANTOS, 2009; PIANA, 2010).

O caso também foi amplamente divulgado pela Imprensa até o período após a prisão de Alexandre e Anna Carolina, condenados em 2010.

O assassinato acabou por virar uma novela midiática da vida real, em que, a todo o momento, era possível estar presente na vida daquela família [...]. Na mídia impressa, não foi diferente, pois este acabou por se configurar no único caso de

assassinato a estampar capas de 10 edições nas principais revistas jornalísticas brasileiras: *Veja*, *Época* e *Istoé* (PIANA, 2010, p.68).

Entre tantos casos de assassinatos e maus tratos às crianças ocorridos diariamente, a morte de Isabella Nardoni recebeu grande repercussão devido às condições sociais e econômicas da menina e de sua família, pois pertenciam à classe média, não havia outras acusações de crimes anteriores contra os acusados e ainda existia o fato dos suspeitos serem o pai e a madrasta da criança, favorecendo os critérios de imprevisibilidade e drama exigidos pela mídia (OLIVEIRA, SANTOS, 2009).



Desde o início, as capas e matérias das principais revistas semanais já apresentavam elementos indicando a culpa dos suspeitos. (Fonte: Divulgação).

Esses crimes, anteriormente citados, são apenas alguns exemplos da ampla lista de casos que obtiveram intensa repercussão nas revistas semanais brasileiras. Pode ser citado, ainda, o caso da adolescente Eloá Pimentel, mantida refém e assassinada pelo ex-namorado, no ano de 2008; a morte do menino João Hélio, de seis anos, arrastado por bandidos durante sete quilômetros, em 2007, pois ficou preso ao cinto de segurança do carro, no momento do assalto; e o caso da atriz Daniela Perez, assassinada em 1992 por outro ator, com o qual contracenava em uma novela da Rede Globo. Todos estes foram crimes amplamente divulgados pelos meios de comunicação do país, ganhando cobertura de várias páginas e destaque nas capas das revistas de maior circulação nacional (GALVÃO, CAMINO, 2011; QUEIROZ, 2011).

Desse modo, é possível perceber que, mesmo quando o jornalista busca exercer os princípios éticos, sem falsificar informações e procurando se aproximar da objetividade, vários dilemas são enfrentados, ocorrendo contradições entre os próprios direitos

fundamentais do indivíduo. Há também a divergência entre as matérias de “interesse público” e aquelas de “interesse do público”, nas quais o drama humano é extensivamente explorado por meio de recursos sensacionalistas, incitando as emoções primárias das pessoas e visando atrair os consumidores para obter maiores lucros. Os crimes são uma temática comumente divulgada com apelo sensacional, sendo, em muitos casos, marcados pelo desrespeito aos direitos de presunção de inocência, imagem e privacidade. Quando considerados inusitados e imprevisíveis, recebem ampla divulgação midiática, passando a ser explorados por, praticamente, todos os meios de comunicação, incluindo as principais revistas semanais, *Veja*, *Época* e *Istoé*. Entre os episódios criminais de grande repercussão, destacam-se o “Caso Isabella Nardoni”, o “Caso Suzane Richthofen” e o “Massacre de Realengo”, além de vários outros, como o “Caso Eliza Samudio”, que será discutido no próximo capítulo.

3. ANÁLISE EMPÍRICA DO CASO ELIZA SAMUDIO

O presente capítulo visa apresentar o Caso Eliza Samudio, acontecimento no qual o ex-goleiro do time de futebol Flamengo, Bruno Fernandes, foi acusado pelo desaparecimento de Eliza Samudio, ex-amante dele, com a qual tinha um filho.

Posteriormente, pretende-se explicar os princípios da análise de conteúdo, método escolhido para realizar a investigação do objeto de pesquisa (a saber, as reportagens publicadas sobre esse episódio na revista *Veja*), sendo especificado, também, qual será o material analisado e alguns motivos de se ter optado pelo estudo desse conteúdo.

Por fim, realiza-se uma análise de cinco matérias sobre o Caso Eliza Samudio, expondo todo o conteúdo presente nelas através de uma análise dos trechos que as compõem.

3.1. Caso Eliza Samudio

No ano de 2010, um episódio criminal que obteve grande repercussão na mídia brasileira, ganhando destaque em praticamente todos os veículos de comunicação, foi o “Caso Eliza Samudio”. O acontecimento refere-se ao desaparecimento da modelo de 25 anos, Eliza Samudio, cujo principal acusado foi, desde o início, Bruno Fernandes, com o qual a jovem tinha um filho, Bruno Samudio, na época com apenas quatro meses.

Ex-goleiro do Flamengo, Bruno Fernandes, nascido em 1984, jogava no time desde 2006. Em junho de 2010, porém, acusações levaram o jogador a ser suspeito pelo desaparecimento de Eliza. Esta teria desaparecido quando saiu do Rio de Janeiro com o filho para ir ao sítio do goleiro, localizado em Esmeraldas, Minas Gerais. Durante o período de sua gravidez, a modelo já havia realizado denúncias contra Bruno Fernandes, afirmando que este tinha feito ameaça a ela, pois não queria assumir a paternidade da criança (DAMASCENO, 2012; SILVA, 2013).

Eliza teria ido a Esmeraldas a pedido do goleiro, que afirmou ter a intenção de estabelecer um acordo. Porém, a jovem desapareceu nessa época. Denúncias informam que o corpo da jovem estaria no sítio do jogador e que o filho dela também estaria lá. Mas nada foi encontrado no local. Bruno Samudio foi localizado em Ribeirão das Neves, Minas Gerais, sob os cuidados de uma mulher (Estadao.com.br, 2010; Folha.uol.com.br, 2010; G1.globo.com, 2010).

De acordo com um funcionário da residência de Bruno, Wemerson Marques, conhecido por “Coxinha”, a criança teria sido levada a esse local a pedido de Dayanne Souza,

ex-esposa do goleiro. Após o desaparecimento de Eliza, o bebê ficou sob a guarda de Sônia Fátima Moura, avó materna, mas o pai da modelo, Luiz Carlos Samudio, também disputa a guarda do neto (Estadao.com.br, 2010; Folha.uol.com.br, 2010; G1.globo.com, 2010).

Durante investigações da polícia, foram encontrados sangue e objetos, que seriam da modelo, dentro do carro de Bruno Fernandes. O adolescente Jorge Lisboa Rosa, primo do goleiro, com 17 anos na época, e Luiz Henrique Romão, amigo de Bruno e identificado por “Macarrão”, teriam sido os responsáveis por levar Eliza para a residência do atleta (LUGÃO, 2010).

Em julho de 2010, Jorge Lisboa Rosa forneceu um depoimento de que havia agredido Eliza e que, desacordada, a jovem havia sido levada para um local onde foi morta e esquartejada pelo ex-policial, Marcos Aparecido dos Santos, o “Bola”. Os restos mortais da modelo ainda teriam sido entregue aos cães. Outro primo de Bruno Fernandes, Sérgio Rosa Sales, era um dos acusados pelo crime e considerado testemunha-chave das acusações. Porém, este foi morto em 2012, mas não foi identificada nenhuma relação entre o assassinato do jovem e as investigações sobre o desaparecimento da modelo (Estadao.com.br, 2012; G1.globo.com, 2012)

Em julho de 2010, Bruno Fernandes e os demais suspeitos tiveram sua prisão decretada. O Flamengo suspendeu o contrato com o goleiro. O julgamento dos acusados foi iniciado em novembro de 2012. Macarrão foi condenado a 15 anos de prisão e Fernanda Gomes de Castro, ex-namorada do atleta, foi condenada a cinco anos em regime aberto; Jorge Lisboa Rosa cumpriu pena educativa. Devido a uma troca do advogado de Bruno, o julgamento do goleiro ocorreu apenas em março de 2013, onde ele confessou que Eliza estava morta, porém recusou ter sido o mandante do crime, culpando Marcos Aparecido dos Santos e Luís Henrique Romão pelo assassinato da jovem (GAMA, PAGNAN, PEIXOTO, PAGNAN, 2013; Estadao.com.br, 2013).

O jogador foi acusado por sequestro, homicídio, cárcere e ocultação, recebendo pena de 22 anos e três meses de prisão. A esposa dele, Dayane Rodrigues, foi absolvida. Já Marcos Aparecido dos Santos foi condenado a 22 anos de prisão, acusado por homicídio e ocultação de cadáver. O corpo da modelo ainda não foi localizado (SILVA, 2013).

Por ser um caso policial, envolvendo o nome de um atleta conhecido, o desaparecimento de Eliza Samudio teve uma grande repercussão na Imprensa nacional e internacional, sendo noticiado, até mesmo, pela emissora norte-americana CNN e pela britânica BBC (ALMEIDA, 2010).

Diversos veículos de comunicação já apontavam Bruno como culpado, desde as primeiras denúncias, buscando traçar características psicológicas do goleiro e apontar situações anteriores que pudessem justificar e comprovar a realização do crime.

Eliza, após o nascimento da criança, procurou Bruno por diversas vezes requerendo auxílio financeiro. Logo após seu último contato com o goleiro, a mesma veio a desaparecer. Pronto! Isso bastou para que a mídia publicasse inúmeras matérias já apontando Bruno como principal suspeito e responsável pelo sumiço da vítima (SILVA, 2013, p. 519).

De acordo com Almeida (2010), embora a violência contra a mulher e crimes de assassinatos sejam frequentes na sociedade, a elevada repercussão midiática do desaparecimento de Eliza Samudio deve-se às características do episódio, pois este envolve acusações contra uma pessoa de notoriedade pública, o goleiro Bruno, além de parecer ter ocorrido de forma bárbara e com motivo torpe, estimulado pela recusa ao reconhecimento de paternidade.

Desse modo, este trabalho tem como objetivo analisar a divulgação do Caso Eliza Samudio, na revista semanal de informação *Veja*, buscando identificar se este periódico também divulgou o episódio, condenando Bruno Fernandes antes deste ser acusado formalmente pela Justiça.

3.2. Análise de Conteúdo

O *corpus* empírico deste trabalho é constituído por cinco reportagens sobre o Caso Eliza Samudio, publicadas na revista semanal *Veja*. Este periódico divulgou informações relativas ao desaparecimento da modelo em matérias e sessões variadas, como citações na sessão “Leitor” e na “Retrospectiva de 2010”. Porém, neste trabalho, objetiva-se analisar apenas as reportagens, visto que esse formato de matéria jornalística apresenta informações mais aprofundadas, com um maior número de dados e interpretações do episódio, possibilitando identificar melhor a forma como o fato foi veiculado.

Para isso, foi realizada uma pesquisa no acervo digital de *Veja*, disponibilizado no site da revista, sendo identificadas todas as citações referentes ao termo “Eliza Samudio”, desde a primeira denúncia, em junho de 2010, até o período final do julgamento dos acusados, em abril de 2013. Depois, todas as matérias do gênero “reportagem” publicadas na semanal sobre o episódio, um total de cinco, foram selecionadas para análise. Segundo Kindermann (2003), a reportagem:

não se limita estruturalmente a uma notícia. Deve explorar exaustivamente ou não todas as possibilidades de um acontecimento. O salto da notícia para a reportagem se dá no momento em que é preciso ir além da notificação – em que a notícia deixa de ser sinônimo de nota – e se situa no detalhamento, no questionamento de causa e efeito, na interpretação e no impacto, adquirindo uma nova dimensão narrativa e ética (KINDERMANN, 2003, p. 39).

De acordo com Sodré (2009), a própria palavra “reportagem”, derivada do latim *reportare*, já indica uma das características primordiais do gênero, que seria a de “reportar”, levar o leitor à cena do episódio.

A escolha por analisar a revista *Veja* ocorreu por ser esta a semanal de maior circulação no país, com tiragem superior a um milhão de cópias, como já foi mencionado nos capítulos anteriores. Para evitar um direcionamento nos resultados da pesquisa, todas as reportagens elaboradas pelo periódico sobre o acontecimento serão analisadas; cada uma varia entre duas e oito páginas, tendo sido publicadas em períodos distintos das investigações. As duas primeiras reportagens foram divulgadas no ano do desaparecimento da modelo, em 2010, já as demais foram veiculadas em 2012 e 2013, época em que ocorreu o julgamento dos acusados.

A seguir, na tabela, são identificadas, em ordem cronológica, as reportagens a serem analisadas, identificando o título e a data de publicação em que cada uma foi publicada.

REPORTAGEM	DATA DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO
1	07 de julho de 2010	Suspeito Número 1
2	14 de julho de 2010	Frieza, crueldade e selvageria
3	11 de julho de 2012	Ela estava marcada para morrer
4	28 de novembro 2012	Ele Foi o mandante
5	24 de abril de 2013	Profissão: matador

Para realizar a investigação do material de pesquisa, será utilizado o método de análise de conteúdo, permitindo definir categorias para facilitar a interpretação do material pesquisado, visto que:

A transformação de dados coletados, ainda no seu estado bruto, em resultados de pesquisa envolve a utilização de determinados procedimentos para sistematizar, categorizar e tornar possível sua análise por parte do pesquisador. No caso

específico da análise de comunicações, são exigidos mecanismos apropriados para encontrar em dados obtidos por meio de entrevistas, mensagens e documentos em geral, informações que ilustrem, expliquem ou ajudem a revelar os fenômenos investigados (CAPELLE, MELO, GONÇALVES, 2003, p. 2).

Embora tenha estado presente desde as primeiras tentativas do homem para interpretar antigos escritos, como os livros sagrados (SILVA et al., 2004), a análise de conteúdo somente foi definida como método na década de 1920, nos Estados Unidos, com a finalidade de analisar material jornalístico. Essa metodologia ganhou maior impulso entre 1940 e 1950, quando surgiu o interesse pela interpretação de símbolos científicos, e passou, entre 1950 e 1960, a ser aplicada em diversas áreas (CAREGNATO, MUTTI, 2006, p. 682).

No início, baseada no positivismo, esse método incluía apenas pesquisas de caráter quantitativo. Porém, foi questionado e modificado nos anos 1950, sendo aplicado também em análises qualitativas (CAPELLE, MELO, GONÇALVES, 2003).

Nesse caso, as análises quantitativas preocupam-se com a frequência com que surgem determinados elementos nas comunicações, preocupando-se mais com o desenvolvimento de novas formas de procedimento para mensurar as significações identificadas. Por outro lado, os enfoques qualitativos voltam sua atenção para a presença ou para a ausência de uma característica, ou conjunto de características, nas mensagens analisadas, na busca de ultrapassar o alcance meramente descritivo das técnicas quantitativas para atingir interpretações mais profundas com base na inferência (CAPELLE, MELO, GONÇALVES, 2003, p. 5).

O método de análise de conteúdo permite organizar, em categorias, as unidades do texto que se repetem, buscando compreender o pensamento do sujeito, a partir do conteúdo expresso no texto (CAREGNATO, MUTTI, 2006, p. 682).

Metodologia aplicada às reportagens

O presente trabalho visa à utilização da análise do conteúdo como método para investigar as cinco reportagens da revista *Veja*, as quais são o objeto de estudo desta pesquisa. A partir da leitura do material que será analisado, foram escolhidas três categorias para orientar o processo analítico, que são: ética, sensacionalismo e espetáculo, todas já discutidas no capítulo anterior. Por meio dos elementos textuais, pretende-se verificar a relação existente entre essas categorias e o conteúdo das reportagens, permitindo compreender o modo como o assunto foi divulgado e se houve ou não uma condenação precipitada por parte da revista.

O material analisado está disposto em ordem cronológica, desde as primeiras matérias sobre o crime até o período de julgamento dos acusados, e serão analisadas nessa sequência.

Assim, será possível identificar a frequência com que os elementos característicos de cada categoria se enquadram no contexto do caso, compreendendo o conteúdo das mensagens transmitidas pelo periódico a respeito desse acontecimento.

Como citado anteriormente, o método de análise de conteúdo permite tanto a abordagem quantitativa como a qualitativa. Porém, para os objetivos desta pesquisa, optou-se pela análise qualitativa, em que haverá a tentativa de identificar a presença ou a ausência de certas características ou conjunto de características do conteúdo em determinados trechos da mensagem.

De acordo com Machado (1991), o método quantitativo, muito empregado inicialmente, vem sendo, progressivamente, substituído ou complementado pelo método qualitativo, visando a uma investigação mais completa.

A análise de conteúdo, em suas primeiras utilizações, assemelha-se muito ao processo de categorização e tabulação de respostas e questões abertas. Criada inicialmente como uma técnica de pesquisa com vistas a uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa de comunicações em jornais, revistas, filmes, emissoras de rádio e televisão, hoje é cada vez mais empregada para análise de material qualitativo (MACHADO, 1991, p. 93).

A análise de figuras, de fotografias, bem como das capas e das legendas, será também realizada ligando-as às categorias escolhidas com a tentativa de identificar alguma correlação entre elas; isso é importante, porque, muitas vezes, a mensagem também é transmitida pelos veículos midiáticos através desses elementos gráficos e não apenas por meio das palavras (OLIVEIRA, VICENTINI, 2009).

É importante salientar que, além da escolha a partir da leitura do material, buscou-se ao máximo selecionar categorias que estivessem ligadas aos objetivos da pesquisa. Tendo em vista que o foco do trabalho é averiguar eventual condenação antecipada dos acusados por parte da *Revista Veja*, a escolha das categorias justifica-se, pois se acredita que a maior ou menor presença dos elementos característicos destas pode contribuir com a finalidade principal do trabalho. Na leitura inicial realizada, aspectos próprios da *ética*, do *sensacionalismo* e do *espetáculo* foram identificados nas cinco reportagens estudadas nesta pesquisa, podendo se enquadrar todas dentro dessas três classes.

As categorias escolhidas possuem certas especificidades e, mesmo sendo bastante complementares, buscou-se definir alguns elementos específicos de cada uma, visando identificá-las separadamente, de modo mais claro. Assim, são apresentadas, com base na revisão de literatura apresentada na parte anterior da monografia, as definições e elementos

característicos de “ética”, de “sensacionalismo” e de “espetáculo”, os quais pautam, de uma forma geral, a análise realizada no tópico seguinte deste capítulo.

1) *Ética*: Verificar quais fontes foram utilizadas pela revista, identificando se há apenas falas oficiais ou não; compreender se houve o esclarecimento sobre os direitos dos acusados, apontando que estes poderiam ser considerados, posteriormente, como inocentes. Associa-se também a questão do direito à imagem, à privacidade e à dignidade do indivíduo. A escolha dos verbos declarativos, como “declarou”, “afirmou” ou “confessou”, entre outros, também será investigada, pois estes podem indicar se houve uma tentativa de objetividade por parte do periódico.

2) *Sensacionalismo*: Identificar os trechos onde há a descrição exagerada sobre as cenas de violência do crime; verificar o uso das fotos com montagens e cores fortes, especialmente com excesso de vermelho e de preto, cores associadas ao sangue e à violência, como já citado no capítulo anterior. Está associada também ao uso de palavras e de outros elementos capazes de suscitar no leitor as emoções primárias, como o medo.

3) *Espetáculo*: Compreender quais os recursos foram utilizados, nesse caso, para construir a narrativa midiática. Verificar quais fatos anteriores atribuídos aos acusados, identificando se aqueles pretendiam traçar perfis sociais e psicológicos, como forma de justificar a realização do ato criminoso. Apontar também os fatos e características associadas à modelo desaparecida, visando perceber se esta foi retratada como a “mocinha” da trama, enquanto os acusados eram caracterizados como “vilões”.

Os recursos gráficos e as fotografias serão também analisados a partir dos mesmos critérios citados acima e, na análise de cada matéria, será identificada se esta foi ou não mencionada na capa da edição, apresentando uma imagem desta quando houver nela alguma referência ao caso.

Assim, a análise será estruturada da seguinte forma: primeiramente, será traçado um resumo geral de cada uma das reportagens, identificando seu título e o assunto do texto que apresenta e apontando também os demais elementos presentes, como fotos, infográficos, entre outros. Depois, cada uma das matérias será fragmentada em trechos, os quais possuem relações com uma ou mais das categorias selecionadas, apontando todos os aspectos referentes ao conteúdo das matérias. A partir disto, no capítulo seguinte deste trabalho, o capítulo quatro, será analisado e relacionado o material das reportagens com as classes destacadas: *ética*, *sensacionalismo* e *espetáculo*, buscando, desse modo, compreender como a

revista fez uso dos aspectos referentes a essas categorias para, conseqüentemente, avaliar se houve ou não uma condenação precipitada do goleiro Bruno e dos demais suspeitos por parte da semanal.

3.3. Análise das reportagens: o caso Eliza Samudio sob a perspectiva da Revista Veja.

3.3.1. Reportagem de 07 de Julho de 2010

A primeira reportagem referente ao caso Eliza Samudio, na Revista Veja, traz o título *O Suspeito Número 1* e foi publicada no dia 7 de julho de 2010, tendo um total de oito páginas. Foi a principal de capa nessa edição. A matéria começa com a apresentação dos indivíduos que teriam alguma relação com o episódio, sendo relatado o momento no qual Eliza conheceu o goleiro Bruno Fernandes, além de ser explicitada, de modo geral, como era a relação entre os dois.

Algumas referências a Bruno Fernandes são feitas, destacando este como o garoto de classe baixa que se tornou uma celebridade no mundo do esporte. Também é apontado o interesse de Eliza Samudio por futebol e, especificamente, pelo goleiro Bruno, que já teria, em pouco tempo de carreira, acumulado um patrimônio considerável. A reportagem faz menção ao filho e à disputa pelo reconhecimento de paternidade.

Luiz Henrique Romão, o Macarrão, a ex-esposa de Bruno, Dayanne Rodrigues, e o pai de Eliza, Luiz Carlos Samudio, são citados nessa reportagem; da mesma forma, o caseiro do condomínio onde morava o atleta, e algumas amigas da jovem desaparecida surgem no decorrer da matéria como testemunhas do suposto crime.

A reportagem acompanha várias imagens, iniciando já com uma fotografia que ocupa as duas primeiras páginas. Apresenta também fotos de Eliza Samudio com outros jogadores e fotografias das outras pessoas que possuem alguma relação com o caso. Há também três boxes. O primeiro é composto por uma entrevista, na qual Bruno Fernandes fala sobre a relação com Eliza. O segundo apresenta, em ordem cronológica, alguns fatos do acontecimento. O último traz outras polêmicas envolvendo jogadores de futebol.

Concluída essa visão geral da reportagem, busca-se agora separar as várias partes da mesma, para, posteriormente, analisa-las a partir das categorias que foram previamente escolhidas para investigação do caso.

Análise de conteúdo da reportagem

A capa da revista, na edição que apresenta essa reportagem, é composta por uma foto do rosto, com aspecto sério, de Bruno Fernandes, em primeiro plano e colorido, aparecendo, atrás, a imagem opaca de Eliza Samudio, totalmente em tons de verde e preto. O título da matéria é *Traição, Orgias e Horror*, sendo acompanhada pela chamada: “O mundo do goleiro do flamengo, ídolo da maior torcida do Brasil, ameaça ruir” (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010), já fazendo relação ao crime e as possíveis consequências negativas que os resultados das investigações podem trazer ao atleta.



Capa da edição do dia 07 de julho de 2010, destacando o Caso Eliza Samudio como matéria principal. (Fonte: Acervo Digital VEJA)

A reportagem é iniciada com uma fotomontagem de duas páginas, na qual aparecem Eliza Samudio, com uma imagem opaca, quase totalmente coberta por tons de preto, e o rosto do goleiro Bruno Fernandes, bem destacado e colorido, mas também marcado pela tonalidade escura.



Página dupla que inicia a reportagem, trazendo uma fotomontagem sobre o caso.

(Fonte: Acervo Digital VEJA).

A fotomontagem é um recurso utilizado, unindo duas ou mais fotos em apenas uma. De acordo com o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007):

[...] o jornalista deve rejeitar alterações nas imagens captadas que deturpem a realidade, sempre informando ao público o eventual uso de recursos de fotomontagem, edição de imagem, reconstituição de áudio ou quaisquer outras manipulações, o que, na verdade, graças às novas tecnologias, tem acontecido rotineiramente (DEOLINDO, LOVISOLO, 2012).

Oliveira e Vicentini (2009) afirmam que qualquer alteração na imagem, como o uso da transparência, por exemplo, implica uma mudança no sentido do acontecimento transmitido.

Na parte inferior das páginas, há um trecho de fala, que seria do goleiro, explicando: “Eu não quero esse filho e sou capaz de tudo para você não ter essa criança. Você não me conhece e não sabe do que sou capaz pois eu venho da favela” (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010). Com a seleção desse trecho de depoimento, a Revista Veja já começa apontando o fato de Bruno Fernandes não querer assumir a paternidade do filho e explicitando o fato daquele ter origem de classe baixa, de ter nascido na favela e de ser capaz de cometer qualquer ação.

Mesmo ainda estando no início do caso, a Revista *Veja* supõe ter obtido informações

acerca de depoimentos fornecidos pelo atleta Bruno, afirmando que este utilizou de mentira em relação às declarações prestadas.

Ídolo e capitão do time mais popular do Brasil, o goleiro Bruno, do Flamengo, é investigado pelo desaparecimento da ex-amante que o pressionava a assumir um filho. A polícia está convencida de que ela foi assassinada. Informações obtidas por VEJA indicam que Bruno mentiu em suas declarações. (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010).

A revista inicia explicando que Bruno pertence a um contexto, no qual atos irresponsáveis são frequentes; destaca isto, provavelmente, fazendo alusão ao futebol. Desse modo, o periódico afirma ter a certeza de que algo deve acontecer ou já aconteceu de modo errado nesse ambiente.

Num ambiente em que traição, orgias e sexo irresponsável são considerados "muito comuns" - como declarou o goleiro do Flamengo, Bruno Fernandes, a VEJA- é certo que algo vai dar errado. Muitas vezes já deu. (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010).

A reportagem faz referência às suspeitas da polícia, usando como fonte o delegado Edson Moreira; este sugere a relação do caso com episódios semelhantes envolvendo jogadores de futebol, salientando, porém, que o caso em estudo parece superar em gravidade os demais de mesmo gênero e natureza.

Mas, a acreditar na tese da polícia, o desaparecimento da jovem Eliza Samudio supera em gravidade quaisquer aventuras, dessa com um pé na bandidagem e outro na sordidez, que certos astros do futebol nacional já protagonizaram. "Tudo indica que Eliza Samudio foi assassinada. E Bruno é o primeiro e único suspeito da nossa lista", afirma Edson Moreira, delegado-chefe do Departamento de Homicídio e Proteção à Pessoa de Minas Gerais (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010).

Assim, o periódico seleciona uma fala oficial, onde é destacada a quase certeza sobre o assassinato da modelo e a realização perversa do crime. Também utiliza o verbo declarativo “afirmar”, procurando transmitir neutralidade, apenas divulgando o que foi dito pelo delegado.

A reportagem explica a trajetória de Bruno Fernandes ao mundo do futebol e da fama. “[...] seguiu o percurso clássico do menino talentoso que saiu da pobreza para o estrelato. [...] Sua ascensão precoce veio acompanhada do pacote que costumam usufruir os craques do esporte: fama, dinheiro e, claro, amantes” (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010). A revista caracteriza Bruno a partir de um estereótipo dos atletas de futebol, destacando apenas esse aspecto da personalidade do jogador, o fato de ter origem de classe baixa e de ser goleiro.

A seguir, no trecho abaixo, retirado da página 80 da matéria, a revista faz um tipo de introdução ao tempo em que Bruno conheceu Eliza, fazendo um pequeno relato das personalidades dos dois, como se fosse uma predeterminação - uma força natural.

O encontro de Bruno com Eliza Samudio, de 25 anos, foi praticamente uma consequência das forças da física. Ele, um atleta de sucesso, mais do que disponível para aventuras fora do casamento e com um fraco por belas morenas. Ela, uma jovem sonhadora, ávida por ingressar num mundo que desde pequena a deslumbrava. "Criança, ela sabia a escalação de todos os times de cor", conta a ex-madrasta, Dulce Pilger, que ajudou a criar Eliza em Foz do Iguaçu (PR), depois de ela ter sido abandonada, aos cinco meses pela mãe. (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010).

Referindo-se ao primeiro encontro entre Bruno e Eliza, ocasião em que eles se conheceram: "O encontro: Bruno, que ainda era casado, conheceu Eliza numa festa de jogadores no Rio de Janeiro. Ela morava em São Paulo. Os dois tiveram relações sexuais. A jovem afirmou ter engravidado ali" (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010).

Em certo momento, o goleiro afirma, de acordo com a reportagem, que Eliza Samudio, por ser admiradora de futebol, era constantemente vista com outros jogadores. A reportagem ainda insiste em retratar Eliza Samudio como uma pessoa que estava sempre interessada em eventos esportivos, além de participar de festas na casa de amigos de Bruno. Da mesma forma, a reportagem mostra uma preocupação do goleiro Bruno em não assumir a criança que ele teria com Eliza.

Suas peripécias (*de Eliza*) no mundo da bola começaram aos 19 anos de idade, quando deixou Foz do Iguaçu para ir a Curitiba atrás de um namorado - um jogador de futebol amador. [...] Na cidade, trabalhou como recepcionista em eventos esportivos, tentou (sem sucesso) ser eleita musa do São Paulo no Brasileirão e chegou a estrear ao menos em um filme pornô de nome impublicável. [...] "Quero ficar com ela". Eliza afirmou a amigas que engravidou naquele mesmo dia. "Ele chegou a prometer que daria 40.000 Reais a quem conseguisse convencer a menina a fazer um aborto. Eliza e Bruno saíram juntos pelo menos mais duas vezes, ocasiões em que ele insistiu com ela para que abortasse o bebê. (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010).

A revista mostra, ainda na página 80 da reportagem, fotos de Eliza Samudio com vários jogadores de futebol, todos de reconhecimento nacional e internacional, a exemplo de Cristiano Ronaldo, jogador português, e de Dagoberto, brasileiro, jogador do time Cruzeiro. Na página seguinte, destaca o fato desta ser considerada "maria-chuteira", mas aponta a modelo como sonhadora e obcecada por Bruno Fernandes. Já este é visto como alguém capaz de atos agressivos e que desejava aproveitar a vida. Isso pode ser visto no trecho:

A quem a chamasse de “maria-chuteira”, costumava responder: são eles que vêm atrás de mim”. [...] Diz uma amiga da jovem (*de Eliza Samudio*), Milena Barone: “Vi Bruno arremessar Eliza contra a cama, aos berros: ‘Você vai dizer a todo mundo que esse filho não é meu!’” Mais tarde, o goleiro teria intimidado a ex-amante de arma em punho. Em outubro do ano passado, Eliza registrou queixa dizendo que Bruno a havia forçado a ingerir abortivos. Mesmo ameaçada e agredida por Bruno, conta a enfermeira (*amiga de Eliza*), Eliza se comportava como uma mulher apaixonada. (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010).

Assim, no decorrer da reportagem, a revista destaca que Eliza, mesmo sendo aparentemente rejeitada por Bruno, insiste no relacionamento com o atleta, sendo utilizada a opinião de um especialista para explicar o comportamento da modelo.

Especialistas enxergam no comportamento da jovem traços de um mal conhecido como transtorno de personalidade. Explica o psicólogo Antonio de Pádua Serafim, do Hospital das Clínicas, em São Paulo: “A pessoa passa a ser dominada por pensamentos obsessivos pautados pela ameaça da perda. E tenta, a todo custo, reconquistar o objeto de desejo” (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010).

Neste trecho, o periódico atribui a fala ao psicólogo pelo verbo “explicar”, buscando neutralidade e legitimação da fala do especialista.

Na página 82 da Revista *Veja*, esta se preocupou em apresentar Eliza Samudio grávida do filho que seria de Bruno; ela também afirma que a jovem teria procurado um jornal do Rio de Janeiro informando que iria à justiça para que Bruno reconhecesse o filho como sendo dele.

Eliza procurou um jornal carioca para afirmar que estava grávida e que o goleiro Bruno era o pai da criança. Ao mesmo tempo, entrou na justiça com uma ação de reconhecimento de paternidade. (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010).

A revista cita um episódio onde Bruno Fernandes conheceu o bebê e propôs fazer um teste de DNA para comprovar a paternidade.

Dois meses atrás, Eliza foi surpreendida com uma súbita mudança no comportamento de Bruno. Afável, ele a convidou para que fosse ao Rio. Disse que estava disposto a submeter-se ao teste de DNA. [...] foi conhecer a criança. Pegou-a no colo e disse que era “a cara do pai”. “Quando crescer, vai ser um garanhão”, afirmou. (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010).

O periódico aponta, porém, que, apesar dessa “súbita mudança de comportamento”, Eliza continuava apreensiva em relação ao goleiro e chegou a fazer a seguinte afirmação para a advogada dela, Anne Faraco: “Estou no Rio. Se acontecer algo, já sabe quem foi” (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010). A revista informa que, embora a modelo estivesse com medo de

Bruno, esta aceitou o convite para ir à casa do jogador, em Esmeraldas, Minas Gerais. Esse convite seria a primeira etapa de um plano contra Eliza Samudio, preparado por Bruno Fernandes e pelos demais suspeitos. Para afirmar isto, *Veja* utiliza, novamente, a fala do delegado, buscando demonstrar neutralidade, com o uso do verbo “diz”.

Para o delegado, Edson Moreira, o convite foi a primeira etapa de um plano que pode ter culminado na morte da jovem. “Trabalhamos com a hipótese de ela ter sido friamente atraída para uma emboscada”, diz (Revista *Veja*, 7 de Jul. de 2010).

O periódico enumera outro ponto para reforçar a ideia exposta acima. Sem explicar de qual fonte partiu essa informação, afirma, não levantando a hipótese de dúvidas, que Luiz Henrique Ferreira Romão, o Macarrão, recolheu os objetos de Eliza, após o desaparecimento, e entregou o bebê à Dayanne Souza, ex-esposa do goleiro.

Luiz Henrique Ferreira, conhecido como Macarrão, esteve no flat em que Eliza ficou hospedada no Rio para recolher os pertences dela depois do desaparecimento da moça. Foi o mesmo amigo quem chamou Dayanne Souza, mulher do goleiro, para ir à casa de Esmeraldas e tirar o bebê de lá (Revista *Veja*, 7 de Jul. de 2010).

Veja cita a relação de Dayanne Souza com o ex-marido, Bruno Fernandes. A revista aponta que, apesar das várias traições do goleiro, Dayanne tinha o nome dele tatuado no braço e falava do jogador com “devoção”. O periódico também fala da preocupação de Luís Carlos Samudio, pai de Eliza, com a filha. Este havia pedido que a jovem voltasse para casa, mas “ela nunca quis” (Revista *Veja*, 7 de Jul. de 2010).

Na página 83 da revista, há um retrato de um homem com uma criança no colo; ele, com expressão de tristeza, é identificado pela revista como sendo o pai de Eliza, e a criança, de apenas seis meses de idade, como sendo o filho de Eliza com Bruno. Nas páginas 84 e 85, são expostas as fotografias da casa do goleiro Bruno; pelas fotos tem-se a impressão de ser uma casa luxuosa, típica de pessoas que lograram sucesso na profissão de jogador de futebol.

A revista fala sobre a época na qual Eliza desapareceu, indicando que a modelo havia telefonado a três amigas, informando, satisfeita, o fato de estar com Bruno e de ter conseguido entrar em acordo com o goleiro sobre algumas questões. “‘Estou aqui com Bruno. Ele quer que eu more perto da família dele. Vai me colocar até num apartamento mobiliado’, comemorava” (Revista *Veja*, 7 de Jul. de 2010). O uso do “comemorava”, por parte da revista, demonstra a intenção de explicitar a alegria de Eliza Samudio por estar com Bruno Fernandes e por ter conseguido a promessa de receber um apartamento.

Porém, logo em seguida, são destacadas as denúncias anônimas contra jogador, indicando ter sido este acusado por um crime brutal. “No dia 24, a polícia recebeu uma denúncia anônima dando conta de um crime brutal: uma moça teria sido espancada até a morte pelo goleiro Bruno e outros dois homens na casa de Esmeraldas” (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010). As informações são atribuídas à polícia, fonte oficial.

A revista explica que Bruno Fernandes ainda não havia fornecido nenhum depoimento formal à Justiça, mas, em entrevistas, teria afirmado não ver a modelo há dois meses, não tendo nenhuma relação com o desaparecimento dela. Logo em seguida, o periódico cita dados para negar a afirmação de Bruno.

Pelo menos duas testemunhas já contrariaram essa declaração, uma vizinha e o caseiro do condomínio, Elenilson Vitor. Ambos disseram à polícia que viram Eliza na casa do jogador no período em que ele estava lá. Investigadores também encontraram manchas de sangue em um jipe pertencente a Bruno. O material está sendo analisado para identificar se o sangue é da jovem (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010).

O periódico afirma ter tido acesso a uma prova policial, responsável por reforçar a opinião dos investigadores de que “o goleiro mente”. Explica ter sido encontrados, no carro de Bruno, os “óculos da marca Dolce&Gabbana e sandálias pretas de salto alto” (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010), que seriam, “sem dúvidas”, de Eliza, segundo informações fornecidas por uma amiga da modelo. “Quando uma amiga de Eliza viu os objetos, não teve dúvida: ‘São dela’” (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010).

A reportagem é concluída pressupondo que o avanço das investigações já estava sendo prejudicial ao goleiro Bruno e que este poderia sofrer ainda mais com os resultados finais.

Tudo indica que, desta vez, algo deu muito errado para o goleiro Bruno – e para a jovem que sonhava em entrar para o seu mundo. Um mundo que, dependendo do rumo das investigações, agora ameaça ruir. (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010).

Como explicitado no início deste tópico, a reportagem é acompanhada por três boxes. Segundo Ribeiro (2007), um box é um:

Recurso editorial que se reveste de forma gráfica própria. Um texto que aparece na página entre fios, sempre em associação íntima com outro texto, mais longo. Pode ser uma biografia, um diálogo, uma nota da redação, um comentário, um aspecto pitoresco da notícia (RIBEIRO, 2007, p. 2-3).

No primeiro box da matéria, intitulado por “Era uma orgia só”, é apresentada uma

entrevista que Bruno teria fornecido, por telefone, à revista, falando sobre a modelo e sobre o desaparecimento dela.



Imagem do primeiro box da reportagem, intitulado como “Era uma orgia só”. (Fonte: Acervo Digital VEJA).

Uma foto do goleiro é apresentada, na qual este aparece com as duas mãos no rosto e olhos fechados, transmitindo aspecto de cansaço ou preocupação. Sobre o dia em que conheceu Eliza, o atleta teria destacado que foi em uma festa, marcada pela irresponsabilidade.

Era uma orgia só. Tinha mulher, homem, amigas dela, outros jogadores, uma p... Essas festas são comuns no nosso meio [...] Fiquei. Depois ela disse que estava, fui saber que todo o time do São Paulo a conhecia, que ela tinha feito filme pornô... Fiquei até preocupado com a minha saúde, tanto que logo depois fiz exame de HIV, mas estava tudo tranquilo (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010).

Quando perguntado sobre o reconhecimento de paternidade, Bruno Fernandes teria afirmado que, caso fosse comprovado ser realmente dele o filho de Eliza, ele pagaria a pensão e ainda brigaria pela guarda da criança. Também afirmou não ver Eliza há dois meses, apenas o amigo dele, Macarrão, teria se encontrado com a jovem.

No segundo box, “Sexo, ameaça e mistério”, a revista aponta alguns episódios da relação entre Bruno e Eliza, destacando a luta desta pelo reconhecimento da paternidade do filho. Também cita os últimos telefonemas realizados pela modelo para avisar às amigas e à advogada que estava na casa de Bruno e afirma que, logo em seguida, surgiram as primeiras denúncias sobre o desaparecimento da jovem.



Imagem do segundo box publicado na reportagem. (Fonte: Acervo Digital VEJA).

O último Box, intitulado como *Famosos e Acima da Lei*, lembra o sucesso que o time do Flamengo teve em tempos passados, e faz uma relação entre este e supostos casos de escândalo, também envolvendo a participação de jogadores do clube de futebol.

O ano passado foi glorioso para a história do Flamengo. Em compensação, fora dos campos, o time só tem feito papelão. Bruno Fernandes é o terceiro jogador do rubro-negro a protagonizar um caso de polícia nos últimos meses. Em vídeo divulgado em março deste ano, o atacante Vagner Love aparece chegando a um baile funk na favela da Rocinha, na Zona Sul do Rio, alegremente acompanhado de traficantes (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010).

Assim, a reportagem faz também referência a outro jogador de futebol, Vagner Love, que teria chegado a um baile funk na favela da Rocinha, acompanhado por traficantes armados. “Os bandidos estariam munidos com um lançador de morteiros capaz de abrir um rombo num tanque de guerra” (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010).



Imagem do terceiro box publicado na reportagem. (Fonte: Acervo Digital VEJA).

Também cita polêmica envolvendo outro jogador de futebol do flamengo, Adriano:

Na mesma semana, seu parceiro de ataque, Adriano, viu-se atingido por denúncias de igual calibre. [...] enquanto acertava sua transferência para o Roma, o atleta teve divulgadas fotos suas com armas que pareciam fuzis e bazucas - o que, óbvio, ajudou a reforçar a imagem do jogador com o tráfico (Revista Veja, 7 de Jul. de

2010).

O mesmo jogador, Adriano, na página 85 da revista, aparece sorridente empunhando o que parece ser uma arma de fogo de grosso calibre e, logo atrás dele, há outra pessoa, não identificada, na mesma posição. De acordo com a reportagem o jogador teria afirmado tratar-se de arma de brinquedo.

A reportagem aponta que houve complacência quanto aos dois jogadores, não sendo estes punidos por esses atos. Também explica ser essa falta de rigor um motivo estimulante para a realização de crimes por parte dos atletas famosos.

Apesar da gravidade dos episódios, tanto Love quanto Adriano foram tratados com a complacência habitualmente reservada aos jogadores famosos pegos em flagrante desvio de conduta. [...] Diante de tanta naturalidade perante comportamentos que beiram o banditismo, parece natural que alguns craques ajam como vêm agindo – como se estivessem acima da lei (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010).

Na reportagem aparecem cinco fotografias de Eliza com jogadores, contendo a legenda: “‘Eles é que vêm atrás de mim’. Eliza colecionava fotos com jogadores de futebol. Do alto, em sentido horário: Raí, Cristiano Ronaldo, Aloísio, Dagoberto e Ricardo Oliveira” (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010).

Há também uma imagem de Dayanne de Souza, cuja legenda é: “Por que tirou? – Dayanne de Souza, mulher de Bruno, foi quem tirou o filho de Eliza da casa em que a jovem desapareceu” (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010). Em outra foto, aparece o pai de Eliza, de perfil, beijando o neto, que está nos braços dele, sendo acompanhada pelo texto: “Nos braços do avô – Bruninho, de quatro meses, foi deixado em uma favela de contagem depois do sumiço da mãe. Hoje, está sob a guarda do pai de Eliza, Luiz Carlos Samudio” (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010).

Por último, aparece a fachada da casa de Bruno e uma fotografia de Macarrão, olhando para frente. A legenda das imagens é: “O amigo de infância – Macarrão, amigo de Bruno: peça-chave nas investigações. Ao lado, a casa do goleiro onde testemunhas dizem ter visto Eliza pela última vez” (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010).

A seguir, apresenta-se as imagens das demais páginas da reportagem, as quais trazem as fotos mencionadas.

Por fim, após a ênfase nas informações sobre o assassinato da jovem, *Veja* passa a debater sobre a atitude do Flamengo, time no qual Bruno Fernandes jogava, diante das acusações contra o atleta e falando também sobre a postura assumida pelo clube de futebol

nos conflitos envolvendo outros jogadores.

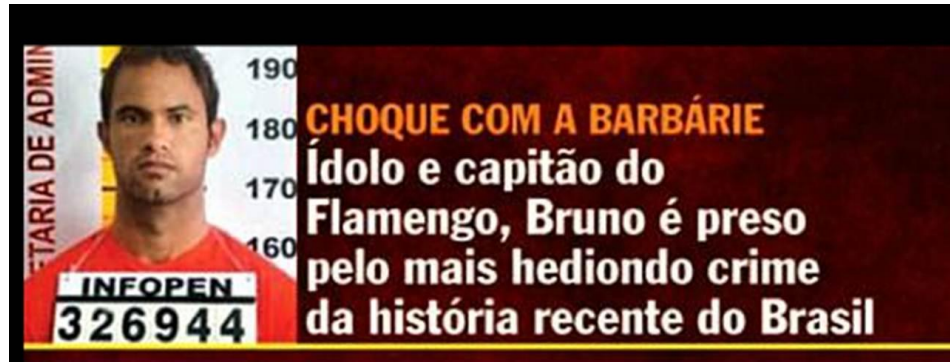
A matéria apresenta, além de textos e imagens, um infográfico, detalhando as cenas do crime, e um box, explicando as disputas pela guarda de Bruno Samudio, filho de Eliza, após o desaparecimento desta.

Análise de conteúdo da reportagem.

A chamada de capa para a reportagem *Frieza, crueldade e selvageria*, apresenta uma pequena foto de Bruno Fernandes, vestido com o uniforme de presidiário e o número de identificação fornecido no presídio, indicando que este já estava preso. O texto ao lado da imagem é escrito da seguinte forma: “Choque com a barbárie – Ídolo e capitão do flamengo, Bruno é preso pelo mais hediondo crime da história recente do Brasil” (Revista Veja, 14 de Jul. de 2010). Nesse caso, percebe-se uma afirmação sobre o crime ter realmente acontecido e também de ter sido realizado cruelmente, capaz de ser o “mais hediondo” do país, nos últimos anos.



Capa da edição com a reportagem do dia 14 de julho de 2010. (Fonte: Acervo Digital VEJA).



Chamada da matéria, que aparece no topo da capa da edição. (Fonte: Acervo Digital VEJA).

A matéria é iniciada com uma fotomontagem, na qual aparecem Bruno Fernandes e a imagem de um cão da raça rottweiler com a boca aberta; ambos estão olhando para o lado direito, onde se encontra uma imagem do rosto de Eliza Samudio; está parece estar olhando para o lado esquerdo, para a imagem dos dois primeiros.



Página dupla que inicia a reportagem, trazendo uma fotomontagem sobre o caso.

(Fonte: Acervo Digital VEJA).

Toda a fotomontagem é coberta pela cor vermelha e ocupa uma página e meia da reportagem. A legenda ao lado da foto é a seguinte: “‘Não aguento mais apanhar’ – Espancada por três dias, Eliza pediu clemência. Em vez disso, foi morta por asfixia e teve pedaços de seu

corpo lançados aos cães, diz a polícia. Bruno está preso” (Revista Veja, 14 de Jul. de 2010). Assim, é afirmado como teria ocorrido as cenas do crime, sem demonstrar hipótese de dúvida e atribuindo a fala à polícia, por meio do verbo “diz”, conferindo legitimidade ao discurso, já que esse estava partindo de uma fonte oficial. Logo após a descrição do crime, é apontada a prisão de Bruno, demonstrando uma relação direta entre os dois fatos.

O texto é introduzido pela afirmação:

Espancada, torturada e morta por asfixia, Eliza teve o corpo esquartejado e lançado a cães ferozes. A polícia suspeita que os animais já haviam se alimentado de carne humana antes. O goleiro Bruno está preso sob acusação de ser o mandante do crime. O flamengo se cala (Revista Veja, 14 de Jul. de 2010).

Novamente, cenas do crime são detalhadas, indicando aspectos como o fato dos cães serem “ferozes” e de já terem, possivelmente, se alimentado de carne humana antes. As informações são, mais uma vez, atribuídas à polícia, indicando existir uma “suspeita”. A prisão do goleiro é comunicada, falando que este está ainda “sob acusação”, e é evidenciada a postura de silêncio do time Flamengo diante disto.

O texto da reportagem inicia exemplificando a diferença entre o humano e os seres irracionais, ressaltando a diferença de cada um no tratamento da morte.

Um dos aspectos que diferenciam os homens das bestas-feras é que enterramos os nossos mortos, em sua integridade corporal, como uma forma de reverência à sua memória. Quando alguém mata, o que já é repulsivo, e ainda profana o corpo da vítima, o crime se afigura mais chocante por ferir aquilo que também nos torna humanos. A morte de Eliza Samudio é um desses episódios. A jovem, de 25 anos, foi morta, segundo a polícia, a mando do goleiro do Flamengo, Bruno Fernandes, em vingança pelo fato de ter se recusado a abortar um filho que seria dele (Revista Veja, 14 de Jul. de 2010).

Assim, o periódico destaca a natureza perversa e a irracionalidade dos crimes de assassinato, principalmente daqueles cujo corpo da vítima não é, posteriormente, preservado. Depois, afirma ter acontecido, dessa mesma forma, a morte de Eliza Samudio, explicando que, “segundo” a polícia, o crime ocorreu “a mando” do goleiro Bruno, não sendo ressaltado o fato deste ser ainda, naquela época, apenas um suspeito. A possível causa do ato também é apontada: teria sido por vingança, associada à recusa de assumir o filho e à tentativa de convencer a jovem a abortar.

Depois, as cenas do crime são divulgadas com riqueza de detalhes, explicando que os dados foram obtidos “de acordo com as investigações”.

Seus últimos dias, de acordo com as investigações, foram de um sofrimento excruciante. Atraída para uma emboscada, Eliza foi mantida em cativeiro, seguidamente espancada e psicologicamente torturada. Experimentou o terror de pressentir a aproximação da própria execução e chegou a ouvir a sentença de morte – antes de ser sufocada até perder a vida. Morta, teve o corpo esquartejado e atirado a cães ferozes (Revista Veja, 14 de Jul. de 2010).

O fato de todos os verbos serem empregados no indicativo, como “foi”, “experimentou” e “teve” sinaliza uma certeza naquilo apresentado, não promovendo o questionamento, as dúvidas sobre as informações.

Em geral, a tradição gramatical atribui à categoria de modo às diferentes formas que toma o verbo para indicar a atitude de certeza, de dúvida, de suposição, de mando da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia (cf. CUNHA; CINTRA, 1985). Atribui ao modo indicativo a atitude de certeza do falante quanto ao que declara e ao subjuntivo atitude de incerteza, dúvida ou desejo frente ao conteúdo enunciado (CARVALHO, 2009, p.80).

Posteriormente, a revista explica que a polícia “tem razões” para suspeitar da realização de outros crimes, ocorrido no mesmo local e de forma semelhante ao assassinato de Eliza. Para justificar isso, expõe as denúncias existentes contra Marcos Aparecido dos Santos, apontando o modo como o grupo do qual este participava costumava executar suas vítimas.

A polícia tem razões para suspeitar que os cães da raça rottweiler que receberam os restos mortais de Eliza já haviam se alimentado de carne humana antes. O ex-policial Marcos Aparecido dos Santos – ex-segurança de Bruno, dono da casa em que Eliza morreu e apontado como seu executor – responde a um inquérito em que é acusado de pertencer a uma quadrilha de extermínio. Um dos pontos investigados é que o grupo de Santos, conhecido também como Bola ou Paulista, reservava às suas vítimas o mesmo destino que a polícia supõe ter sido o de Eliza: levadas à casa do ex-policial, onde foram encontradas caixas de armas e munição, elas eram esquartejadas e tinham pedaços de seus corpos lançados aos cães (Revista Veja, 14 de Jul. de 2010).

Assim, primeiro o periódico afirma que os cães “receberam” os restos mortais de Eliza e, somente depois, explica que “a polícia supõe” ter sido essa a forma de realização do crime. Também aponta ser mesmo a casa de Bola o local onde a jovem morreu, quando se refere ao ex-policial como o “dono da casa em que Eliza morreu”. Apesar de explicitar o fato de Marcos Aparecido dos Santos está sendo “acusado de pertencer a um grupo de extermínio”, sem haver ainda conclusões sobre as denúncias, fala, depois, que o “grupo de Santos”, ou seja, o grupo ao qual ele, com certeza, pertencia, aplicava o mesmo tipo de crueldade às outras vítimas. Novamente, em “reservava às suas vítimas o mesmo destino”, o verbo aparece

no indicativo, sem levantar dúvidas sobre a existência das vítimas e sobre os atos praticados contra elas.

A revista se dedica a explicar o comportamento de Bruno Fernandes diante das acusações, ressaltando ser estranha a indiferença apresentada pelo goleiro, além de evidenciar o caráter narcísico deste, pois ele estaria demonstrando apenas preocupação com questões pessoais. O comportamento de Bruno seria, para o periódico, “quase tão chocante quanto o crime em si”.

Quase tão chocante quanto o crime em si tem sido o comportamento do goleiro Bruno. Em nenhuma de suas aparições públicas, o jogador apresentou qualquer traço de emoção. Sua manifestação de preocupação, captada num vídeo feito na delegacia carioca em que ele se apresentou, referia-se a ele próprio – e à sua agora naufragada esperança de jogar na copa do mundo de 2014. “Acho que não vai dar para participar”, lamentava, como se a tragédia não fosse outra (Revista Veja, 14 de Jul. de 2010).

Veja aponta que o goleiro “lamentou” por não ter mais condições de participar da Copa do Mundo, depois, afirma “como se a tragédia não fosse outra”, indicando estar Bruno Fernandes fornecendo uma importância maior à sua participação no mundial do que ao desaparecimento de Eliza e às denúncias contra ele.

A revista também procura demonstrar a indiferença de Bruno quanto ao ocorrido, apontado as atitudes do atleta no dia anterior e posterior ao “assassinato” da modelo.

Um dia antes do assassinato de Eliza, Bruno promoveu uma pelada e um churrasco na sua casa em Esmeraldas (MG), onde a jovem era mantida cativa. No dia seguinte à morte, surgiu de novo tranquilo e sorridente, num churrasco ao som de funk na casa do atacante Vagner Love, seu colega no Flamengo. Estava acompanhado de Luiz Henrique Romão, o Macarrão, a quem ele publicamente chama de “meu funcionário” e que teria sido o coordenador da ação que resultou na morte de Eliza. O goleiro e Macarrão estão presos, assim como a ex-mulher de Bruno, Dayanne Souza, e outros cinco envolvidos no caso (Revista Veja, 14 de Jul. de 2010).

No trecho citado acima, percebe-se que a revista afirma ter sido Eliza Samudio “mantida cativa” na casa de Bruno, sem levantar questionamentos sobre isto. O caráter despreocupado do goleiro é ressaltado, sendo fornecidos detalhes do churrasco ao qual ele teria participado, indicando, até mesmo, ser um evento marcado pelo “som de funk”. Também é destacada a proximidade de Bruno com Vagner Love, o jogador que havia sido retratado na semana anterior, pela revista, como alguém envolvido com irregularidades. A amizade do goleiro e de Macarrão é apontada; este último “teria sido” o coordenador da ação, ou seja, não há ainda conclusões sobre isso. Porém, no final, é afirmada a prisão de Bruno, Luiz Henrique

Romão e Dayanne Souza, assim com a de outros “cinco envolvidos no caso”. “Envolvidos no caso” aparece, novamente, no indicativo, demonstrando a certeza de existir o envolvimento dos presos com o crime, sem ressaltar estarem estes ainda passando pelo processo de investigação.

A relação entre Bruno e Macarrão é melhor detalhada logo em seguida, demonstrando ser o último capaz de fazer qualquer tipo de ação pelo primeiro.

As evidências mostram que, ao menos para o próprio Macarrão, ele era bem mais do que um funcionário para Bruno. Uma tatuagem em suas costas traz os seguintes dizeres: “Bruno e Maka. A amizade nem mesmo a força do tempo irá destruir, amor verdadeiro”. Melhor amigo do jogador desde a infância pobre em Ribeirão das Neves (MG), Macarrão, segundo colegas, de “goleiro frustrado” tornou-se o braço direito de Bruno. Nos último dois anos morava no Rio, na casa do goleiro, por quem teria “adoração”. Colecionava suas camisetas oficiais e era presença constante nos treinos do Flamengo. Bruno, por sua vez, confiava tanto no amigo, que lhe entregava cheques em branco para que administrasse suas despesas. A tatuagem nas costas de Macarrão foi feita há um mês. A data, incerta, se aproxima daquela em que Eliza morreu (Revista Veja, 14 de Jul. de 2010).

Assim, *Veja* apresenta a amizade inseparável dos dois, indicando terem tido, estes, uma “infância pobre”. Todas as informações são fornecidas, apontando serem obtidas “segundo colegas” dos acusados. A “adoração” de Macarrão por Bruno é evidenciada, além de destacar a total confiança do último em relação ao primeiro: era capaz de lhe entregar cheques em branco e de deixa-lo morar em sua própria casa. Há também uma possível proximidade entre a data da tatuagem e a data “em que Eliza morreu”, buscando apresentar uma relação entre os dois eventos. A morte da modelo aparece no tempo indicativo, sem ressaltar o fato desta informação não ser ainda confirmada.

A revista explica que as informações existentes no processo, até aquele momento, eram todas baseadas somente nos depoimentos fornecidos pelos primos de Bruno à polícia. Novamente, a descrição detalhada dos “últimos dias de Eliza” é realizada, atribuindo os dados às testemunhas.

As principais testemunhas do caso até agora são J.R., de 17 anos, e Sérgio Rosa, primo de Bruno. À polícia, eles relataram como foram os últimos dias de Eliza. Na casa de Esmeraldas, ficou por quatro dias em cativeiro com o filho. Lá, foi vigiada por Macarrão e surrada sem trégua, a ponto de seus algozes terem providenciado um aparelho de som ligado no volume máximo para abafar seus gritos de socorro. [...] No dia 9 de junho, pouco antes do assassinato, Sérgio obrigou-a a telefonar para uma amiga em São Paulo e fingir alegria. [...] Logo depois, Macarrão convenceu a jovem a entrar num carro, com seu filho e pertences, para supostamente conhecer o apartamento que Bruno teria alugado para ela. No lugar do apartamento, foi

conduzida para a morte. Levada para uma casa na cidade de Vespasiano, em Minas Gerais, foi recebida por Bola (Revista Veja, 14 de Jul. de 2010).

Os detalhes sobre a forma de realização do crime continuam a ser expostos, ressaltando que Sérgio Rosa teria afirmado a participação de Bruno e falado, inclusive, sobre a presença do goleiro no local onde a jovem foi assassinada. A descrição das cenas é, ainda, sempre atribuída às testemunhas, utilizando, para isso, os verbos “disse”, “afirmou”, “contou” e “confessou”.

“Ele estava lá”, disse. “Eles até pensaram em matar o bebê, mas ficaram com pena”, afirmou. Àquela altura, Eliza já tinha hematomas no corpo, resultado dos espancamentos sofridos, e uma ferida na cabeça, provocada por três coronhadas, que J.R. confessou ter desferido nela durante a viagem em que a jovem foi levada do Rio para Minas. Em resposta ao pedido de clemência de Eliza, Bola, segundo J.R., disse que ela não iria mais apanhar. “Agora, você vai morrer”. [...] J.R. contou à polícia que, em seguida, viu o ex-policial entrar na casa com o corpo de Eliza, sair de lá com um saco plástico e dirigir-se ao canil onde se encontrava os rottweilers (Revista Veja, 14 de Jul. de 2010).

Para complementar as informações, a revista explica ao leitor qual é a intensidade da mordida de um cachorro da raça rottweiler: “A força da mordida de um rottweiler é equivalente a 150 quilos. É uma das mais potentes entre os cães” (Revista Veja, 14 de Jul. de 2010).

Em seguida, a semanal expõe a fala do delegado Edson Moreira, na qual este “afirma” ter a certeza sobre o cometimento do crime e sobre a participação do goleiro. “‘O conjunto de informações é irrefutável’, afirma o delegado-chefe da investigação em Minas, Edson Moreira. ‘Eliza foi cruelmente atraída para uma armadilha, e Bruno participou da trama do assassinato do começo ao fim’” (Revista Veja, 14 de Jul. de 2010). Não há nenhum esclarecimento relativo ao fato de ainda estarem sendo investigadas as circunstâncias do desaparecimento de Eliza Samudio. Também não é explicitada a possibilidade dos acusados, ao fim das investigações, virem a ser considerados inocentes.

Veja apresenta a opinião de um filósofo e de um psiquiatra; ambos falam sobre o caráter perverso da realização do assassinato, referindo-se, especialmente, ao goleiro Bruno. Este é identificado pelo médico como um psicopata, possuindo um nível de “maldade” elevado, sendo utilizado verbo “avalia” para atribuir a fala ao profissional, como se estivesse sendo, realmente, realizada uma avaliação mental do atleta.

“É monstruoso que você programe a destruição do corpo de uma pessoa com quem manteve uma história afetiva, retirando dela a sua dignidade e, da família, a possibilidade de realizar os ritos de morte”, diz o filósofo Roberto Romano. O psiquiatra americano Michel Stone, da Universidade Colúmbia, hoje uma referência mundial no estudo de assassinos, dissecou o padrão de comportamento de dezenas de criminosos para criar uma “escala de maldade”. Ao analisar, a pedido de Veja e à luz da hipótese policial, o caso do goleiro Bruno, ele situou o jogador no nível 16 de sua escala, que vai de 1 a 22. “Veem-se nele altas doses de narcisismo, egoísmo e frieza. Tudo indica que ordenou um assassinato para eliminar o que era para ele um obstáculo”, avalia o psiquiatra. “Trata-se, sem dúvida alguma, de um psicopata” (Revista Veja, 14 de Jul. de 2010).

Mais uma vez, não é questionada a fala do especialista, nem ressaltado o fato de não haver ainda conclusões sobre a culpa do goleiro Bruno nem sobre a morte de Eliza.

Ademais, a revista afirma ser comum a relação entre jogadores do Flamengo e crimes graves, criticando o clube de futebol por fornecer um tratamento pouco rígido a esses atletas. A crítica é explícita quanto à postura assumida diante das investigações contra Bruno Fernandes. De acordo com a revista, embora estivesse ainda no início das investigações, o goleiro deveria ser penalizado de modo mais severo por parte do Flamengo.

O vínculo dos jogadores do Flamengo com o banditismo já produziu outros escândalos. Mas, quando Vagner Love foi filmado na companhia de traficantes armados e, quando o também atacante Adriano admitiu ter dado dinheiro a um chefe do crime organizado, os cartolas do clube reagiram da mesma forma – como se estivessem diante de adolescentes que cometeram uma marotagem. Ocorre que os jogadores não são adolescentes, mas ídolos – venerados e copiados por adultos e crianças. [...] No caso de Bruno, a atitude do clube foi ainda pior. Na última segunda-feira, quando já era o principal suspeito do assassinato, o goleiro continuou a treinar e a contar com a defesa do diretor jurídico do clube, Michel Assef Filho – hoje fora do caso. Até agora o Flamengo não apenas deixou de demitir o jogador (ele só foi suspenso), como não se pronunciou sobre o ocorrido – nem para anunciar medidas para manter seus atletas afastados da bandidagem (Revista Veja, 14 de Jul. de 2010).

A semanal aponta que o maior rigor do Flamengo deve ser motivado também pelo de fato de muitas crianças se espelharem nos jogadores de futebol, sendo necessário punir, com mais rigidez, os atletas com alguma participação em atos criminais. A relação entre Bruno e o crime também é vista de como “irremediavelmente” existente.

Em cada rua de cada cidade brasileira, há meninos com uma bola no pé e o sonho de emular os passes, a carreira e o sucesso de um Vagner, um Adriano, um Bruno. Cabe ao Flamengo tomar consciência da responsabilidade que sua flâmula carrega. E deixar de tratar como moleques marotos atletas que flertam com o crime. Ou que – como Bruno – parecem estar irremediavelmente comprometidos com ele (Revista Veja, 14 de Jul. de 2010).

A matéria é acompanhada por um infográfico, no qual os detalhes do crime, discutidos na reportagem, são apresentados em ordem cronológica e com o desenho, em cinza, de cada cena. De acordo com Caixeta (2005), o infográfico:

É uma forma de representar informações técnicas como números, mecanismos e/ou estatísticas, que devem ser sobretudo atrativos e transmitidos ao leitor em pouco tempo e espaço. Normalmente utilizado em cadernos de Saúde ou Ciência e Tecnologia, em que dados técnicos estão mais presentes, o infográfico vem atender a uma nova geração de leitores, que é predominantemente visual e quer entender tudo de forma prática e rápida. Segundo pesquisas, a primeira coisa que se lê num jornal são os títulos, seguidos pelos infográficos, que, muitas vezes, são a única coisa consultada na matéria (CAIXETA, 2005 *apud* MÓDOLO, 2007, p. 5).

Intitulado por “O Passo a Passo do Crime”, o infográfico é introduzido da seguinte forma: “Os principais episódios que ocorreram entre os dias 5 e 9 de junho e culminaram no assassinato de Eliza Samudio, ex-amante do goleiro Bruno, segundo a versão com a qual a polícia mineira trabalhava até a última segunda-feira” (Revista Veja, 14 de Jul. de 2010).



Infográfico publicado na reportagem com o passo a passo do crime. (Fonte: Acervo Digital VEJA).

Assim, os dados são, novamente, atribuídos à polícia, sendo informado que essas cenas “culminaram no assassinato de Eliza Samudio”, ou seja, confirma-se a morte da modelo. Os momentos, desde a chegada da jovem à casa de Bruno até a morte dela, são retratados, contendo desenhos, como o de Eliza sendo espancada, sendo asfixiada por Bola e, depois, o desenho do ex-policial caminhando com um saco preto em direção a três cães que estão com a boca aberta.

Há, ainda, um box, cujo título é “A disputa por Bruninho”, onde se fala sobre a disputa entre Sônia Fátima de Moura e Luís Carlos Samudio, pais de Eliza, pela guarda de Bruno Samudio, filho da modelo; a revista explica que o pai da jovem é acusado de estupro contra uma criança de dez anos e que a mãe de Eliza a abandonou quando ela tinha apenas cinco

anos, alegando ter fugido, pois o marido batia nela. *Veja* aponta que os pais de Bruno Fernandes são também envolvidos em conflitos.

Se o critério para a definição da guarda de Bruninho for o prontuário judicial do candidato, a mãe do goleiro Bruno tampouco pode ser considerada uma opção. Sandra Cássia Souza de Oliveira Santos, que também abandonou o goleiro com poucos dias de vida, já respondeu a um processo por tentativa de homicídio, em Rondônia, onde morava. O pai de Bruno, Maurílio Fernandes das Dores de Souza, morreu há oito anos. Ele foi acusado de furtos. E teve a prisão pedida sete vezes (Revista *Veja*, 14 de Jul. de 2010).

Assim, em um espaço destinado a apresentar a disputa dos avós maternos pela guarda da criança, a revista representa Eliza e Bruno como pessoas que foram abandonadas pelas mães, durante a infância, falando também que os pais de ambos já estiveram envolvidos em processos criminais. As acusações contra a mãe e o pai do goleiro são também apontadas, embora o último tivesse falecido e a primeira não demonstrasse nenhum interesse em ficar com a criança.

A disputa por Bruninho

Aos 5 meses de idade, o bebê de Eliza, batizado de Bruno como o suposto pai, está no centro de uma disputa entre os avós maternos. O primeiro a obter sua guarda provisória foi o pai da jovem, Luís Carlos Samudio, 43 anos, dono de uma pequena empreiteira em Foz do Iguaçu. Ele ficou com o bebê durante duas semanas, até a mãe de Eliza, Sônia de Fátima Moura, 44 anos, pedir e obter a tutela da criança. Sônia revelou que o ex-marido é alvo de um processo em que é acusado de ter estuprado uma menina de 10 anos de idade, que seria filha do empreiteiro com uma cunhada. Luís Carlos Samudio foi condenado em primeira instância pela acusação, mas recorreu. "Sou inocente e vou lutar para recuperar meu neto", disse. Ele, por sua vez, acusou Sônia

de ter abandonado Eliza aos 5 meses de idade. A mulher, que mora em Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, defendeu-se. "Fugi porque o Luís me batia." Se o critério para a definição da guarda de Bruninho for o prontuário judicial do candidato, a mãe do goleiro Bruno tampouco pode ser considerada uma opção. Sandra Cássia Souza de Oliveira Santos, que também abandonou o goleiro com poucos dias de vida, já respondeu a um processo por tentativa de homicídio, em Rondônia, onde morava. Numa discussão, ela disparou cinco tiros contra uma mulher, sem conseguir acertá-la. O crime prescreveu em 2008. O pai de Bruno, Maurílio Fernandes das Dores de Souza, morreu há oito anos. Ele foi acusado de furtos. E teve a prisão pedida sete vezes.

Imagem do box "A disputa por Bruninho", publicado no dia 14 de julho de 2010. (Fonte: Acervo Digital VEJA)

A reportagem traz seis imagens. A primeira é de Bruno e Macarrão, um com a mão sobre o ombro do outro. Ao lado, há a segunda foto, que é da tatuagem realizada por Macarrão em homenagem ao goleiro.

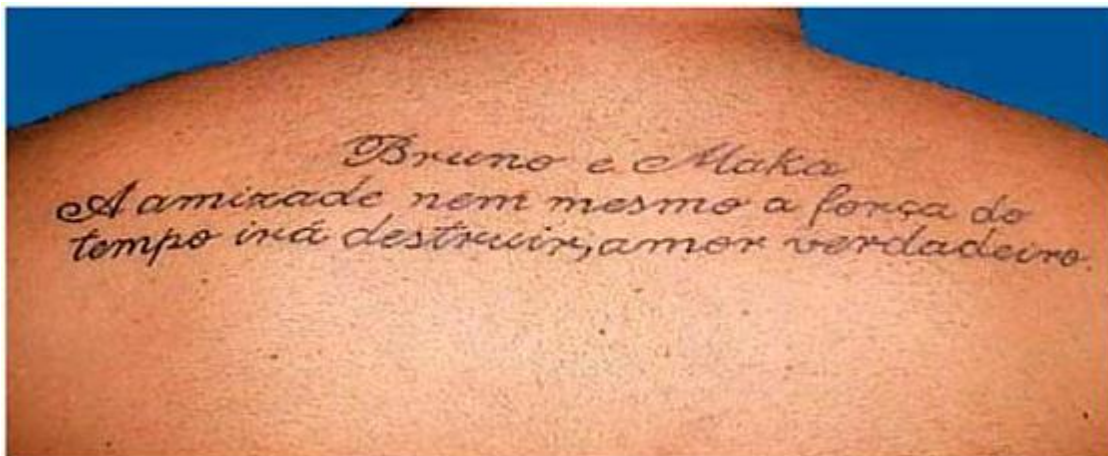


Imagem publicada na reportagem, exibindo a tatuagem de Macarrão em homenagem ao goleiro Bruno Fernandes. (Fonte: Acervo Digital VEJA).

A legenda de ambas as fotografias é a seguinte: “‘Amor Verdadeiro’ Macarrão (à esq.) e Bruno: adoração pelo goleiro tatuada nas costas (no detalhe)” (Revista Veja, 14 de Jul. de 2010). Desse modo, é enfatizada a relação de amizade entre os dois, bem como a atitude de adoração de Luiz Henrique Romão pelo atleta.

A terceira fotografia é do local onde Eliza teria sido assassinada. Embaixo, há a foto de Bola, sem camisa e olhando para frente, e ao lado, a foto de Dayanne Souza, com olhar para cima. A legenda das três fotos é a seguinte:

Matadouro? O ex-policial Marcos Aparecido (ao lado), que teria executado Eliza, é investigado por integrar um grupo de extermínio que usaria cães para devorar o corpo de vítimas: em sua casa foram encontradas armas e munições (acima). Abaixo, Dayanne, mulher de Bruno – como ele, detida (Revista Veja, 14 de Jul. de 2010).

Assim, com imagens e por meio das legendas, a semanal reafirma a prisão dos acusados, demonstrando, novamente, terem sido encontradas armas na casa de Bola, sendo esse local também exposto em fotografia.

Por último, aparece a imagem da mãe de Eliza, com o rosto vermelho, como se tivesse chorado, olhando para baixo e carregando Bruno Samudio nos braços. A legenda da foto é a seguinte: “Apareceu – Depois de abandonar Eliza quando ela era bebê, Sônia Moura (à esq.),

decidiu pleitear a tutela de Bruninho: ela obteve a guarda provisória” (Revista Veja, 14 de Jul. de 2010). Nessa parte, é enfatizada a questão de Eliza ter sido abandonada pela mãe; esta estaria lutando pela guarda do neto como um modo de se redimir pelo abandono da filha.

Abaixo, estão as imagens das demais páginas da reportagem, as quais trazem as fotografias mencionadas.





Imagens das páginas referentes à reportagem sobre o Caso Eliza Samudio, publicada, na revista *Veja*, no dia 14 de julho de 2010. (Fonte: Acervo Digital VEJA).

3.3.3. Reportagem de 11 de Julho de 2012

A terceira reportagem publicada pela revista *Veja* sobre o Caso Eliza Samudio foi divulgada no dia 11 de julho de 2012, cerca de dois anos após as primeiras denúncias. No período entre a reportagem do dia 14 de julho de 2010 e a que será analisada neste tópico, o Caso Eliza Samudio foi citado, na revista *Veja*, mas apenas em seções como “Retrospectiva” e “Panorama- Datas”, não sendo publicada nenhuma reportagem o episódio durante essa época.

A matéria, que teve uma pequena chamada na capa da semanal, foi publicada na seção “Crime” e tinha um total de sete páginas, apresentando o título *Ela Estava Marcada para Morrer*.

Por meio dessa reportagem, *Veja* busca apresentar os novos dados sobre a forma como Eliza Samudio teria sido atraída para o local no crime e assassinada. Para isso, algumas informações, obtidas a partir das “investigações” desempenhadas pela própria revista, são apontadas, conferindo uma série de detalhes sobre o modo de realização do crime.

Os depoimentos de pessoas próximas aos acusados são indicados, ressaltando-se qual teria sido a participação de cada um dos suspeitos no ato criminal, enfatizando também a relação existente entre os possíveis envolvidos e o goleiro Bruno Fernandes.

A matéria é composta por texto e imagens, além de dois infográficos, exibindo o passo a passo do crime e e-mails trocados entre a modelo e amigos dela.

Análise de conteúdo da reportagem.

A chamada na capa traz uma pequena imagem de Bruno, acompanhada pelo texto: “EXCLUSIVO. Como o goleiro Bruno e seus amigos atraíram Eliza para a morte” (Revista *Veja*, 11 de Jul. de 2012), já indicando, assim, a participação do atleta no assassinato da jovem.



Capa da edição com a reportagem do dia 11 de julho de 2012. (Fonte: Acervo Digital VEJA).



Chamada da matéria, que aparece no topo da capa da edição. (Fonte: Acervo Digital VEJA).

A reportagem *Ela Estava Marcada para Morrer* inicia com uma fotomontagem, na qual aparecem Bruno, Eliza e, ao fundo, a imagem de uma carta, à qual teria sido escrita pelo goleiro ao amigo Macarrão; todos os elementos são coloridos, apenas a modelo aparece em tons de cinza. A foto é acompanhada pela legenda: “Plano B – Na carta interceptada, Bruno convoca o comparsa Macarrão a “ficar aqui” e livrá-lo da condenação pela morte de Eliza: três vezes ‘Me perdoe’” (Revista Veja, 11 de Jul. de 2012). Assim, a legenda já indica uma estratégia do atleta para pedir a ajuda do amigo e “se livrar da condenação”.



Pagina dupla que inicia a reportagem, trazendo uma fotomontagem sobre o caso. (Fonte: Acervo Digital Veja).

No início, a reportagem apresenta o trecho: “As informações obtidas por VEJA

desvendam a trama montada pelo goleiro Bruno e seus comparsas para eliminar a amante Eliza Samudio” (Revista Veja, 11 de Jul. de 2012). Desse modo, o periódico já começa apontando ter encontrado dados capazes de comprovar a participação do goleiro e de outras pessoas em um plano para assassinar Eliza Samudio.

A matéria explica, primeiramente, que a morte da modelo e a participação dos “comparsas” de Bruno foram consideradas como certas, desde o início das investigações, faltando apenas o esclarecimento de alguns pontos do crime para compreender melhor a forma de realização do ato.

Nunca houve dúvida de que Eliza Samudio, a jovem que teve um filho com o goleiro Bruno Fernandes, foi vítima de um enredo de barbáries que culminou em sua morte, em 10 de junho de 2010, na casa de um matador contratado pelos comparsas do então ídolo do Flamengo. Mas faltavam peças essenciais da trama, que a Polícia Civil de Minas Gerais desvendou em um inquérito de 8.500 páginas a que VEJA teve acesso. É revelador. Ali estão detalhes técnicos, científicos e testemunhais que mostram a articulação de Bruno e seu bando para atrair, sequestrar, matar e dar sumiço ao corpo da incômoda amante (Revista Veja, 11 de Jul. de 2012).

Desse modo, ao afirmar que a Polícia já “desvendou” (com o verbo no indicativo) os dados necessários para compreender o restante da “trama”, a revista confirma “nunca ter existido dúvidas sobre o assassinato da modelo”, mas, caso houvesse ainda algum questionamento sobre isso, eles poderiam ser eliminados, agora, com a descoberta de todos os elementos relativos à execução do crime, os quais demonstram, detalhadamente, como ocorreu a ação de Bruno e de seus aliados para matar a “incômoda” Eliza Samudio.

No trecho seguinte, *Veja* afirma, novamente, a certeza da existência de um plano elaborado para executar a modelo. “Agora está claro que a caçada a Eliza foi planejada. Ela durou pelo menos cinco meses. “Espantam a frieza e determinação do grupo para eliminar essa moça”, diz a delegada Alessandra Wilke, à frente das investigações” (Revista Veja, 11 de Jul. de 2012). Assim, a revista ressalta ter sido Eliza “caçada” pelo grupo de Bruno, utilizando, por meio do verbo “diz”, a fala de uma fonte oficial, uma delegada, para indicar a atitude de frieza dos acusados ao cometer o crime.

As medidas realizadas pelo próprio periódico, visando obter maiores dados sobre o episódio, são explicadas logo em seguida.

Paralelamente, VEJA obteve uma série de novas evidências, exclusivas, que contribuem para fechar ainda mais o anel em torno dos responsáveis. Em Minas, conversou com o homem que apresentou Bruno e seu séquito ao matador, o ex-policia! Marcos Aparecido dos Santos, conhecido como Bola. Ouviu ainda de pessoas próximas ao grupo do goleiro que Eliza tinha em seu poder um vídeo

comprometedor que ameaçava divulgar e que teria efeito devastador sobre a reputação de Bruno. E obteve uma carta, interceptada por um agente penitenciário, em que o goleiro escreve – de sua cela no presídio de Nelson Hungria, na Grande Belo Horizonte, no qual completa neste dia 7 de julho dois anos de permanência – o que nunca falou (Revista Veja, 11 de Jul de 2012).

Assim, nesse trecho, a semanal aponta ter informações capazes de “fechar ainda mais o anel em torno dos acusados”, ou seja, capazes de comprovar ainda mais a culpa deles. Marcos Aparecido dos Santos é apresentado como “o matador”. Indica uma possível causa motivadora para o crime: “Eliza tinha em seu poder um vídeo comprometedor” de Bruno. Também afirma possuir uma carta, escrita pelo goleiro, com novas questões sobre o caso. Todos os verbos são utilizados no indicativo, sem possibilidades de questionamentos sobre aquilo que está sendo falado.

Veja volta-se para a descrição do conteúdo presente na carta, destacando a relação de cumplicidade existente entre Bruno e Macarrão.

Endereçada a seu fiel escudeiro Luiz Henrique Romão, o Macarrão (“meu querido irmão”), a carta revela o mesmo Bruno que negava ter estado com Eliza na ocasião de seu sumiço pedindo ao amigo que assuma toda a responsabilidade no seu lugar – é o que chama de “plano B” – o A era simplesmente negar o óbvio, a existência do crime, o que ele próprio já não acha viável diante das investigações. “Eu sinceramente nunca pediria isso a você, mas hoje não temos que pensar em nós somente. Temos uma grande responsabilidade que são nossas crianças”, diz o goleiro. “Você me disse que se precisasse você ficaria aqui e que era para eu nunca te abandonar. Então, irmão, chegou a hora”, acrescenta. E pede perdão – três vezes. Encerra a carta que Macarrão jamais recebeu com a assinatura (comprovada por dois peritos) que, por quase quatro anos, estampou o uniforme de jogador número 1 do Flamengo (Revista Veja, 11 de Jul. de 2012).

Desse modo, a revista busca tornar clara a participação do goleiro no crime, exibindo os trechos de uma carta que teria sido escrita pelo próprio atleta, na qual ele pediria ao amigo para assumir “toda a responsabilidade no seu lugar”. Também não haveria dúvidas sobre a autoria do texto, pois, além da comprovação dos peritos, a assinatura existente no papel já era bastante conhecida por ter estampado, durante quase quatro anos, “o uniforme do jogador número 1 do Flamengo”.

A semanal indica a “estratégia atual” de Bruno para evitar ser condenado.

Lançar a culpa em Macarrão e alegar que não sabia de nada é a estratégia atual de Bruno para se livrar das acusações de sequestro e assassinato que pesam sobre ele. O advogado do goleiro confirma a tática: “Falei com ele: não adianta ficar negando que essa jovem morreu. Todos têm culpa nesse caso, menos o Bruno, que é inocente, o bobo da corte. O problema dele foi ter o Macarrão como secretário”, diz Rui Pimenta renomado criminalista de Minas Gerais (Revista Veja, 11 de Jul. de 2012).

Nesse trecho, o fato de Bruno culpar Luiz Henrique Romão e falar que não teve participação no crime é visto, pela revista, como uma estratégia. Quando o advogado do atleta afirma ser o goleiro inocente, embora não adiante negar a morte da modelo, *Veja* percebe isso como uma confirmação, por parte do jurista, da “tática” utilizada pelo acusado, sem destacar a possibilidade deste ser realmente inocente, como afirmara o defensor dele. Todos os verbos são, novamente, empregados no indicativo; há o uso do verbo “diz” para reportar a fala à fonte.

Para a revista, não há dúvidas quanto à participação de Bruno Fernandes em todas as etapas do crime contra Eliza Samudio, algo que pode ser identificado no trecho: “As informações que agora vêm à tona, no entanto, não deixam dúvida sobre o papel do goleiro nesse enredo de brutalidades no qual esteve presente do começo ao fim” (Revista *Veja*, 11 de Jul. de 2012).

A semanal aponta ser o computador de Eliza Samudio uma peça importante para a compreensão dos fatos, pois a modelo teria enviado vários e-mails aos amigos, dias antes de desaparecer. “A memória do computador apreendido no apartamento da Zona Leste de São Paulo onde Eliza estava morando nos meses que antecederam sua morte é decisiva para destrinchar a teia criminoso” (Revista *Veja*, 11 de Jul. de 2012). Em seguida, a revista explica o início da relação entre a jovem e o goleiro, ressaltando que a modelo falava, nas conversas pela Internet, sobre o medo de ser encontrada por Bruno; *Veja* destaca as agressões praticadas pelo atleta e pelo amigo dele contra Eliza.

O caso de Eliza com Bruno (que era casado e tinha uma amante fixa) veio à tona em outubro de 2009, quando ele e Macarrão a procuraram, espancaram, encostaram uma arma em sua cabeça e lhe deram à força um abortivo que não funcionou. Grávida de um filho que dizia ser do goleiro, Eliza denunciou a agressão e, com medo da reação de Bruno, refugiou-se na casa de amigos, sem revelar seu paradeiro. O temor de ser encontrada fica evidente nas conversas, nas quais ela insiste que “Bruno é maluco” e que à “terra do Bruno vou só com passagem de ida. Vão me matar lá” (Revista *Veja*, 11 de Jul. de 2012).

O periódico utiliza a fala de um delegado, Edson Moreira, na qual este afirma ter sido o assassino de Eliza, desde o início, o objetivo de Bruno e de seus amigos. Para isso, a semanal primeiro cita as tentativas do grupo de atrair a modelo e, depois, informa que o depoimento da fonte oficial “reforça” os dados apresentados pela revista.

A partir de janeiro de 2010, um mês antes de o bebê nascer, amigos do goleiro (nunca ele mesmo), sempre por MSN, começaram a pedir a Eliza seu endereço e a

tentar atraí-la de volta ao Rio. “O objetivo deles, o tempo todo, era mata-la”, reforça o então diretor do Departamento de Investigações de Minas Gerais, delegado Edson Moreira (Revista Veja, 11 de Jul. de 2012).

Assim, *Veja*, em seguida, aponta ter sido Eliza “vencida pela promessa de um apartamento”, indicando também um possível motivo para a realização do crime: um vídeo com imagens comprometedoras do goleiro Bruno.

Por fim, Eliza foi vencida pela promessa de um apartamento mobiliado e pela exibição de um contrato em que Bruno se comprometia a fazer um exame de DNA e a pagar pensão de 3.500 reais. [...] Trazia na manga, ao que tudo indica, uma arma poderosa e um forte motivo para o atleta querer eliminá-la – além do desejo de se livrar de alguém que havia feito dele motivo de chacota entre os colegas de gramado, por tê-lo supostamente engabelado ao engravidar, e que insistia em tirar dele dinheiro e conforto. Pessoas próximas a Bruno falaram a VEJA sobre a existência de um vídeo gravado por Eliza em seu celular com as cenas de uma orgia envolvendo ela própria, Bruno e Macarrão. Esse celular jamais foi encontrado (Revista Veja, 11 de Jul. de 2012).

Embora a revista explique não ser comprovada a realização do vídeo, pois o “celular jamais foi encontrado”, demonstra uma grande possibilidade da existência dele, citando, “ao que tudo indica”, a presença do vídeo com Eliza Samudio. Esse aspecto busca ser reforçado logo em seguida, quando é afirmado o envio de mensagens ameaçadoras por parte da modelo.

A mudança de tom nas mensagens de Eliza pouco antes de chegar ao Rio reforça a suspeita de que ela tinha em seu poder um trunfo que assombrava Bruno: em vez de se sentir ameaçada, agora era ela quem fazia as ameaças (“Não sei o que fazer, viu? Estou me contendo, vou desestabilizar o Fla”, escreveu ao jogador Rodrigo Alvim, então colega de time de Bruno) (Revista Veja, 11 de Jul. de 2012).

Veja explica, em detalhes, cada passo, desde o sequestro de Eliza Samudio até o momento em que esta teria sido assassinada.

No dia 4 de junho de 2010, Eliza e o bebê foram sequestrados na porta do hotel por Macarrão e Jorge Luiz Rosa, primo do goleiro, na época menor de idade. Foi nos depoimentos desse primo que a polícia alinhou a maior parte do roteiro que se segue. No carro, ferida por coronhadas, Eliza foi levada para a casa de Bruno. A portaria do condomínio foi instruída pelo próprio goleiro a não deixar ninguém entrar, com exceção de uma pessoa: Fernanda Gomes de Castro, também sua amante, convocada para cuidar do bebê – o que reforça a ideia de que os passos seguintes já estavam planejados (Revista Veja, 11 de Jul. de 2012).

Todos os verbos são conjugados no indicativo, sendo as informações atribuídas ao depoimento fornecido por Jorge Luiz Rosa à polícia. É apontado o fato do “próprio goleiro” ter ordenado a proibição da entrada de qualquer pessoa em sua residência, permitindo apenas

a presença de Fernanda Gomes Castro, “convocada para cuidar do bebê”; esse último dado é indicado, pelo periódico, como uma prova de que todo o restante do crime já estava, desde o início, bem planejado.

A revista fala sobre a tatuagem de Macarrão em homenagem a Bruno Fernandes, sendo realizada uma associação entre esse ato e o dia do sequestro de Eliza, pois, segundo os dados coletados pelo próprio periódico, Luiz Henrique Romão teria feito o desenho apenas “cinco horas antes” da ação.

Detalhe: VEJA apurou que foi nesse mesmo dia, mais precisamente cinco horas antes do sequestro (e não meses antes, como afirmara), que Macarrão fez a famosa tatuagem “Bruno e Maka, a amizade nem mesmo a força do tempo irá destruir, amor verdadeiro” (Revista Veja, 11 de Jul. de 2012).

Ainda de acordo com as informações obtidas pela semanal, atividades e comportamento de Bruno Fernandes, durante os dias nos quais a jovem foi mantida cárcere, passam a ser descritas.

No dia seguinte o Flamengo jogou com o Goiás no Maracanã (perdeu de 2 a 1); do vestiário, Bruno ligou quatro vezes para Macarrão, demonstrando estar atento à situação em casa. Duas horas depois do jogo, partiram todos para o sítio do goleiro em Esmeraldas, Minas Gerais – Bruno, o bebê e Fernanda num carro que ele tomou emprestado de um amigo (sem GPS); Macarrão, Jorge Luiz e Eliza, sempre apanhando, no Land Rover do goleiro. No caminho, pararam em um motel, onde se hospedaram em quartos separados. Nos depoimentos, sustentaram a imaginosa versão de que um não sabia da presença do outro, embora Bruno tenha pago a conta inteira: 431 reais (Revista Veja, 11 de Jul. de 2012).

Desse modo, o goleiro é apresentado como alguém que se manteve sempre “atento” aos atos realizados pelos seus amigos em relação ao cárcere de Eliza, “ligando quatro vezes para Macarrão”, mesmo estando durante um jogo. O trecho é marcado por detalhes, onde são citados, por exemplo, o resultado da partida de futebol, na qual Bruno atuou, e o preço pago pela conta do motel. Também é evidenciado o fato de ter sido utilizado um carro emprestado, sem GPS. Além disso, os depoimentos dos acusados sobre a presença no mesmo motel são vistos como “uma versão fantasiosa”, pois o atleta teria pagado toda a conta. Mais uma vez, há a conjugação de todos os verbos no tempo indicativo.

Em seguida, a revista apresenta a policial José Lauriano de Assis Filho, o Zezé, considerado, na reportagem como um personagem importante para o acontecimento. Ele teria apresentado Bola a Bruno e Macarrão. No trecho, o primeiro é caracterizado como “um matador conhecido na região”.

Nesse ponto, entra em cena a figura –chave que se manteve por todo esse tempo à sombra do enredo: José Lauriano de Assis Filho, o Zezé, então policial na ativa que conhecera Bruno e Macarrão dois anos antes. Foi Zezé quem apresentou ao grupo um matador conhecido na região, o ex-policial Bola – o que ele admitiu no inquérito e repetiu a VEJA. Justificou-se: o filho de Bola queria ser jogador de futebol (Revista Veja, 11 de Jul. de 2012).

Embora tenha apontado a justificativa de Zezé para o encontro entre Marcos Aparecido dos Santos e Bruno Fernandes, explicando que aquele “admitiu” ter apresentado os dois, pois “o filho de Bola queria ser jogador de futebol”, *Veja*, no trecho seguinte, busca indicar a existência de uma proximidade entre José Lauriano e Macarrão durante o sequestro de Eliza.

Do motel, Macarrão e Zezé se falaram 23 vezes por telefone: a certa altura, as antenas dos celulares mostram que os dois estavam pertíssimo um do outro e que no quarto 25, de Macarrão, alguém autorizou a entrada de um visitante, que lá permaneceu quarenta minutos. Mas a polícia não conseguiu comprovar um encontro de Zezé com Macarrão ou Bruno. “Eu estava caminhando naquela direção”, disse Zezé a VEJA. “Temos a convicção de que ele participou de tudo, mas não conseguimos provar”, diz o delegado Moreira (Revista Veja, 11 de Jul. de 2012).

Desse modo, apesar do depoimento de Zezé, explicando o motivo pelo qual estava naquela região, “apenas para caminhar”, e de não ter comprovações sobre o encontro entre ele e Macarrão, a semanal utiliza uma fala do delegado Moreira, fonte oficial, afirmando “ter a convicção”, mesmo sem provas, da participação do policial no crime. As falas são reportadas às pessoas pelo verbo “dizer”, sempre usando o tempo indicativo.

As cenas do episódio continuam a ser descritas.

Os dois grupos seguiram viagem até o sítio do goleiro. Chegando lá, Eliza e o bebê foram trancados num quarto, onde a polícia depois detectou vestígios de sangue no chão. Despreocupado, Bruno organizou um churrasco para cerca de trinta pessoas no quintal do imóvel – na ocasião os convidados não tinham permissão de entrar na casa, restringindo-se à área do jardim. Nesse churrasco, Cleiton Gonçalves, amigo do goleiro com passagens pela polícia, quis ir ao banheiro, foi impedido e acabou avisado do cativo. À polícia, ele disse que percebeu as intenções do grupo e aconselhou o goleiro: “Não mata ela, não”. Ao que Bruno respondeu: “Já fiz m..., agora vou resolver” (Revista Veja, 11 de Jul. de 2012).

É evidenciada a atitude “despreocupada” de Bruno Fernandes, fazendo um churrasco para os amigos, enquanto Eliza era mantida trancada, juntamente com o filho, e, provavelmente, agredida, pois a “polícia detectou vestígios de sangue no chão” do local. É citado o fato de que “os convidados não tinham permissão de entrar na casa”, para não

visualizarem o cativado. As informações teriam sido comprovadas pelo depoimento de um amigo do goleiro, Cleiton Gonçalves, à polícia, “dizendo” ter descoberto o sequestro e aconselhado Bruno a não matar a modelo. Mas, pela resposta do goleiro, ele já tinha a intenção de assassinar a jovem, pois precisava “resolver” o erro que cometeu. O fato de Cleiton ter “passagens pela polícia” é também destacado.

Cenas do assassinato são descritas, em detalhes, ainda no tempo indicativo. A casa de Bola é citada como “a casa do matador”; este queria “aterrorizar” ainda mais as testemunhas, deixando a impressão de ter jogado o corpo da jovem aos cães, mas, “estava claro” para a polícia a não ocorrência dessa última ação.

Na noite de 10 de junho de 2010, Macarrão telefonou para Bola. Em seguida, pôs Eliza e o bebê no carro, e, acompanhado de Jorge Luiz, dirigiram-se a um ponto onde encontraram o ex-policia, de moto. Seguiram-no até a casa do matador. Ali, diante dos dois, Bola asfixiou Eliza e carregou seu corpo para outro cômodo. De lá saiu com um saco que disse conter pedaços do corpo da moça e atirou tudo a seus cães rottweiler. Agora está claro para a polícia – ele só queria aterrorizar as testemunhas. [...] Macarrão e Jorge Luiz foram embora com o bebê. Bruno se encarregou de atear fogo à mala de roupas de Eliza em seu sítio. Às 23 horas, todos (menos o bebê, que foi entregue aos caseiros) voltaram para o Rio de Janeiro. O corpo da amante do goleiro nunca foi achado (Revista Veja, 11 de Jul. de 2012).

Bruno é identificado como o responsável por “atear fogo à mala de roupas de Eliza em seu sítio”; ele mesmo teria se “encarregado” de realizar essa ação. Também é enfatizado o fato do corpo da jovem nunca ter sido localizado.

Para justificar a “veracidade do relato”, a revista aponta dois pontos considerados relevantes nos depoimentos de Jorge Luiz, o jovem responsável por fornecer a descrição do crime.

Os detalhes sobre os derradeiros momentos de Eliza constam dos depoimentos de Jorge Luiz, que reforçou a veracidade do relato 1) fazendo uma descrição minuciosa do interior da casa e 2) do próprio matador, apontando até uma falha em seu dente que ele tentou disfarçar, dizendo ter sido um acidente com as algemas, mas que foi confirmada pela perícia (Revista Veja, 11 de Jul. de 2012).

Assim, por ter descrito detalhadamente a casa de Bola e indicado a presença de uma falha nos dentes deste, Jorge Luiz pode ser considerado, segundo a revista, como uma fonte segura de informações sobre o caso, como alguém que realmente estava presente na cena do crime.

Por fim, a revista faz uma descrição sobre a situação de Bruno na época da divulgação dessa reportagem.

O sítio no condomínio Turmalinas, palco do horror vivido por Eliza, está à venda há mais de um ano, sem atrair compradores. Aguardando o julgamento, que deve ficar para 2013, Bruno, hoje com 27 anos, vive numa cela de 6 metros quadrados com chuveiro de água fria, pia e vaso sanitário. Tem TV e rádio, levado por parentes, e uma bíblia, que lê todo dia. Está sozinho desde abril do ano passado, quando por determinação judicial, deixou de dividir o local com Macarrão. É considerado um preso de comportamento tranquilo. Por duas horas diárias, aproveita o banho de sol para treinar sozinho, com bola, meia alta e caneleira. De segunda a sexta, trabalha no presídio como faxineiro. Ganha salário de 466 reais. Recebe visitas regulares da avó e de Ingrid Calheiros, sua noiva, com direito a um encontro íntimo por mês (Revista Veja, 11 de Jul. de 2012).

O sítio de Bruno é caracterizado como o “palco do horror vivido por Eliza”, ao ponto de não ter nenhum comprador interessado no local. Detalhes da vida do atleta no presídio são indicados, como o tamanho da cela, o fato de ter uma televisão, “levada por parentes”, o treino e a leitura da Bíblia diariamente, o trabalhar como faxineiro, o valor do salário, a visita da noiva e o número de visitas íntimas. O goleiro, nesse trecho, é caracterizado como um “preso de comportamento tranquilo”.

A idolatria e proximidade de Bruno e Macarrão é, novamente, apontada, falando-se das “cartas de amor”, na qual o goleiro seria chamado de “Tigrão”. O atleta, agora, estaria indiferente às atitudes de Luiz Henrique Romão, não respondendo aos textos deste. “De vez em quando, Macarrão lhe manda o que seu advogado descreve como “cartas de amor”, nas quais é chamado de “Tigrão”. Bruno não responde a elas” (Revista Veja, 11 de Jul. de 2012).

A reportagem é acompanhada por dois infográficos. No primeiro, é retratado o passo a passo do crime, sendo introduzido da seguinte forma:

Trama revelada – Um novo conjunto de informações obtidas por VEJA não deixa dúvida: Bruno e seus comparsas passaram pelo menos cinco meses tentando atrair Eliza Samudio, amante do goleiro, ao Rio de Janeiro, onde ela acabaria se hospedando em um hotel com tudo pago em seu último mês de vida. De lá, partiu para a morte (Revista Veja, 11 de Jul. de 2012).

Assim, a semanal explica serem as informações obtidas uma “revelação” sobre todo o acontecimento, pois os dados “não deixam dúvidas” de como tudo ocorreu.



Imagem do primeiro infográfico, como o passo a passo do crime. (Fonte: Acervo Digital Veja).

É afirmada a existência de um plano, organizado por Bruno e por seus “comparsas”, com o objetivo de atrair Eliza e matá-la.

No infográfico, são repetidos os detalhes das cenas do crime, que já haviam sido apresentados no decorrer da reportagem, como a ligação de Bruno para Macarrão, durante o jogo do flamengo, e o churrasco realizado pelo goleiro. Os dados são acompanhados por desenhos de como as cenas teriam acontecido. A maioria das imagens retrata os acusados fazendo as ligações de telefone entre si, mas há também o desenho de Eliza com um machucado na cabeça, sangrando, e a representação dela sendo asfixiada por Bola.

O segundo infográfico mostra as mensagens trocadas por e-mail entre Eliza e os amigos dela, às quais, segundo *Veja*, podem demonstrar o “medo sentido pela modelo em relação a Bruno”, a existência das “ameaças realizadas pelo goleiro” e também as “dúvidas sobre a paternidade” de Bruno Samudio, por parte da própria jovem. O recurso gráfico é introduzido do seguinte modo:

Tensão via MSN – No computador de Eliza Samudio, a polícia encontrou uma intensa troca de mensagens com amigos durante os seis meses em que ela passou sem revelar seu paradeiro, entre novembro de 2009 e maio de 2010. Essas conversas confirmam que Eliza tinha medo do goleiro e o ameaçava, e trazem ainda uma revelação: ela nunca teve certeza de que Bruno era realmente pai de seu filho (o que ficou comprovado em exame de DNA depois de sua morte). Ao lado trechos da conversa (Revista Veja, 11 de Jul. de 2012).

Assim, composto pela imagem de uma página de e-mail, o infográfico apresenta trechos de mensagens que teriam sido escritos por Eliza, afirmando, por exemplo:

O Medo (28/11/2009) – A um amigo que lhe sugere ter o filho em Minas, Eliza diz que para “a terra de Bruno só vou com passagem de ida” por que vão matar lá. (17/1/2010) – Afirma a uma amiga que “ele é louco, tenho medo”. **A Pressão para Abortar** (31/1/2010) – Eliza conta que Bruno daria 100 000 reais se fizesse um aborto. **Dúvidas Sobre a Paternidade** (4/2/2010) – Em conversa com certo Dudu, Eliza comenta algo que jura não ter contado nem para a advogada: que o filho pode não ser de Bruno. [...] **Ela Faz Ameaças** (28/4/2010) – Eliza conta a um amigo que já passou o recado para Ramon (então colega do goleiro no Flamengo): “Se ele (Bruno) não entrar em contato comigo, vai ver com quantos paus se faz uma canoa” (Revista Veja, 11 de Jul. de 2012).

Desse modo, o infográfico destaca trechos, onde Eliza estaria afirmando ter sido chantageada por Bruno, o qual seria caracterizado como “louco” por ela, explicando que “iriam matá-la”, caso fosse à cidade do goleiro. Também diz não ter certeza sobre quem é o pai de seu filho e indica ter ameaçado o atleta.



Imagem do segundo infográfico da reportagem, com os e-mails de Eliza. (Fonte: Acervo Digital VEJA).

Quatro fotografias acompanham a matéria. A primeira é de Luiz Henrique Romão sendo preso, já algemado e com o uniforme de presidiário; logo abaixo há a imagem da tatuagem realizada por ele em homenagem a Bruno, sendo acompanhada pela legenda: “AMOR VERDADEIRO – Macarrão, o fiel escudeiro: peça fundamental do plano para tirar de uma vez por todas Eliza do caminho de Bruno, o seu “Tigrão”, a quem dedicou uma tatuagem horas antes de sequestrá-la na frente de um hotel na Barra da Tijuca” (Revista Veja, 11 de Jul. de 2012). Assim, a revista mostra um verdadeiro “amor” de Macarrão pelo goleiro, deixando subentendida a existência de uma relação íntima entre os dois, pois o primeiro foi capaz de fazer uma tatuagem àquele que chamava de “Tigrão”. Também são feitas algumas afirmações, sempre no tempo indicativo, explicando ter sido Luiz Henrique Romão o responsável por sequestrar a jovem e um elemento essencial no “plano para tirar de uma vez por todas Eliza” do caminho do goleiro.

A segunda é a foto do sítio de Bruno, onde Eliza teria sido mantida sequestrada, trazendo a legenda: “VENDE-SE – O sítio de onde Eliza saiu para a morte: ninguém se interessou por comprar a propriedade de Bruno. Ali, enquanto a amante ficava trancada em um quarto, o goleiro oferecia um churrasco no quintal, local em que dois dias depois, queimaria as roupas da moça” (Revista Veja, 11 de Jul. de 2012). Novamente, algumas afirmações são realizadas, sem levantar dúvidas, falando ter sido o sítio de Bruno o local “de onde Eliza saiu para a morte”, no qual ela permaneceu “trancada” e onde o goleiro queimou as roupas dela. A indiferença de Bruno, “oferecendo um churrasco” enquanto a jovem era mantida em cárcere, é novamente ressaltada.

Já a última imagem representa Jorge Luiz e o ex-policial Marcos Aparecido dos Santos; o primeiro tem o rosto totalmente coberto, pois era ainda menor de idade na época das primeiras denúncias, e o segundo aparece com a roupa do presídio; A legenda é a seguinte: “EM CENA – Um executou, o outro presenciou: os depoimentos de Jorge Luiz (de rosto coberto, por ser menor de idade na época), primo de Bruno que assistiu ao assassinato, incriminaram o ex-policial Bola, matador de aluguel que asfixiou Eliza na sua própria casa” (Revista Veja, 11 de Jul. de 2012). Nesse trecho, percebe-se a referência ao ex-policial, Bola, como o “matador” e a Jorge Luiz como a “testemunha”, alguém que estava realmente presente no crime. Tudo é afirmado com total certeza, por meio do uso, mais uma vez, de verbos no indicativo, sendo confirmado, também, o fato de Eliza ter sido asfixiada.

A seguir, apresenta-se as imagens das demais páginas da reportagem, contendo os textos e imagens analisados acima.

Crime

Sua amizade, comunicada para cuidar do bebê — o que se revelou a ideia de que os prazos acabavam — já estava planejada, detalhada. VERA aponta que foi nesse dia: horas antes do sequestro e logo antes de se reunir com os outros resgatados, que Menezes fez a famosa ligação: "Havia e ainda, a amizade entre pessoas de diferentes níveis do destino, amor verdadeiro". No dia seguinte, o Plámenço juntou com o Galvão no Marambaia (perder de 2 a 1); do vendê-lo, Brício ficou quatro vezes para Menezes, derrotando entre outros a ninguém em casa. Duas horas depois do

EM CENA
Um executivo, o outro presenciou
os depoimentos de Jorge Luiz (de
tostou coberto, por ser menor de
idade na época), primo de Lisson
que assistiu ao assassinato,
ex-terminado e ex-policial dobo,
matador de aluguel que afirma
Piza em sua própria casa



roga e outro mais a
sua: Gies romelica.
Agua cor de leite para a
pele e para a cabeça.
Dele só com o leite
para as unhas.
Os dentes sobre es-
trusmados, morderem
de Eliza com o do
deprimido de Jorge
Lima, que se tornou a
veracidade de rebo-
re.
E quando uma des-
crição mestrada co-
m o transfer do caso e 23 co-
pções nadas, apre-
sando de uma falha co-
una de um que se re-
tera distanciar, denota-
do sido um aedone
cena no algarismo, que
que foi confundido pe-
la perla. Mas como o
Jorge Tadi, ficava en-
trebra com o tebe. Bru-
no só o cara que re-

[illegible][illegible]78 | L. DELALBO, 2012 | veja.org

Imagens das páginas referentes à reportagem sobre o Caso Eliza Samudio, publicada, na revista Veja, no dia 11 de julho de 2012. (Fonte: Acervo Digital VEJA).

3.3.4. Reportagem de 24 de Novembro de 2012

A quarta reportagem referente ao caso Eliza Samudio foi publicada no dia 24 de novembro de 2012 e tem o título *Ele foi o “mandante”*, apresentando um total de duas páginas. A matéria apareceu na seção “Polícia” do periódico, sem nenhuma chamada na capa da edição.

Essa reportagem é voltada para o início do julgamento de Luiz Henrique Ferreira Romão, conhecido como Macarrão, explicando que este teria indicado ser Bruno Fernandes o mandante do crime contra Eliza. Aborda-se brevemente sobre a relação entre Bruno e Macarrão, mencionando-se, também, sobre a possibilidade, estabelecida pelo Código Penal, de se julgar um caso de assassinato, mesmo na ausência do corpo. A troca de advogados dos acusados é ainda discutida.

A matéria exhibe apenas texto e fotografias, não contendo outros elementos gráficos.

Análise de conteúdo da reportagem

A reportagem *Ele foi o “mandante”* é iniciada falando sobre certo conflito entre Bruno

e Macarrão, pois este teria “traído” o amigo, revelando a participação do goleiro como mandante do crime contra a modelo Eliza Samudio. A revista destaca ainda o fato de que existia uma “amizade inseparável” entre os dois. “Macarrão, amigo inseparável, rompe com Bruno e diz que foi por ordem do ex-goleiro que levou Eliza Samudio para um encontro do qual ela nunca mais voltou” (Revista Veja, 28 de nov. de 2012).

A matéria indica que, antes do depoimento de Macarrão, Bruno estaria “confiante”, sem medo de ser condenado, pois acreditava na lealdade do amigo, além de estar sendo beneficiado por outras estratégias.

Acomodado no banco dos réus no tribunal de Contagem, Bruno Fernandes, 27 anos, ex-goleiro e ídolo do Flamengo, começou a semana confiante. Seu julgamento foi adiado e ele acreditava que seu ex-funcionário e braço direito Luiz Henrique Romão, o Macarrão, seguisse fiel à estratégia de negar até o fim o envolvimento no sequestro e morte de sua ex-namorada Eliza Samudio, em junho de 2010 (Revista Veja, 28 de nov. de 2012).

O periódico destaca, neste trecho, que o fato de negar a participação no crime seria, na verdade, uma “estratégia” por parte dos acusados.

Veja aponta ainda estarem sendo realizadas outras táticas com o objetivo de adiar o julgamento de Bruno Fernandes e, conseqüentemente, favorecer o goleiro. Porém, explica serem frustradas essas tentativas, indicando ser a condenação do atleta quase totalmente certa. “Mas a frenética ciranda de manobras para favorecer Bruno, postergando seu julgamento, resultou em um tiro no pé: sua condenação agora é dada como praticamente certa” (Revista Veja, 28 de nov. de 2012).

A revista explica que Macarrão teve um comportamento visto, por muitos, como surpreendente, ao realizar as acusações contra Bruno; porém, já era “esperado” o fato daquele ter negado participação direta no “bárbaro” crime.

Para surpresa de quem via nele um escudeiro inseparável, acusou claramente Bruno de ser o mandante de tudo, além de indiretamente confirmar que Eliza está morta, o que até então negava. Como era de esperar, tentou amenizar o próprio papel na bárbara trama. “Eu disse: ‘Bruno, deixa essa mina em paz’.” O goleiro teria reagido: “É comigo. Está tranquilo”. (Revista Veja, 28 de nov. de 2012).

Em outro trecho, esse aspecto é retomado, explicando que, “claramente”, Macarrão buscava amenizar sua participação no crime.

Tratou de atenuar, claro, a própria participação. Disse que Eliza não foi sequestrada, mas o acompanhou de livre vontade até o sítio do goleiro. Lá, não a manteve em

cativeiro – ela circulava livremente. Na noite do crime, não a levou a casa de Bola nem presenciou seu estrangulamento. Negou até conhecer Bola na época, embora o rastreamento aponte as dezenas de ligações entre os dois. “Não sou este monstro que todo mundo está falando”, afirmou, em lágrimas.

Assim, o depoimento de Luiz Henrique Romão é contrariado pela revista, ao ser indicada a comprovação das ligações existente entre ele e Bola. O verbo “afirmar” é utilizado, buscando transmitir a neutralidade da informação, mas há a preocupação em falar sobre o aspecto emocional do acusado quando proferiu essa afirmação: teria sido “em lágrimas”.

A semanal aponta serem demonstradas, através dos acusados de defesa, várias versões para o desaparecimento de Eliza, segundo as “conivências”, ou seja, de acordo com as informações que seriam mais favoráveis aos suspeitos. “As versões para o desaparecimento de Eliza foram mudando ao sabor das conivências. Assim que o caso veio à luz, os advogados que naquela época defendiam os cinco réus [...] tentaram desqualificar em razão da ausência do corpo (Revista Veja, 28 de nov. de 2012)”.

Veja explica que, nesse caso, onde o corpo da vítima não é localizado, outras provas e testemunhas podem ser utilizadas para montar o processo, tendo ocorrido o mesmo no “assassinato” de Eliza Samudio. “E foi o que ocorreu no assassinato de Eliza. A polícia trabalhou com vestígios de sangue, rastreamento de antenas de celulares, restos de objetos dela queimados no quintal do sítio do goleiro e o depoimento dos envolvidos para reconstituir os fatos” (Revista Veja, 28 de nov. de 2012). Assim, indica ter ocorrido o “assassinato de Eliza”, demonstrando todas as provas obtidas pela polícia contra os acusados.

Diante desses vestígios, a revista afirma ter ocorrido uma mudança de estratégia por parte dos advogados de Bruno; estes teriam defendido, agora, uma nova versão para o desaparecimento da jovem, incriminando apenas Macarrão pelo crime. “Cultivou-se a suspeita de uma relação homossexual entre ele e Bruno, que o teria levado a estrangular Eliza num acesso de ciúme – o “plano B” citado numa carta do goleiro interceptada na prisão e revelada por *Veja*” (Revista Veja, 28 de nov. de 2012).

O periódico busca explicar os motivos que teriam levado à mudança de atitude identificada em Luiz Henrique Romão, indicando ter este se sentido “traído” ao perceber as novas estratégias da defesa Bruno. Algumas causas são também apontadas para falar sobre as razões pelas quais Macarrão poderia estar, anteriormente, defendendo o goleiro contra as denúncias. “Por algum motivo – lealdade, interesse financeiro, medo de ser morto –, o ex-braço direito de Bruno estava mesmo disposto a ir para o sacrifício. Mas, ao ver o julgamento do goleiro desmembrado do seu, teve a sensação de que fora ‘traído’” (Revista Veja, 28 de

nov. de 2012).

A revista aponta as “trapalhadas” dos advogados de defesa, destacando o defensor Érico Quaresma. Este, inicialmente trabalhando para cinco réus, incluindo Bruno Fernandes, teria sido demitido por envolvimento com drogas, mantendo-se apenas na defesa de Bola.

Entre os advogados que passaram a semana envolvendo-se em conchavos e trapalhadas, destacou-se o muito bem conectado defensor Ércio Quaresma, o único a participar do processo desde o início, quando foi chamado para defender o grupo. Ele acabou perdendo Bruno e outros três clientes depois de ser flagrado fumando crack numa favela mineira. Restou-lhe o ex-policia Bola [...]. (Revista Veja, 28 de nov. de 2012).

A revista indica ter partido de Quaresma a primeira estratégia para adiar o julgamento dos acusados, supondo que este havia se demitido propositalmente, pois, em seguida, foi logo readmitido. “Bola foi justamente o primeiro a ter o julgamento adiado porque Quaresma se demitiu (para logo ser readmitido)” (Revista Veja, 28 de nov. de 2012).

O periódico informa que os novos advogados de Bruno e de Macarrão estariam sob influência de Quaresma, tendo esse “comemorado” o fato de Luiz Henrique Romão ter fornecido depoimento culpando apenas o goleiro.

Dizendo-se inseguro, Bruno, por sua vez, dispensou o advogado. Lúcio Adolfo, o novo defensor do goleiro (e que também defendeu o traficante Fernandinho Beira-Mar), e Leonardo Diniz, o de Macarrão, fazem parte do círculo de influência Quaresma, que comemorou a confissão do ex-funcionário de Bruno: “Ele inocentou meu cliente”. (Revista Veja, 28 de nov. de 2012).

A reportagem é concluída falando que Quaresma teria dois “trunfos” de defesa: o próprio Bola, pois este amedrontaria os demais, e um vídeo, no qual Bruno estaria confessando o crime.

Nos bastidores de defesa, diz-se que Bola é justamente um dos trunfos de Quaresma – todos morrem de medo do ex-policia. O outro seria um vídeo que estaria em seu poder, no qual o goleiro confessa o crime. O próximo capítulo desse filme está marcado para 4 de março, quando Bruno e Bola serão enfim julgados (Revista Veja, 28 de nov. de 2012).

Neste trecho, a revista não lança dúvidas sobre o fato de Bola causar medo nos outros indivíduos, pois afirma que “todos morrem de medo do ex-policia”. Porém, em relação ao vídeo, explica que ele pode não estar com o advogado, ao usar o verbo “seria” e “estaria”, que estão conjugados indicando uma condição.

A reportagem traz duas fotografias. A primeira, em tamanho maior, mostra o goleiro, sentado, com uniforme de presidiário, e olhando para o lado. Em tamanho menor, à direita da outra imagem, aparece a foto dos três advogados, como se estivessem andando e olhando para a frente. A legenda é escrita da seguinte forma: “TRAPALHADAS – Os advogados (no meio, Adolfo, que também defendeu Fernandinho Beira-Mar) chegam ao presídio para contar a Bruno (ao lado) sobre a confissão de Macarrão: a tática virou um tiro no pé (Revista Veja, 28 de nov. de 2012)”. Na legenda, percebe-se que apenas o nome do advogado de Bruno é indicado, destacando ter aquele participado da defesa do traficante Fernandinho Beira-Mar. Novamente, a confissão de Luiz Henrique Romão é retratada como uma frustração das estratégias utilizadas pela defesa do atleta, como “um tiro no pé”.

Abaixo, apresenta-se a imagem da página da reportagem analisada.



Imagens das páginas referentes à reportagem sobre o Caso Eliza Samudio, publicada, na revista Veja, no dia 28 de novembro de 2012. (Fonte: Acervo Digital VEJA).

3.3.5. Reportagem de 24 de Abril de 2013

A última reportagem referente ao caso Eliza Samudio, na revista semanal *Veja*, foi intitulada como *Profissão: Matador*, tendo sido publicada na seção “Polícia”, em 24 de abril

de 2013, com um total de apenas duas páginas. Na capa dessa edição do periódico, não houve nenhuma chamada para a matéria sobre o acontecimento.

Essa reportagem é dedicada exclusivamente ao ex-policial Marcos Aparecido dos Santos, conhecido como Bola, devido à proximidade do julgamento dele. Desse modo, a revista explica algumas das denúncias existentes contra ele, falando sobre os motivos que o levaram a ser expulso da corporação de polícia e explicando a relação entre Bola e o caso Eliza Samudio.

Por ser de menor tamanho, a matéria apresenta apenas texto e fotografia, não trazendo outros elementos gráficos, como os boxes.

Análise de conteúdo da reportagem

A reportagem é iniciada com a afirmação: “Contratado para eliminar Eliza Samudio, o ex-policial Bola integrava um grupo de extermínio de bárbaros. Chegou para ele a hora da verdade” (Revista Veja, 24 de abril de 2013). Nesse caso, é afirmada, sem demonstrar outras opções, a contratação de Marcos Aparecido dos Santos para “eliminar” Eliza Samudio, fazendo referência à natureza “bárbara” do grupo, ao qual teria integrado, e indicando a proximidade da “hora da verdade”, ou seja, a possibilidade de que, brevemente, ele seria descoberto e punido pelos seus atos.

O julgamento do ex-policial é caracterizado como o “derradeiro capítulo da história do assassinato de Eliza Samudio” e como a “passagem mais tenebrosa na trama do crime” (Revista Veja, 24 de abril de 2013). A revista faz essas afirmações, explicando que o suspeito “segundo o Ministério Público, foi contratado por Bruno para eliminar a moça” (Revista Veja, 24 de abril de 2013). Utiliza o verbo “segundo” para reportar os dados ao Ministério Público, transmitindo neutralidade por estar apenas reproduzindo isso e afirmando ter sido a contratação realizada por Bruno Fernandes.

Logo em seguida, a revista aponta a relação de Bola com outros crimes, explicando que esse seria o “trabalho” dele, destacando a frieza com a qual os atos foram cometidos.

Os sete jurados que estarão reunidos no fórum de Contagem, na Grande Belo Horizonte, vão conhecer a trajetória de um assassino frio e sanguinário, que fez da morte uma profissão e se tornou figura proeminente de um grupo de extermínio formado por policiais mineiros. Paira sobre ele a suspeita de ter tirado a vida de dezenas de pessoas ao longo das últimas décadas (Revista Veja, 24 de abril de 2013).

Assim, a revista indica a relevância de Bola dentro do “grupo de extermínio”, indicando a certeza da relação entre ele e casos de assassinatos. Depois, fala que existe uma “suspeita” dele já ter executado um número elevado de pessoas. O periódico afirma que os dados fora obtidos através dos processos, aos quais *Veja* teria tido acesso.

Bola é réu em quatro processos por cinco desses homicídios – material ao qual VEJA teve acesso. Ali está exposta, com riqueza de detalhes, toda a crueldade com que executava suas vítimas, lançando-as ainda vivas aos cães rottweiler que mantinha num lugar ao qual se referia como a “casa de matar” (Revista Veja, 24 de abril de 2013).

Desse modo, os detalhes apresentados pela revista são justificados por estarem expostos dessa forma no processo, documento que afirmaria também o cometimento cruel dos crimes por parte de Bola.

Em seguida, a semanal faz uma retrospectiva sobre a entrada de Marcos Aparecido dos Santos na corporação policial, destacando aspectos como “indisciplina”, “atuação clandestina”, “origem de classe baixa” e “especialista em matar”. Também indica serem alguns desses dados fornecidos por um “ex-colega” de Bola, ou seja, alguém que já teve certa proximidade com ele.

Paulista de Santo André, Bola, 50 anos, fez três tentativas de seguir carreira na polícia, entre 1984 e 1992. Em todas elas acabou sendo expulso da corporação por indisciplina. Passou então a atuar como informante integrando clandestinamente equipes de investigação do Grupamento de Resposta Especial (GRE), a tropa de elite mineira. “Ele era pobre, proscrito e atirava muito bem. Logo virou um pistoleiro profissional”, conta um ex-colega de grupamento (Revista Veja, 24 de abril de 2013).

A revista fala sobre a “habilidade” de Bola para atirar, explicitando que, devido a isso, ele teria sido contratado para fornecer um curso de tiros e de adestramento de cães aos policiais, sendo as aulas realizadas na “casa da morte – um casebre de madeira convertido no palco das bárbaras execuções, na periferia de Belo Horizonte” (Revista Veja, 24 de abril de 2013). Ou seja, haveria a certeza de que nesse local haveria ocorrido crimes bárbaros.

A revista cita como exemplo um dos assassinatos que teriam sido praticados por Bola, na “casa da morte”, explicitando com detalhes as cenas do crime e afirmando terem sido esses dados, marcados pelo “horror”, fornecidos por testemunhas.

Foi ali que, cinco anos atrás, ele torturou e matou dois bandidos que deram o azar de cruzar seu caminho. Donos de vasta ficha criminal, Paulo César Ferreira e Marildo Dias de Moura foram capturados e torturados por Bola e seus comparsas. Entregues

aos cães, seriam mais tarde enforcados. Testemunhas deram a dimensão do horror: o grupo esquartejou os corpos e arremessou os pedaços à fogueira (Revista Veja, 24 de abril de 2013).

Porém, apesar de ter fornecido essa certeza sobre a realização desse crime por parte de Bola, logo em seguida, explica que não foram encontradas provas na “casa da morte”, pois elas teriam sido apagadas. Também aponta ter acontecido a acusação pelo homicídio, mas sem existir uma conclusão sobre ela.

[...] a busca (*pelas provas no local do crime*) foi inócua, (os vestígios já haviam sido apagados), mas trouxe à luz a cópia de uma foto em que uma cruz desenhada a caneta assinalava o rosto de Paulo e Marildo. Bola e mais três policiais foram denunciados pelos homicídios (Revista Veja, 24 de abril de 2013).

Veja destaca ainda ser a crueldade de Marcos Aparecido dos Santos capaz de assustar as próprias testemunhas, deixando a entender que o medo das pessoas de enfrentarem Bola foi a causa para este ter sido inocentado em outro episódio.

O medo sempre paralisou as testemunhas da selvageria. Em 2012, Bola foi absolvido de outro assassinato depois que a irmã da própria vítima, presente à cena do crime, desistiu de depor (Revista Veja, 24 de abril de 2013).

Assim, a recusa em fornecer o depoimento é logo relacionada ao medo, sem ser explicada a fonte dessa informação nem a possibilidade de existirem outros fatores para motivar essa ação.

Depois de realizar essa retrospectiva sobre os atos criminais de Bola, a revista começa a falar especificamente da relação do ex-policial com o caso Eliza Samudio, informando que todos os dados apresentados anteriormente, ou seja, a contextualização do perfil frio e perverso de Marcos Aparecido dos Santos, foram os motivos responsáveis pela escolha dele para executar o crime.

De acordo com o Ministério Público, ele foi escolhido para eliminar Eliza justamente por seus métodos. “Bruno queria alguém experiente e com sangue-frio até mesmo para matar uma criança”, afirma o promotor Henry Wagner de Castro (Revista Veja, 24 de abril de 2013).

As informações são novamente reportadas ao Ministério Público e, particularmente, ao promotor Henry Wagner de Castro. O periódico continua com o uso de expressões e verbos como “de acordo com” e “afirma”, cujo significado transmite ao público a noção de neutralidade, de uma isenção por parte da revista; são as fontes que afirmam explicam a

escolha de Bruno e o “sangue-frio” de Bola, não a revista.

Depois, apesar de ter explicitado que foi o goleiro quem estabeleceu os “critérios” de seleção para o assassino de Eliza, a revista aponta que foi o “braço direito de Bruno”, Luiz Henrique Romão, quem escolheu e negociou com Bola. As informações são novamente atribuídas ao delegado Henry de Castro.

Segundo Castro, quem apresentou Bola ao braço direito de Bruno, Luiz Henrique Romão, o Macarrão, foi o também ex-policial José Lauriano de Assis Filho, o Zezé – empresário de um grupo de pagode patrocinado pelo goleiro. O rastreamento de celular de Bola e Macarrão mostra que os dois se falaram duas vezes na véspera do crime e outras seis nos noventa minutos que antecederam o assassinato (Revista Veja, 24 de abril de 2013).

O periódico volta a falar sobre Bruno, afirmando que, no julgamento deste, ocorrido um mês antes da publicação da reportagem analisada neste tópico, o goleiro havia afirmado ter sido mesmo Bola o homem contratado para executar Eliza. A revista ainda indica o valor pago pela execução, novamente atribuindo os dados ao Ministério Público: “O MP sabe inclusive o preço do serviço: 70 000 reais” (Revista Veja, 24 de abril de 2013).

A semanal volta a citar detalhes de como o crime teria ocorrido, reforçando a forma apontada no início da matéria sobre o modo como Bola costumava cometer os assassinatos, sempre jogando partes das vítimas aos cães. “Primo do goleiro, Jorge Luiz Rosa narrou o horror que presenciou: Eliza foi enforcada, esquartejada e teve uma das mãos jogadas ao canil de rottweillers” (Revista Veja, 24 de abril de 2013).

Uma mudança “súbita” na atitude de Bola também poderia ser identificada, pois esse, um “matador”, marcado pela frieza e crueldade, teria resolvido não matar o filho de Eliza. Esse fato é ainda apontado pela revista como um dos motivos responsáveis por indicar a realização do crime, como se isso fosse a principal prova de que houve a ação. “Talvez o caso ficasse à sombra, como tantos outros, não fosse por uma decisão inesperada do matador – ele preferiu poupar Bruninho, o filho da moça com o goleiro” (Revista Veja, 24 de abril de 2013).

A matéria é concluída afirmando ter sido na casa de Bola onde Eliza viveu seus últimos instantes de vida. “O atestado de óbito de Eliza Samudio, emitido no início do ano, traz o endereço de onde ela viveu seus últimos instantes de vida: Rua Araruama, 173. É a casa de Bola” (Revista Veja, 24 de abril de 2013).

A conclusão do julgamento de Marcos Aparecido dos Santos, com afirmação de sua culpa e definição da sentença que este iria cumprir, somente foi realizada no dia 27 de abril de 2013, três dias após a divulgação da reportagem aqui analisada.

A matéria era acompanhada também por três imagens, sendo uma do goleiro Bruno, de perfil, com a roupa do presídio; a outra era de Marcos Aparecido dos Santos, na qual aparecia também com uniforme de presidiário e sendo, de cabeça baixa, levado por dois policiais; já a última era uma foto, onde apareciam duas vítimas de Bola, marcadas com uma cruz no rosto. A legenda das fotografias era a seguinte: “CIRANDA DE MORTES – Bola foi preso em julho de 2010 (acima), acusado de executar Eliza Samudio e desaparecer com seu corpo a mando de Bruno (à esq.), que lhe pagou 70.000 reais, segundo o MP: ao lado, foto mostra o rosto marcado com uma cruz de vítimas da quadrilha à qual Bola pertencia, formada por policiais que ele conheceu na tropa de elite mineira” (Revista Veja, 24 de abril de 2013).

A seguir, apresenta-se a imagem das páginas da reportagem analisada.



Imagens das páginas referentes à reportagem sobre o Caso Eliza Samudio, publicada, na revista Veja, no dia 24 de abril de 2013. (Fonte: Acervo Digital VEJA).

4. DISCUSSÃO SOBRE O CONTEÚDO ANALISADO

Como previamente definido na parte relativa à metodologia, este capítulo tem a finalidade de estabelecer uma discussão acerca das cinco reportagens analisadas sobre o caso Eliza Samudio, divulgadas pela revista semanal *Veja*. As três categorias escolhidas (ética, sensacionalismo e espetáculo) serão agora analisadas, separadamente, com ênfase nos trechos desmembrados de cada matéria.

4.1. A Ética nas reportagens

Como discutido no Capítulo 2 desta pesquisa, a divulgação de crimes na Imprensa nacional é um assunto de interesse público, pois se refere a um problema de caráter social, ou seja, existe a necessidade de informar a população sobre esse tipo de acontecimento, visto que a frequência de casos policiais revela aspectos inerentes à estrutura e ao funcionamento da sociedade (ALMEIDA, 2010). Porém, alguns episódios, acabam recebendo um maior destaque e são publicados não apenas com a finalidade de interesse dos cidadãos.

O Caso Eliza Samudio se enquadra nessa situação. Acredita-se que a revista *Veja*, como periódico de circulação nacional, responsável pela divulgação de assuntos diversos, tinha como obrigação transmitir as acusações existentes contra o goleiro Bruno, até porque este era contratado por um dos maiores clubes de futebol brasileiro, sendo idolatrado por diversos torcedores (ALMEIDA, 2010). Verificou-se, todavia, através da análise das reportagens realizadas pela semanal, a falta de alguns elementos essenciais à produção de matérias sobre atos criminosos, afetando direitos fundamentais ao indivíduo, como a imagem e a presunção de inocência.

Como citado anteriormente, Pasqualini (2009) explica ser o direito à informação essencial em uma sociedade democrática, mas, em alguns momentos, ele pode entrar em choque com outros direitos também fundamentais, como o de imagem, de honra e de intimidade. Segundo a autora, o primeiro é relativo à imagem-retrato e à imagem atributo, por meio da qual a pessoa é socialmente conhecida; o segundo é associado ao conceito, positivo ou negativo, destinado a cada sujeito; já o último refere-se à possibilidade dos indivíduos de manterem determinados assuntos pessoais preservados, ficando livres de expor certas questões ao público, quando isso não tiver prejuízos ou outras interferências de cunho social.

Nas reportagens sobre o caso Eliza Samudio, na revista *Veja*, percebe-se, em todas as

matérias analisadas, o desrespeito, em alguns trechos, a esses direitos fundamentais, expondo episódios privados dos acusados e da própria Eliza, sem que estes tenham uma relevância considerável no desaparecimento da jovem em si, além de divulgar a imagem deles de modo primordialmente negativo.

Em relação à primeira reportagem, *Suspeito Número 1*, de 07 de julho de 2010, há a exposição de imagens e trechos, nos quais aparece Eliza Samudio com alguns jogadores de futebol, nenhum deles envolvido no caso, demonstrando assim certa obsessão da jovem por praticantes desse esporte, especialmente por aqueles de reconhecimento internacional. Desse modo, esse suposto interesse da modelo por atletas, um assunto de ordem privada, é enfatizado, embora não apresente relação direta com o possível crime, já que Eliza poderia, por exemplo, ter se envolvido com Bruno Fernandes, um goleiro, independentemente desse interesse e relação anterior com outros jogadores.

A falta de respeito à intimidade também é percebida quando a revista faz referência à Dayanne Rodrigues, ex-esposa de Bruno, afirmando que esta sofreu diversas traições por parte do marido, mas, apesar disso, ainda tinha o nome do goleiro tatuado no braço. Bruno Fernandes é representado como alguém “disponível para aventuras fora do casamento e com fraco para belas morenas”. Embora a relação entre o goleiro e Eliza Samudio tenha sido extraconjugal, citar outros relacionamentos do atleta e falar da atitude de Dayanne Rodrigues quanto ao marido são aspectos que não demonstram uma relevância na divulgação do desaparecimento, inclusive pelo fato de que essas pessoas não haviam sido ainda julgadas, ou seja, a intimidade destas estava sendo invadida de forma desnecessária e precipitada.

Outros dois jogadores pertencentes ao Flamengo à época, Adriano e Vagner Love, os quais não possuem qualquer relação com Eliza Samudio, a não ser pelo fato de que atuavam no mesmo time de Bruno, são também apontados, em duas matérias, como exemplos de “jogadores envolvidos em casos criminais”, tendo sua honra e imagem prejudicadas, embora não tivessem ainda recebido nenhuma condenação por parte da justiça. Desse modo, ao citar esse exemplo, o próprio Flamengo é prejudicado, sendo retratado, como um “teatro de escândalos”, onde crimes relacionados às drogas, à “bandidagem”, bem como crimes passionais, são corriqueiros. A revista complementa esses ataques quando afirma ser o time muito passivo, pois não toma providências para pôr fim às atitudes criminais de seus jogadores.

Nas demais reportagens, alguns exemplos de desrespeito aos direitos de imagem, de honra e de intimidade são também percebidos. A relação entre Macarrão e Bruno é exposta, indicando detalhes, como o fato de que o primeiro costumava colecionar as camisas do

goleiro, episódio apontado na terceira matéria sobre o caso. Ao referir-se ao relacionamento entre os dois, percebe-se insinuações, por parte da revista, da existência de algo além de uma simples amizade, pondo em dúvida a sexualidade de ambos, falando sobre a possível troca de “cartas de amor” e sobre o apelido “tigrão”, utilizado por Macarrão para se referir ao atleta. Fotos da casa de Bruno, um local particular, são expostas, logo na primeira reportagem, quando ainda se estava na fase inicial das investigações. O endereço de Marcos Aparecido dos Santos é também divulgado na última matéria. Assim, aspectos da vida privada dos suspeitos foram, constantemente, expostos pela semanal.

Uma questão de respeito à ética e à própria legislação brasileira pode ser identificada, porém, nas duas primeiras reportagens, quando o primo de Bruno Fernandes, Jorge Lisboa Rosa, na época ainda menor de idade, não é diretamente identificado, tendo o nome citado pelas siglas “J.R.” e aparecendo, nas fotografias, apenas com o rosto coberto. Segundo Ramidoff (2008) essa é uma medida assegurada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil.

[...] apuração e aplicação das mencionadas medidas legais tanto à criança quanto ao adolescente que cometeu ato infracional é imperativo a preservação de identidade, imagem, e, sobretudo, da sua própria pessoa, assegurando-lhe de qualquer meio evasivo de comunicação que, sem autorização legal, veicule informações, nomes, atos, documentos, fotografias e ilustrações que possibilitem a identificação dos infantes e dos jovens envolvidos num acontecimento infracional (RAMIDOFF, 2008, p. 01).

Em relação a todos os acusados, contudo, foi possível perceber, a partir da análise, uma construção negativa de suas imagens. De acordo com Alverne e Marques (2013), a imagem é algo moldado cotidianamente, podendo ser definida como o conjunto de noções, conceitos e informações, através do qual uma pessoa é caracterizada por alguma coletividade.

Defende-se que é possível verificar os aspectos que caracterizam a imagem pública de determinado agente político pelo fato de ela ser formada pela seleção de alguns atributos. Ao enquadrar as questões e os personagens, o Jornalismo faz uma seleção dos aspectos a serem colocados em evidência. (ALVERNE; MARQUES, 2013, p. 96).

Desse modo, apenas alguns atributos do indivíduo são selecionados, na prática jornalística, para caracterizá-lo, e, conseqüentemente, essa escolha pode acarretar na construção de uma imagem positiva ou negativa do sujeito (ALVERNE; MARQUES, 2013).

Foi identificada a presença ou ausência de elementos capazes de indicar a culpa dos suspeitos, como apresentação de provas e falas de autoridades, antes da condenação realizada pela Justiça, existindo, desse modo, um desrespeito quanto à presunção de inocência. Segundo Ferrari (2012),

O texto constitucional não declara a inocência do acusado. Contudo, demonstra o fato de ele não ser necessariamente o possuidor da culpa pela prática do fato que lhe é imputado. Conforme se pode perceber, o princípio constitucional da presunção de inocência torna-se um dos mais importantes e intrigantes institutos do nosso ordenamento jurídico. Sob a égide dessa norma, o acusado de cometer uma infração penal pode ser protegido contra uma provável sanção penal de forma antecipada. Isto é, ser apenado pela prática de um delito sem ao menos um julgamento justo, conforme o devido processo legal e fundamentado no contraditório e na ampla defesa (FERRARI, 2012, p.1).

Assim, em cada uma das reportagens analisadas identificam-se trechos contrários ao princípio de presunção de inocência. Na primeira matéria, por exemplo, a revista faz referências negativas ao mundo do futebol, ao qual Bruno Fernandes faz parte, explicando que, nesse contexto, com certeza, algo dará errado. Aponta, por meio da fala de um delegado, a perversidade do crime contra Eliza e o fato de Bruno ser o “primeiro e único suspeito”. Desse modo, já é confirmada a realização de algo grave contra a modelo, sem expor qualquer outra alternativa para o desaparecimento da jovem; apenas o atleta é visto como opção para justificar a falta de informações sobre Eliza.

Nessa matéria também é afirmada a existência de um plano contra a ex-amante do goleiro, sendo o convite para ir a casa dele a primeira etapa da estratégia. Explicita-se ainda o medo de Eliza contra Bruno e a seguinte afirmação, provavelmente enunciada pela jovem: “se acontecer algo, já sabe quem foi”. Assim, sem levantar dúvidas, o periódico confirma a implicação do jogador em qualquer ação negativa praticada contra a modelo, como esta mesma teria afirmado.

Em todas as reportagens, são enumeradas as funções de cada acusado na realização do crime. Macarrão, por exemplo, na primeira matéria, é representado como o responsável por recolher os objetos de Eliza, enquanto Dayanne Rodrigues teria sido a encarregada de ficar com Bruno Samudio. Utilizando como fontes amigas próximas da jovem desaparecida, *Veja* afirma que esta estava na casa do goleiro pouco tempo antes das primeiras denúncias contra ele, estabelecendo uma correlação entre os dois fatos.

Na primeira reportagem, é apresentada uma fala de Bruno, defendendo-se das

acusações. Segundo Suima (2002), o direito de resposta dos acusados, nos meios de comunicação, é algo assegurado constitucionalmente, permitindo a visualização dos assuntos a partir de posicionamentos variados.

À semelhança do sistema português, o direito de resposta no Brasil possui, também, a importante função de permitir o acesso do titular do direito lesado (qualquer direito) ao órgão de comunicação social, de modo a assegurar o contraditório necessário ao restabelecimento da verdade sobre um fato determinado. [...] Na síntese de Vital Moreira, “o direito de resposta é, sem dúvida, sobretudo um ‘meio específico de proteção do direito à identidade pessoal face aos meios de comunicação’. Mas é também [...] um instrumento de compensação da sua unilateralidade, uma expressão do direito à ‘igualdade de oportunidades comunicativa’ a favor de quem seja por aqueles referido em termos inverídicos ou ofensivos (SUIIMA, 2002, p. 7-8).

Porém, a presença do contraditório não foi percebida no trecho com a defesa do goleiro. Embora seja concedido um “direito de resposta”, no qual o atleta explica estar a muito tempo sem ver Eliza, a revista desmente as afirmações dele, apontando, logo em seguida, falas de testemunhas e indicando objetos encontrados na casa do jogador, capazes de comprovar uma mentira no depoimento deste. Também indica que o “mundo do goleiro está preste a ruir”, fazendo referência à proximidade do desfecho das investigações, às quais revelariam a participação de Bruno no crime. Assim, apesar de apresentar a visão do acusado sobre o caso, o ponto de vista do periódico prevaleceu, devido às “provas” apontadas com a finalidade de negar a versão do suspeito.

Na segunda reportagem, algumas certezas sobre a ocorrência do crime são também enumeradas. Logo no início, este é identificado como o episódio criminoso “mais hediondo na história presente do Brasil”, embora não houvesse ainda qualquer conclusão acerca do ocorrido com Eliza Samudio.

As cenas do ato são descritas, informando ter sido a jovem asfixiada e, depois, lançada aos cães. Em seguida, o periódico indica que “Bruno está preso”, estabelecendo uma ligação entre os dois eventos. Há também a afirmação: “a jovem foi morta, segundo a polícia, a mando do goleiro Bruno”, na qual se confirma o assassinato e participação do atleta, atribuindo os dados às fontes oficiais.

Em outro trecho, apesar de explicitar o fato da polícia “supor” que o corpo de Eliza foi jogado aos cães, a revista aponta ser essa uma ação comum no grupo de extermínio ao qual Marcos Aparecido dos Santos faria parte, ou seja, a este já são atribuídos outros crimes, pois, embora houvesse ainda uma investigação sobre a participação do ex-policial nesse grupo, algo apontado pela própria *Veja*, a semanal, logo em seguida, fala sobre o “grupo de Bola”,

confirmando a participação deste, o qual também é caracterizado como o “dono da casa onde Eliza morreu”.

A participação de cada acusado no crime é, novamente, detalhada, afirmando-se o fato de Eliza ter sido mantida em cativeiro, sendo, posteriormente, espancada e asfíxiada. As informações sobre as cenas do assassinato são associadas aos depoimentos dos primos de Bruno, podendo ser “comprovadas”, pois estes estavam no local do acontecimento e haviam, inclusive, participado da ação. Os dados, “segundo o delegado”, eram “irrefutáveis” e “Bruno participou da trama do começo ao fim”. Desse modo, comprova-se a atuação do atleta no crime, não havendo possibilidade de qualquer dúvida sobre isto.

A casa de Bola é exposta em fotografia, como sendo “o local da morte”. Há, para reforçar as informações, um infográfico, com desenhos e textos, mostrando o “passo a passo do crime”, indicando a forma de participação de cada suspeito no acontecimento.

Na terceira matéria, *Veja* informa que obteve informações capazes de revelar toda “trama” do desaparecimento de Eliza, iniciando com a afirmação sobre uma estratégia, utilizada por Bruno, na qual este estaria pedindo ao seu amigo, Macarrão, para assumir toda a culpa e “livrá-lo da condenação”. Assim, ao afirmar ter dados capazes de explicar o crime, de “desvendar a trama”, a revista já indica, no início da reportagem, a veracidade de todos os dados que serão expostos, sendo possível, a partir destes, saber como o episódio ocorreu e quem foram os verdadeiros culpados.

Também aponta que nunca “houve dúvidas sobre a morte de Eliza” nem sobre a participação de Bruno e de seus “comparsas” no crime, algo confirmado, no momento de publicação da reportagem, através do inquérito policial. Segundo Sales (2005), o inquérito policial é:

É uma peça inquisitória, porém, não acusatória daí o fato de inexistir durante o Inquérito o respeito aos princípios constitucionais do contraditório e o da ampla defesa. Princípios esses que serão garantidos durante o processo, pois o Inquérito, procedimento que precede a ação penal, limita-se a uma peça de coleta de dados e informações que servirão de subsídios para o início da persecução penal. Lógico esse entendimento, pois, se não tem o poder de condenar, de punir, de aplicar pena, é aceitável que não haja defesa (SALES, 2005, p. 1-2).

Assim, não é possível concluir a culpa dos acusados apenas através do inquérito, pois este contém dados que serão usados no julgamento, mas não determina ainda inocência ou não dos suspeitos. Porém, a revista *Veja* apontou as informações do Inquérito como um conteúdo conclusivo, capaz de já confirmar toda a realização do assassinato de Eliza.

A existência de um plano para assassinar a jovem é ressaltada, afirmando, por meio de

uma delegada, que Bruno e seus comparsas foram movidos pela frieza e pela determinação de eliminá-la. Marcos Aparecido dos Santos é identificado pelo periódico como “o matador” e são explicados os meios pelos quais a revista adquiriu as informações, como falas de pessoas próximas ao grupo dos suspeitos e uma carta, “comprovadamente” escrita por Bruno, pois teria a assinatura que, “por quase quatro anos, estampou o uniforme número 1 do Flamengo”. Assim, poderia ser comprovada a veracidade das fontes.

O fato de Bruno negar a participação no crime é percebido pela semanal como uma tática, sendo afirmado que os dados apontados pela revista “não deixam dúvidas” quanto à participação do jogador no crime; antes, ele já teria, até mesmo, colocado uma arma na cabeça dela para forçá-la a realizar o aborto. Segundo *Veja*, Eliza foi “vencida pela promessa de um apartamento”.

Há, mais uma vez, um detalhamento sobre o crime e sobre o papel de cada acusado no assassinato da jovem. Bruno é visto como alguém sempre “atento” a todos os passos da ação e o fato dos suspeitos negarem que sabiam da presença dos demais no mesmo motel é fornecido como uma “versão fantasiosa”, expondo um dado, a conta paga no estabelecimento, para comprovar a afirmação da revista. A relação entre José Lauriano de Assis Filho, o Zezé, e Macarrão é apontada, sendo indicada a fala de um delegado afirmando ter “convicção” da participação do primeiro no crime. Um amigo de Bruno, Cleiton Gonçalves, também é usado como fonte; ele teria confirmado o cárcere de Eliza na casa do goleiro e a intenção deste de “resolver” os problemas cometidos devido à jovem.

É apontado que a suspeita de ter sido o corpo de Eliza entregue aos cães era falsa, porém, Bola continua sendo retratado, pelo periódico, como o “matador”. O depoimento de Jorge Luiz falando sobre o modo de realização do crime é visto como uma fala segura, pois são fornecidos dados capazes de comprovar a presença dele no momento da morte da jovem: ele foi capaz de descrever a casa e também características de Marcos Aparecido dos Santos; assim, as informações fornecidas pelo primo de Bruno não tinham motivos para serem questionadas, porque este estava “comprovadamente” no local do assassinato.

O sítio de Bruno é descrito como “o palco do horror vivido por Eliza”. Um infográfico com o passo a passo do episódio é realizado, com o título “Trama Revelada”. Desse modo, cada aspecto indicado pelo periódico é visto como uma descrição fiel do crime, capaz de “revelar” todos os fatos relativos ao acontecimento. Há também um infográfico com os e-mails trocados entre Eliza e os amigos dela, onde ela afirma que “para a terra de Bruno somente iria com passagem de ida, pois a matariam lá”, sendo indicadas as ameaças contra a jovem como modo de reforçar a culpa do goleiro. Nas fotos, Macarrão é identificado como o

responsável por sequestrar a modelo e Bola é caracterizado como o “matador de aluguel”.

Na quarta reportagem, a revista explica possíveis estratégias para beneficiar o goleiro Bruno, adiando o julgamento deste; porém, afirma ser a condenação do atleta “praticamente certa”. O fato de Macarrão negar ter participação no crime é percebido como uma tática já esperada. Assim, a revista não levanta a hipótese de ambos acusados estarem realmente falando a verdade sobre o envolvimento no episódio, deixando a entender que todos os depoimentos e atitudes são, sem dúvida alguma, apenas estratégias para evitar serem condenados.

A atuação dos advogados de defesa é também atacada pela revista. Um deles, inicialmente defensor de cinco acusados e, depois, trabalhando apenas no processo de Bola, teria sido acusado por tráfico de drogas e havia, propositalmente, deixado o caso para, em seguida, ser readmitido de novo, somente visando o adiamento dos julgamentos. Afirma-se a possibilidade de existir um vídeo, no qual Bruno confessa o crime.

Veja explica ser possível realizar o julgamento mesmo sem o corpo da vítima ter sido encontrado, pois existem outros meios de comprovar o crime. Desse modo, afirma existirem várias provas, como os vestígios de sangue e o rastreamento dos celulares, capazes de atestar o assassinato de Eliza Samudio e a culpa dos suspeitos.

Na última reportagem, publicada próximo ao julgamento de Marcos Aparecido dos Santos, o periódico informa que este era membro de um grupo de extermínio, tendo sido contratado para eliminar Eliza. Também já havia cometido outros assassinatos, fazendo da “morte uma profissão”. Os dados são atribuídos ao próprio processo de investigação.

A residência de Bola continua a ser retratada como “a casa da morte” e a questão de não existirem provas dos outros assassinatos é explicada, afirmando que o ex-policial teve tempo para apagar os vestígios do crime. O fato de uma das testemunhas ter se recusado a fornecer depoimento é explicado, pois a crueldade e frieza de Marcos Aparecido assustariam qualquer pessoa, inclusive, haviam sido esses os critérios determinantes para a escolha dele como o “matador de Eliza”. O preço pago por Bruno pelo serviço é informado; a forma como o crime ocorreu é, novamente, apresentada.

Dessa forma, é possível constatar que em todas as reportagens analisadas foram detalhadas cenas do assassinato de Eliza Samudio, mesmo não sendo ainda este episódio comprovado nem julgado oficialmente. Os trechos relativos à descrição dos fatos e dos papéis desempenhados pelos suspeitos no ato criminal são sempre divulgados com os verbos conjugados no modo indicativo. Como foi abordado no capítulo anterior, esse tempo verbal sugere a atitude de certeza, não sugerindo qualquer dúvida ou questionamento àquilo exposto

(CARVALHO, 2009). Trechos com frases como “existe uma suspeita” foram raros e, geralmente, não se referiam aos acusados, mas sim a elementos específicos, como ao fato de Eliza ter sido ou não entregue aos cães ou à existência de um vídeo onde Bruno confessava o crime.

Os próprios títulos das matérias já indicam a culpa dos acusados, referindo-se a eles por meio de frases como, como: “O suspeito número 1”; “ele foi o mandante” e “profissão: matador”. A existência do crime contra Eliza também pode ser percebida logo nos títulos: “frieza, crueldade e selvageria” e “ela estava marcada para morrer”. Segundo Pedroso (2011), a intencionalidade do periódico pode ser visualizada desde os títulos e manchetes das notícias.

Há uma predominância de fontes oficiais, como delegados, advogados e documentos relativos à investigação, para falar sobre o crime e suas motivações, conferindo uma autoridade às informações divulgadas.

[...] os jornalistas preferem as fontes oficiais, apesar de nem sempre serem rápidas nas respostas. Já as fontes não oficiais podem atingir a agenda noticiosa em alturas específicas e, para além destas, é de assinalar as fontes especialistas, que apresentam conhecimentos válidos sobre um determinado assunto, atestando informações mais específicas e especializadas (BRITES, 2010, p.4).

Assim, o uso das fontes oficiais garante uma maior sensação de veracidade ao que é dito, pois estas são conhecidas como “especialistas” naquele determinado assunto, transmitindo confiança quanto ao conhecimento do conteúdo divulgado. Além de fornecerem credibilidade aos dados, atribuir o conteúdo às fontes oficiais também permite aos jornalistas se isentarem, de certo modo, da responsabilidade pela publicação, como explica Ribeiro (1995), referindo-se ao Caso Escola Base.

Sozinho, nenhum jornalista poderia assumir uma denúncia dessa gravidade. Narrar declarações e atos administrativos de uma autoridade oficial seria a maneira correta de levar ao ar uma denúncia frágil como aquela. Nesse caso, o delegado assume todas as eventuais responsabilidades: quem aceitou as acusações e abriu o inquérito foi a polícia; a Imprensa apenas noticiou. Esse procedimento é usual e bem aceito no jornalismo brasileiro. Existe até uma expressão latina para designá-lo: *é o animus narrandi* (intenção de narrar) (RIBEIRO, 1995, p. 43).

A maior parte das falas atribuídas às fontes foram apresentadas, principalmente, por meio dos verbos declarativos “disse” e “afirmou”. Segundo Lemos (2010), esses verbos transmitem o efeito de imparcialidade ao discurso apresentado, indicando ter o jornalista apenas publicado a opinião do entrevistado, sem aplicar qualquer intencionalidade ao discurso deste. Embora esse seja um aspecto positivo, pois demonstra que a revista buscou uma

neutralidade no tratamento das fontes, essa prática ajuda a isentar a semanal das acusações realizadas, pois é como se *Veja* estivesse apenas divulgando as conclusões dos investigadores e demais envolvidos, exatamente do modo como foram ditas, sem interferir de forma alguma no material apresentado.

Porém, essa questão não pode ser considerada de maneira isolada dos outros aspectos citados anteriormente, como a predominância das fontes oficiais e a apresentação de elementos capazes de “provar” a mentira na fala dos acusados, pois esse desequilíbrio entre as fontes contribui para aumentar a credibilidade dos primeiros em relação aos segundos.

Como afirma Bourdieu (1997), os jornalistas têm uma espécie de óculos, com os quais percebem certos aspectos da realidade e ocultam os demais. Desse modo, verificou-se que nas matérias sobre o caso Eliza Samudio, na semanal *Veja*, houve a predominância de dados relativos à acusação e ao modo de realização do crime; em nenhum momento das reportagens foi esclarecido ao leitor o fato daquelas pessoas serem ainda consideradas como suspeitas, podendo vir a ser, posteriormente, inocentadas, sendo essa falta de esclarecimento e reflexão sobre os direitos dos suspeitos um dos fatores responsáveis por facilitar a percepção destes já como culpados (LECLERC, THÉOLLEYRE, 2007; PASQUALINI, 2009).

4.2. O Sensacionalismo nas reportagens

A partir das discussões acerca do sensacionalismo, apresentadas no segundo capítulo desta pesquisa, percebe-se que as notícias de crimes, em muitos casos, costumam se constituir por meio de elementos com forte carga dramática e apelativa, buscando atrair a atenção do público (PENEDO, 2003). Conforme Angrimani Sobrinho (1995), os meios de comunicação considerados “sérios” também utilizam, algumas vezes, recursos sensacionalistas na construção de notícias. Nas reportagens publicadas na revista *Veja*, sobre o Caso Eliza Samudio, verificou-se, em todas as matérias, a presença de um conteúdo capaz de deixar o leitor ainda mais assustado e indignado com o desaparecimento e assassinato da jovem.

Essa questão pode ser percebida no modo utilizado para se referir ao crime, sempre com a presença de adjetivos, proporcionando ao público uma maior dimensão do desespero de Eliza e da crueldade com qual foi tratada. Desse modo, nas reportagens sobre o caso, inclusive na primeira, encontram-se qualificações ao assassinato, como: “horror”, “supera em gravidade qualquer aventura”; “pé na bandidagem e outro na sordidez”; “crime brutal”; “frieza”; “crueldade”; “caçada à Eliza”; “selvageria”; “terror”; “enredo de barbáries”;

“hediondo”; “tenebroso”.

Assim, transmite-se ao leitor a sensação de como o crime foi constituído de modo perverso, buscando escandalizá-lo com a situação. Ao utilizar esse tipo de recurso, a mídia visa, especialmente, chocar o público com o conteúdo apresentado (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995; PASQUALINI, 2009).

A cautela neste âmbito deve ser maior do que a já exigida na liberdade de Imprensa, haja vista que nas matérias relacionadas ao cometimento de um crime, infelizmente, e por vezes, o sensacionalismo torna-se parte da mídia posto que referidas notícias são divulgadas e espalhadas com tons espalhafatosos com o intuito de mais do que informar apenas emocionar, escandalizar e chocar o público (PASQUALINI, 2009, p. 48).

Desse modo, compreende-se não serem esses dados fundamentais à divulgação do fato, tendo apenas a função de tornar a notícia mais atrativa ao leitor, sem ter esses adjetivos qualquer papel no que se refere ao interesse público.

Como anteriormente discutido, o sensacionalismo caracteriza-se, também, pelo uso de descrições detalhadas das cenas e dos perfis emocionais e psicológicos dos envolvidos (PENEDO, 2009). Esses critérios foram verificados em todas as matérias, nas quais aparecem, detalhadamente, o passo a passo do crime, enumerando a participação de cada um dos acusados e o sofrimento vivenciado por Eliza Samudio, desde o sequestro até o momento de sua morte.

As cenas do episódio, desde o momento no qual Eliza foi “atraída” ao sítio de Bruno até o momento em que o corpo da jovem foi entregue aos cães, são esmiuçadas em todas as reportagens, somente na primeira matéria não aparece essa última informação, pois o primo de Bruno, responsável por indicar a forma de realização do assassinato, ainda não havia fornecido depoimento. Nas reportagens finais sobre o caso, esse dado, relativo à cena dos cães, foi apresentado pela semanal como falso, pois “Bola desejava apenas assustar as testemunhas”; porém, apesar disto, o fato do ex-policial ter saído com um saco plástico em direção aos cães continuou a ser descrito, afirmando ter sido essa prática utilizada com outras vítimas do ex-policial.

Assim, cada etapa do crime foi apresentada com riqueza de detalhes, explicando ter sido Eliza mantida prisioneira na casa de Bruno, onde foi espancada e torturada, sendo necessário que os acusados ligassem o “som no volume máximo” para abafar os gritos da jovem. Apontam-se os espancamentos sofridos pela vítima e até mesmo a fala de Bola, afirmando para a modelo que ela não iria mais apanhar, mas sim morrer, sendo esse fato de

Eliza ter sido asfixiada e, depois, de Marcos Aparecido dos Santos ter saído com um saco “preto”, no qual afirmava conter pedaços do corpo dela, e entregue aos cães, destacado em praticamente todas as reportagens.

Enumerar características específicas de determinados objetos é algo comum no decorrer das reportagens. Fala-se, por exemplo, do valor da conta paga por Bruno, no motel; do placar do jogo entre Flamengo e Goiás, do qual o goleiro participou, enquanto Eliza estaria mantida em cárcere; aponta-se a intensidade da mordida de um cão rottweiler, explicando ser essa uma raça “feroz”; e ainda são apresentados o formato de sandálias utilizadas pela modelo e a marca de óculos encontrados no carro do atleta.

Assim, percebe-se que essas informações são especificadas com a intenção, novamente, de escandalizar o público, fornecendo também uma maior veracidade aos fatos e contribuindo para comprovar a culpa dos suspeitos, pois, devido à riqueza de detalhes apresentados, as provas poderiam ser consideradas como realmente existentes e ligadas aos acusados. Porém, esses dados não têm um papel informativo na reportagem, sendo utilizados somente para “ilustrar” o conteúdo, tornando-o mais atrativo e demonstrando a intencionalidade de “condenar” os investigados.

O estado emocional de Eliza foi enfatizado nos trechos referentes às cenas do crime, indicando, por exemplo, a fala da jovem: “não aguento mais apanhar”, afirmando ter esta “pedido clemência”, ou seja, destaca-se o sofrimento vivenciado pela ex-amante de Bruno. A mesma intenção de abordar o drama humano se repete em outros momentos, como ao retratar o comportamento e as emoções sentidas pela modelo, afirmando, por exemplo: “sofrimento excruciante”; “terror de pressentir a aproximação da própria morte”; “gritos de socorro”,

Detalhes do primeiro encontro entre Bruno e Eliza são apresentados, sendo a relação entre os dois definida, no título de dois boxes, como: “era uma orgia só” e “sexo, ameaças e traição”. O trabalho dos advogados é caracterizado por meio de palavras de baixo escalão, como “trapalhadas” e “tiro no pé”. Em um momento, especifica-se a fala de Macarrão, proferida “em lágrimas”, detalhando o estado emocional do suspeito.

O fato associado aos cães foi amplamente discutido pela revista, porque, como explicado na segunda reportagem realizada pelo periódico, não se espera que o humano, por ser racional, seja capaz de algo desse tipo. Assim, a temática estimula o voyeurismo do leitor, pois contribui para suscitar nele as emoções primárias, o estimulando a vivenciar, a partir da leitura, sentimentos como a raiva e a agressividade, que também são sensações, muitas vezes, condenadas pelas regras da humanidade.

O jornalismo sensacionalista, pela maneira própria de engendramento discursivo, estrutura, representa e permite o acesso ao mundo da liberdade pela exploração dos temas agressivos, homicidas e aventureiros, que não podendo realizar-se na vida cotidiana, submetida à lei e à censura, tendem a realizar-se, projetivamente, na leitura. Isto é, na realização da construção da representação dessa realidade pelo jornal (PEDROSO, 2001, p.51).

Esse episódio foi representado também por meio dos elementos gráficos. Como explica Alberto Dines (1971), o sensacionalismo pode ser linguístico, com o uso de palavras capazes de gerar sensações; gráfico, enfatizando o aspecto visual, com letras grandes e cores fortes; e temático, explorando os temas que “vendem”. As reportagens sobre o caso Eliza Samudio se encaixam nesses três tipos, pois é uma temática imprevisível e inusitada, podendo ser identificada como um *fait divers*, assuntos diversos, os quais, geralmente, representam uma ruptura com as normas sociais (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995; PEDROSO, 2001), tendo também os elementos linguísticos capazes de gerar sensações, como discutido nos parágrafos anteriores, e recursos gráficos para escandalizar ainda mais o leitor.

Em relação aos infográficos utilizados, por exemplo, percebe-se a preocupação em detalhar, mais uma vez, as cenas do crime, repetindo os dados já anteriormente apresentados no texto, conforme apresentado na imagem abaixo. Assim, há, em um deles, desenhos de Eliza sendo espancada, com uma arma apontada para a sua cabeça, sendo asfixiada e, depois, aparece Bola levando um saco preto em direção a cães com a boca aberta. No outro, aparece cenas de Eliza sangrando e sendo asfixiada.

Detalhes também são apresentados por meio de imagens, como é o caso da tatuagem feita por Macarrão em homenagem a Bruno, foto que aparece em duas matérias. Há também o uso de cores fortes, especialmente vermelho e preto, às quais indicam sangue e morte (TAFURI, 2010). Em duas fotomontagens, por exemplo, Eliza aparece totalmente em preto e branco ou em transparência e coberta por tons de preto, enquanto Bruno é destacado, em colorido. Assim, desde a primeira reportagem, associa-se, logo pelas cores, a ideia de morte à jovem. Em outra matéria aparecem o goleiro e um cão com a boca aberta, ambos olhando para a fotografia da jovem, ao lado, sendo tudo coberto pelo tom de vermelho. Desse modo, é novamente destacada a cena do cachorro, associando, pela cor vermelha, a noção de sangue à relação entre Bruno, o cachorro e Eliza.

Alguns outros aspectos, sem caráter informativo à publicação das suspeitas, são também apresentados graficamente, como as fotos de Eliza com outros jogadores, a imagem do quarto de um flat no qual ela teria se hospedado no Rio de Janeiro e a fotografia do carro

de Bruno. É mostrado, ainda, o jogador Adriano segurando uma arma e uma foto, supostamente encontrada na casa de Bola, na qual aparecem, possivelmente, duas de suas vítimas com os rostos marcados por uma cruz. Há, em outra matéria, imagens dos e-mails trocados entre a modelo e seus amigos, abordando o medo dela em relação ao goleiro.

Em uma das fotomontagens, é exibido um trecho, em tamanho grande, ocupando duas páginas, e dentro de um papel rasgado, onde Bruno afirma não querer assumir a paternidade de Bruno Samudio. Em outra aparece, ao fundo, a carta que teria sido escrito pelo atleta ao amigo, Macarrão.

Busca-se o apelo emocional, também, ao exibir a foto do pai de Eliza beijando o neto e outra na qual aparece a mãe da jovem, com o rosto vermelho, como se estivesse chorando, e segurando Bruninho nos braços, representando o sofrimento dos pais com o desaparecimento da filha.

Conforme explica Charaudeau (2012), a mídia busca emocionar o público, estimulando a paixão pela notícia por meio da afetividade. Desse modo, isso pode ser percebido nas imagens e conteúdo escrito apresentado pela revista *Veja*, pois esta evidencia o sofrimento da vítima e de seus familiares, enfatizando a crueldade com a qual foi tratada e destacando outros elementos sem qualquer relevância informativa, apenas com a função de gerar o medo, a raiva e a compaixão, escandalizando ainda mais os leitores com o modo de realização do ato criminal.

4.3. O espetáculo na construção das reportagens

De acordo com Eugênio Bucci (2000), as notícias são construídas com alguns recursos próprios das narrativas literárias, podendo ser encontrada uma estrutura semelhante a dos textos ficcionais, onde existe a busca de constituir os episódios de modo a atrair a curiosidade e atenção do leitor. Para Mello (2010), isso se intensifica em casos criminais, nos quais são, frequentemente, apontadas causas e consequências dos acontecimentos, construindo o enredo da ação.

Esses foram fatores identificados ao longo das cinco reportagens analisadas, sendo possível perceber uma tentativa, por parte da revista, de constituir os perfis de Eliza e dos demais suspeitos, apontando os possíveis motivos de ocorrência do ato, bem como os fatores decorrentes dele.

Bruno Fernandes, por exemplo, no desenrolar das matérias, foi apresentado como

alguém com origens na favela, sendo capaz de realizar qualquer atitude contra aqueles que buscam prejudicá-lo, algo percebido logo na primeira matéria, ao ser descrita uma possível fala proferida por ele: “Você não me conhece e não sabe do que sou capaz pois eu venho da favela” (Revista Veja, 7 de Jul. de 2010). Esse fator é ressaltado em outros trechos, como ao ser afirmado ter Bruno “saído da pobreza para o estrelato” ou ter vivenciado, juntamente com Macarrão, “uma infância pobre”.

Como apontado no segundo capítulo deste trabalho, em casos de crimes, geralmente, os meios de comunicação buscam estabelecer razões sociais e psicológicas como forma de explicar as motivações do crime, atribuindo-se o ato à psicopatia ou à condição econômica inferior do indivíduo (BERNARDES, 2010; FORTES, 2010).

Esses dois fatores foram percebidos no modo de retratar Bruno Fernandes. Este é apresentado como alguém narcisista, frio, incapaz de demonstrar “qualquer traço de emoção”. Com a finalidade de ressaltar esses aspectos, a semanal aponta a indiferença do goleiro quanto ao sofrimento de Eliza, afirmando ter aquele participado de churrascos nos dias anterior e posterior ao assassinato da jovem. Também se fala sobre a preocupação do atleta quanto à participação na Copa do Mundo, demonstrando ser essa a única lamentação do jogador; ainda é indicado: “como se a tragédia não fosse outra” (14 de Jul. de 2010), ou seja, é enfatizado o fato de Bruno priorizar a carreira, parecendo não ter qualquer interesse e apreensão pelo desaparecimento de Eliza.

A revista também se apoia na opinião de dois especialistas (um filósofo e um psiquiatra) para enfatizar a existência de um transtorno mental do goleiro. O primeiro explica ser uma atitude “monstruosa” destruir o corpo de alguém com quem se teve uma relação afetiva, impedindo os rituais realizados culturalmente para os mortos. Já o segundo afirma “não ter dúvidas” que se trata de um psicopata, com alto nível de maldade, narcisismo, egoísmo e frieza; eliminou Eliza, pois a considerava um obstáculo.

É também constituído, ao longo das reportagens, o mundo do futebol, sendo difundidos os estereótipos daqueles que seguem a profissão de jogador. Assim, essa área é retratada como algo onde traição, orgias e bandidagem são comuns, usando os jogadores Adriano e Vagner Love, ambos do Flamengo, para demonstrar a presença de atos ilícitos nesse meio. Desse modo, Bruno, por ser um atleta, é caracterizado como alguém com fama, dinheiro e sucesso, capaz de trair facilmente, tendo várias amantes.

O que a mídia faz muitas vezes é construir uma “realidade”, vendendo versões sobre os fatos, muitas vezes disformes, criando, consequentemente, os estereótipos como os retromencionados e nos remontando à teorias que diziam quem eram os

criminosos natos, ou pelo menos muito propensos a executar atividades criminosas (BERNARDES, 2010, p. 7).

Desse modo, por ser representado a partir do estereótipo de jogador, psicopata e “menino de origem pobre”, Bruno é percebido como alguém propenso à realização de qualquer ato criminoso.

Como explica Barros Filho (1995), é feito um recorte ao apresentar um episódio; isso pode contribuir para a visualização da notícia apenas a partir de uma perspectiva. Assim, os elementos escolhidos para caracterizar os personagens da trama do desaparecimento ajudam a constituir os perfis destes, provavelmente, apenas de um único modo pelo público, pois somente alguns aspectos de cada um dos envolvidos foram divulgados. Da mesma forma como Bruno foi apresentado com a imagem de psicopata, irresponsável, cruel, atleta de origem pobre e manipulador, Eliza, Bola, Macarrão e outros envolvidos também tiveram seu caráter e comportamento constituído por *Veja*.

Eliza Samudio é descrita como a “jovem sonhadora”, encantada pelo mundo do futebol e com atração pelos jogadores, apaixonada por Bruno Fernandes, mesmo após as ameaças realizadas por este. A revista também utiliza a opinião de um especialista, um psicólogo, para explicar o caráter da jovem, afirmando que esta sofria de “transtorno de personalidade”, com pensamentos obsessivos, buscando, de qualquer forma, reconquistar o objeto de amor perdido, no caso, o goleiro Bruno.

Algumas relações entre os perfis de Eliza e do goleiro são traçadas, como o fato de dois terem vários amantes, ao ponto da jovem também não ter certeza sobre a paternidade do filho, e a questão de ambos terem sido abandonados pelas mães, tendo pais envolvidos em questões criminais; por meio desses dados, a revista busca apontar causas familiares capazes de explicar o comportamento “desequilibrado” dos dois personagens: enquanto a primeira tornou-se uma “maria-chuteira”, com transtorno de personalidade, o segundo era capaz de atos perversos.

Porém, de acordo com a revista, apesar de Eliza ter vários amantes e de desempenhar um comportamento obsessivo em relação a Bruno, ela era vista como “boa”, pois tudo isso poderia ser explicado pelo fato dela ser uma “sonhadora”, “apaixonada” por futebol e pelo goleiro. Já o atleta pode ser identificado como “mau”, como alguém com caráter cruel, capaz de tudo para não ser prejudicado.

Essa divisão entre elementos bons e maus, como apontado nos capítulos anteriores, é motivada pela aproximação da estrutura de telenovelas às notícias.

Trata-se de transformar a ambiguidade em seu oposto – o consenso aparente, imposto, fabricado por técnicas de propaganda [...]. Como fazê-lo? Resposta: restringindo ao máximo o espaço de interlocução, por meio do uso de esquemas e slogans que traduzem a “verdade” em formas simples e tranquilizadoras. Criando, enfim, metáforas que “explicam” segundo receitas maniqueístas e de fácil compreensão: determinada opção econômica (por exemplo, a moratória da dívida externa) é “boa” ou “má” porque se situa no campo “bom” ou “mau” das coisas da política e do mundo. Em outros termos, as narrativas dos fatos do mundo assumem uma estrutura e uma lógica próprias das telenovelas (ARBEX JÚNIOR, 2005, p. 115).

As características de Luiz Henrique Romão, o “Macarrão”, e de Marcos Aparecido dos Santos, o “Bola”, também são apresentada a partir de aspectos negativos, constituindo ambos como “maus”. O primeiro foi retratado como o amigo inseparável de Bruno, o “braço-direito”, o “fiel escudeiro”, também de origem pobre; tinha adoração pelo goleiro, sendo capaz de fazer tudo por ele, e era de total confiança do atleta, recebendo deste, até mesmo, cheques em branco. O fato de Macarrão depor contra o amigo é apontado como “inesperado”.

Já Bola é retratado como o “matador”, como um membro de um grupo de extermínio bárbaro, sendo capaz de assassinar e jogar o corpo das vítimas aos cães com total frieza: “Paira sobre ele a suspeita de ter tirado a vida de dezenas de pessoas ao longo das últimas décadas” (Revista Veja, 24 de abril de 2013). Era também da classe social baixa, sendo considerado um “especialista em matar”, com “atuação clandestina” e marcado pela “indisciplina” durante a atuação na Polícia. O “sangue-frio” de Bola teria sido um dos motivos para a escolha deste como “o matador de Eliza”: “Bruno queria alguém experiente e com sangue frio até para matar uma criança” (Revista Veja, 24 de abril de 2013).

Na análise das reportagens, percebeu-se que o julgamento de Bola, considerado como o último capítulo do caso Eliza Samudio e como a “passagem mais tenebrosa na trama do crime” (Revista Veja, 24 de abril de 2013), foi motivo para uma matéria inteira, de duas páginas, na qual se ressaltava somente o acusado, falando sobre os crimes anteriores e sobre a relação com o desaparecimento da modelo. Desse modo, verifica-se ter sido o episódio realmente tratado como uma trama, por parte da revista, dividida em capítulos e constituída por personagens e momentos de clímax, de maior tensão. Segundo Leclerc e Théolleyre (2007), nos julgamentos, o suspeito torna-se o protagonista, sendo tratado como a verdadeira “vedete” do espetáculo. Esse fator é percebido na semanal, quando esta dedica uma reportagem exclusiva a Bola, tornando este o protagonista daquela cena.

Alguns aspectos foram indicados como sendo as possíveis causas responsáveis por motivar o crime; foram eles: vingança pelo fato da jovem ter se recusado a realizar o aborto; o

ciúme sentido por Macarrão em relação à Eliza, capaz de levá-lo a asfixiá-la; e tentativa de impedir a divulgação de um vídeo comprometedor que estaria com a modelo. Segundo Charaudeau (2012), nas notícias midiáticas, costumam-se apresentar documentos, fotos e depoimento para ajudar na elucidação dos motivos e das intenções do fato. Isso é percebido, na semanal, quando se apresenta, por exemplo, depoimentos e imagens, capazes de fornecer uma dimensão sobre a relação existente entre os envolvidos, e também mensagens de Eliza, indicando ter esta um vídeo contra Bruno.

Desse modo, verifica-se existir nas notícias analisadas uma união entre entretenimento e informação, buscando transmitir o fato de modo instigante ao leitor. Branco (2011) explica ser essa relação entre realidade e ficção responsável também por separar “atores” e “figurantes” na constituição do acontecimento. No Caso Eliza Samudio isso foi identificado em todas as matérias, as quais dedicaram amplo espaço a Bruno, Eliza, Macarrão e Bola, os “protagonistas”, sendo os demais envolvidos, como Jorge Lisboa Rosa, Dayanne Souza, José Lauriano de Assis Filho e os pais de Eliza apenas figurantes, com “pequena participação” no caso e na revista, somente assumindo algumas tarefas específicas e de pouco destaque dentro da trama.

CONCLUSÕES

O trabalho teve como objetivo principal analisar o modo pelo qual o Caso Eliza Samudio foi divulgado na revista semanal *Veja*. Buscou-se identificar a forma como cada envolvido foi retratado, percebendo também se houve uma antecipação sobre os resultados do julgamento, condenando os suspeitos antes de serem concluídas as investigações.

A pesquisa possibilitou uma reflexão sobre o modo de divulgação dos crimes em geral pela Imprensa brasileira, visto que esse é um assunto cada vez mais frequente nos meios de comunicação, sendo utilizado, muitas vezes, com o objetivo de atrair o público e fazendo uso de alguns elementos, como aqueles próprios do sensacionalismo.

O método de análise do conteúdo permitiu identificar categorias capazes de orientar o trabalho, fornecendo uma visão mais abrangente sobre a construção das matérias e sobre a mensagem que aquele veículo de comunicação específico, a revista *Veja*, tentou transmitir sobre o ato criminal. Ao optar por analisar apenas as reportagens, devido ao caráter mais aprofundado destas em relação aos outros formatos de texto jornalístico, nenhum dos conteúdos desse gênero, publicados pela semanal, foi excluído do *corpus* de pesquisa, impedindo a escolha arbitrária do objeto a ser investigado. A análise qualitativa dos textos também favoreceu uma investigação mais detalhada do material.

Por meio desta investigação, percebeu-se a existência de elementos capazes de indicar a culpa do goleiro Bruno e dos demais acusados, desde as primeiras reportagens. Embora estes já fossem considerados suspeitos, passando pelo processo de investigação judicial, os direitos fundamentais de cada um devem se manter preservados, evitando punições antecipadas, principalmente aquelas distantes das regras constitucionais, como ocorreu no Caso Escola Base, no qual a escola foi totalmente depredada pela população.

Assim, identificou-se o desrespeito a algumas questões éticas. No jornalismo, uma questão essencial para tentar se aproximar da objetividade na divulgação dos fatos, é o confronto de vozes e opiniões divergentes, permitindo a visualização equilibrada dos vários lados do episódio para que o próprio público possa assumir uma posição diante do acontecimento.

Segundo Eurípedes Alcântara (2012), diretor de redação da revista *Veja*, todas as matérias do periódico apresentam mais de uma fonte, fornecendo a cada entrevistado o mesmo tratamento respeitoso, não fazendo distinções se ele é um criminoso ou um especialista em economia, por exemplo. Entretanto, esse aspecto não foi percebido durante a

publicação das reportagens sobre o Caso Eliza Samudio. Falas dos acusados foram sim utilizadas, podendo fornecer ao leitor a sensação de que ambos os lados foram devidamente consultados. Porém, houve um desequilíbrio no tratamento das fontes, considerando de forma negativa a versão dos suspeitos.

Em todas as vezes, as falas dos acusados eram expostas de modo a serem, logo em seguida, consideradas como falsas, por conta da apresentação de provas e de depoimentos das fontes oficiais, capazes de negar aquilo apresentado pelos investigados. Essa negação somente não ocorria quando a visão do acusado já tinha algum aspecto depreciativo, como na reportagem onde o goleiro Bruno falou sobre a festa marcada pela irresponsabilidade, na qual conheceu Eliza Samudio. Esse trecho foi, inclusive, utilizado pelo periódico para construir o perfil do atleta e do mundo do futebol de maneira negativa.

Nas partes onde os suspeitos se defendem das acusações existentes contra eles, explicando não terem qualquer participação no crime, o periódico aponta esses depoimentos como estratégias ou como algo já esperado, não considerando a possibilidade de existir a verdade na fala deles.

Apesar de terem sido utilizados verbos declarativos com intenção de neutralidade, a predominância de fontes oficiais e o descrédito conferido a fala dos suspeitos permite perceber uma maior inclinação da revista aos depoimentos da Justiça, capazes de garantir a culpa dos investigados.

O desrespeito à imagem, à honra e à privacidade também foi verificado. Por se tratar de acusados criminais, os meios de comunicação, geralmente, acreditam terem o direito de expor aspectos da vida privada daqueles, explorando a imagem deles e publicando aspectos muito particulares, como o endereço residencial. Porém, essas questões devem ser tratadas também com bastante rigor, respeitando os direitos desses indivíduos, especialmente para evitar retaliações por parte dos populares e para não prejudicar, antecipadamente, a vida de alguém que pode vir a ser considerado inocente.

No Caso Eliza Samudio, na revista *Veja*, desde o início esses elementos privados foram a apresentados. Fotos da residência do goleiro e o endereço de outro acusado, Bola, foram apresentados. Explorou-se também o relacionamento entre os investigados, suspeitando-se até mesmo da existência de uma relação íntima entre eles. Embora as investigações envolvessem o nome de alguém já conhecido, o atleta Bruno Fernandes, este tinha o direito de manter a privacidade preservada visto que a imagem de pessoas famosas somente pode ser explorada quando estas estiverem realizando a atividade pela qual são conhecidas, tendo a possibilidade de manter sua intimidade (OLIVEIRA, VICENTINI, 2008).

A existência do crime foi também confirmada desde as primeiras reportagens publicadas pelo periódico, mesmo não existindo ainda explicações conclusivas sobre o desaparecimento de Eliza Samudio. Cenas do crime foram detalhadas, geralmente acompanhadas por adjetivos capazes de fornecer uma visão mais clara sobre a crueldade de realização do ato.

O “detalhe” foi o principal aspecto do sensacionalismo identificado durante a análise das matérias. Além do passo a passo do crime, mínimos aspectos sobre as provas existentes, sobre os envolvidos e sobre outros elementos do ato criminal foram descritos, aproximando ainda mais o leitor do acontecimento, algo comum nos textos sensacionalistas e nas próprias matérias do gênero “reportagem”.

Houve a exploração do uso das cores pretas e vermelha, referindo-se sempre ao sangue e a morte, destacando ainda a cena na qual, possivelmente, o corpo da jovem teria sido entregue aos cães. No jornalismo marcado pelo sensacionalismo, esses episódios que fogem às regras impostas pela civilização são extensamente divulgados, utilizando-se recursos capazes de tornar o acontecimento ainda mais chocante, como cores fortes e a adjetivação; esses aspectos não contribuem para a função informativa do periódico, tendo a finalidade apenas de tornar o “produto notícia” mais atrativo ao público. Isso foi identificado nas matérias analisadas, onde as cenas consideradas mais cruéis foram apresentadas diversas vezes, aparecendo tanto na forma de texto escrito quanto no formato de desenho; em alguns casos, esses dois estilos estiveram presentes numa mesma reportagem, sendo graficamente até mesmo os momentos em que Eliza Samudio foi espancada e asfixiada.

Aspectos próprios do texto literário ou das telenovelas foram também verificados, constituindo os personagens como vilões ou mocinhos. Percebeu-se a consolidação de estereótipos, por exemplo, para se referir ao goleiro Bruno foram utilizados os estereótipos de pessoa com origem pobre, de jogador de futebol e de psicopata, ajudando na construção do perfil de alguém perverso, capaz de cometer os piores crimes.

Os outros acusados também foram caracterizados pelo perfil cruel. Macarrão era aquele capaz de cometer qualquer crime devido a forte amizade mantida com o atleta do Flamengo. Bola era “o matador”, membro de um grupo de extermínio, com a frieza suficiente para realizar qualquer tipo de assassinato. Já Eliza Samudio, apesar de ser apresentada como alguém com muitos amantes, foi vista primordialmente com a “sonhadora”, apaixonada pelo goleiro.

O episódio foi divulgado como uma trama fictícia, apontando as causas e consequências do ato, mostrando conflitos nas relações interpessoais entre os envolvidos, capazes de constituir os perfis emocionais de cada um deles e também de motivar o crime.

Assim, percebe-se que, antes mesmo da realização do julgamento oficial, o assassinato de Eliza Samudio foi considerado existente pela revista, sendo Bruno, Macarrão, Bola e os outros suspeitos vistos como os responsáveis pelo crime. Não houve diferenciações no modo de tratamento dos acusados, quando se compara as duas reportagens publicadas no início das investigações e as três matérias divulgadas na época dos julgamentos; a maior diferença entre esses dois períodos é o fato dos últimos textos serem constituídos, principalmente, com base nas informações do Inquérito oficial, o qual não era ainda existente na época das primeiras acusações.

Com a realização desta pesquisa, percebe-se a necessidade de um maior cuidado na publicação de textos jornalísticos sobre atos criminais, até porque o jornalismo não tem a função de estabelecer as conclusões para uma investigação criminal, devendo sim divulgar dados referentes aos dois lados do episódio, possibilitando que o público possa assumir seu próprio posicionamento. Além disso, o rigor no tratamento dos direitos individuais é essencialmente necessário para uma atuação profissional pautada na ética, em razão de, a exemplo da Escola Base, quando o desejo de lucro se sobrepõe aos princípios que regem a profissão, a integridade dos sujeitos e a credibilidade dos veículos de comunicação podem ficar severamente comprometidas.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Cláudio. **A Regra do Jogo: o Jornalismo e a Ética do Marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ADORNO, Theodor W. **Indústria Cultural e Sociedade**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALBUQUERQUE, Afonso. **Aconteceu num Carnaval: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno**. Eco-Pós, v.11, n.2. 2008. Disponível em: <<http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/>>. Acesso em 24 de maio de 2014.

ALCÂNTARA, Eurípedes. **Ética jornalística: uma reflexão permanente**. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/etica-jornalistica-uma-reflexao-permanente>>. Acesso em: 24 de maio de 2014.

ALMEIDA, Priscila Coelho de Barros. **Caso Eliza Samudio: uma análise sobre o papel da Imprensa**. 2010. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/subs/santoanastacio/institucional/artigos/caso-eliza-samudio-uma-analise-sobre-o-papel-da>>. Acesso em 25 de mar. de 2014.

ALVERNE, Camila Mont'; MARQUES, Francisco P. J. Almeida. Jornalismo Político e Imagem Pública: Dilma Rousseff nos editoriais do jornal O Estado de S.Paulo. In: **Revista Contracampo**, v. 28, n. 3, ed. dezembro ano 2013. Niterói: Contracampo, 2013.

AMARAL, Márcia Franz. **Sensacionalismo: inoperância explicativa**. Em Questão, v. 9, n. 1, p. 133-146. Porto Alegre, 2003.

AMARAL, Renata Maria do. **A radical Dilma x o preparado Serra: eleições 2010 e a falácia da imparcialidade na revista Veja**. VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. São Luís, 2010. Disponível em: <http://sbpjor.kamotini.kinghost.net/sbpjor/admjor/arquivos/cl_88.pdf>. Acesso em 30 de out. de 2013.

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que Sai Sangue: Um estudo do Sensacionalismo na Imprensa**. São Paulo: Summus, 1995.

ARBEX JÚNIOR, José. **Shornalismo: a notícia como espetáculo**. 4 ed. São Paulo: Casa Amarelo, 2005.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**. Rio de Janeiro; Mauad X, 2007.

BAPTISTA, Íria Catarina Queiróz; ABREU, Karen Cristina Kraemer. **A história das revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial**. 2010. Disponível em: <http://paginas.unisul.br/agcom/revistacientifica/artigos2010/iria_baptista_karen_abreu.pdf>. Acesso em 10 de nov. 2013.

BARROS, Luiz Ferri de. **O sensacionalismo da Imprensa na cobertura de crimes de natureza psicopatológica e suas consequências**. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/518/699>>. Acesso em 20 de maio de 2013.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na Comunicação – da informação ao receptor**. São Paulo: Moderna, 1995.

BENETTI, Márcia. **O jornalismo como acontecimento**. VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. USP, 2009. Disponível em: < http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/marcia_benetti.pdf > Acesso em 22 de abril de 2014

BERNARDES, Marcelo Di Rezende. **A atração fatal existente entre mídia e criminalidade**. Goiás, 2010. Disponível em: < <http://www.pge.go.gov.br/revista/index.php/revistapge/article/download/29/24> >. Acesso em 20 de maio de 2013.

BIANCHI, B.; GOLEMBIEWSKI, C.. **Crime Do Realengo: Uma Análise da Cobertura Jornalística Nas Revistas Época, Istoé e Veja**. Revista Iniciacom, v. 4, n. 2, 2012.

BRANCO, Alberto Manuel Vara. **A ética e a informação: O jornalista como profissional e o jornalista como pessoa**. 2004. Disponível em: < <http://www.ipv.pt/forumedia/6/9.pdf> >. Acesso em 10 de mar. de 2014.

BRITES, Maria José. **Fontes e seus enquadramentos: as notícias sobre delinquência juvenil**. 2010. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/brites-maria-fontes-e-seus-enquadramentos.pdf>>. Acesso em: 02 de abril de 2014.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e Imprensa**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CAMARGO, Hertez Wendel de; FRIGERI, Renata. **Massacre em Realengo: a cobertura imagética da revista Veja em ataque misógino**. Londrina, 2011. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/11515> >. Acesso em: 18 de mar de 2014.

CAPELLE, M; MELO, M. C. ; GONÇALVES, C. A. **Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais**. Organizações Rurais e Agroindustriais, v. 5, n.1. Lavras, 2003.

CAREGNATO, Rita Catalina A.; MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Texto & Contexto Enfermagem, v.15. Santa Catarina, 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000400017 >. Acesso em 20 de jan. de 2013.

CARVALHO, Hebe Macêdo de. **A restrição do tempo verbal na alternância indicativo/subjuntivo**. Interdisciplinar, ano IV, v. 9. 2009. Disponível em: < <http://seer.ufs.br/index.php/Interdisciplinar/article/view/1146/984> > Acesso em 10 de abril de 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CHAUI, Marilena. **Ensaio: Ética e Violência**. Teoria & Debate. 1998. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/conteudo/ensaio-etica-e-violencia>>. Acesso em 01 de mar. de 2014.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS. 2007. Disponível em: < http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros..pdf >. Acesso em: 10 de janeiro de 2014.

CORDENONSSI, Ana Maria; MELO, José Marques de. **Jornalismo interpretativo: os formatos nas revistas Veja e Época**. XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2008/resumos/R9-0320-1.pdf>> Acesso em 19 de nov. de 2013.

CONTO, Janete Maria. **Caso Bruno versus Eliza Samudio: representações sociais da violência contra a mulher**. Disponível em: < http://www.uniritter.edu.br/eventos/linguagem/anais_artigos/A >

RTIGOS/J/Janete%20Maria%20de%20Conto.pdf >. Acesso em 15 de mar. de 2014.

COUTINHO, Iluska. **O conceito de verdade e sua utilização no jornalismo**. Revista do Grupo Comunicacional de São Bernardo. 2004. Disponível em: < <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/2/2d/GT1Texto014.pdf>>. Acesso em 20 de mar de 2014.

DAMASCENO, Marli Ferreira de Carvalho. **A imagem como produtora de sentido: o caso do goleiro Bruno nas capas das Revistas Época e Veja**. Revista Vozes dos Vales da UFVJM: Publicações Acadêmicas, n. 2, ano I. Minas Gerais, 2012.

DEOLINDO, J; LOVISOLO, H. R. **Ética jornalística no Brasil: o ideal, o real e os desvios no percurso**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: < <http://www.unifra.br/professores/maicon/etica+%20desvios%20do%20jornalismo%20no%20brasil.pdf>> Acesso em 10 de fev. de 2014.

DEBORD, GUY. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Estadao.com.br. **Caso Eliza Samudio**. Disponível em: < <http://topicos.estadao.com.br/caso-eliza-samudio>> Acesso em: 15 de out. de 2014.

FERRARI, Rafael. **O princípio da presunção de inocência como garantia processual penal**. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/21862/o-principio-da-presuncao-de-inocencia-como-garantia-processual-penal>>. Acesso em 15 de mar. de 2014.

FINATTO JUNIOR, P. R.. **O Julgamento do Caso Isabella Nardoni no Programa Brasil Urgente**. Porto Alegre, 2011. Disponível: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/37583>>. Acesso em 10 de jan. de 2014.

Folha.com.br. **Julgamento do Goleiro Bruno**. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/especial/2012/julgamentodogoleirobruno/>> Acesso em: 15 de out. de 2014.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito; CORRÊA, Maria Letícia (Orgs.). **200 Anos de Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009.

FORTES, Rafael. **Condenados pela primeira página: problematizando as relações entre jornalismo, ética e verdade**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, v.13, n.1. Brasília, 2010.

G1.globo.com. **Julgamento do Caso Eliza Samudio**. Disponível em: < <http://g1.globo.com/minas-gerais/julgamento-do-caso-eliza-samudio/>>. Acesso em 15 de out. de 2014.

GALVÃO, Lilian Kelly de Sousa; CAMINO, Cleonice Pereira dos Santos. **Julgamento moral sobre pena de morte e redução da maioridade penal**. Psicologia e Sociedade, v.23, n. 2. Florianópolis, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822011000200003&script=sciarttext>>. Acesso em 17 de mar. de 2014.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No Calor da Hora: A Guerra de Canudos nos Jornais, 4a Expedição**. São Paulo. Ática. 1974.

GOMES, W. **Jornalismo Fatos e Interesses: Ensaios de Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2009.

GOMES, Wilson. **Informação, ética e democracia**. 1994. Disponível em: < <http://eticaufc.files.wordpress.com/2012/10/texto-para-leitura-wilson-gomes-1994.pdf>> Acesso em 23 de maio de 2014.

GOMES, José Jairo. Apontamentos sobre a Improbidade Administrativa. In: José Adércio Leite Sampaio et al., **Improbidade Administrativa: 10 anos da Lei 8.429/92**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

KINDERMANN, Conceição Aparecida. **O Estudo dos Gêneros Do Jornal: O Caso da Reportagem**. Curitiba, 2003. Disponível em: <<http://celsul.org.br/Encontros/05/pdf/047.pdf>>. Acesso em 20 de mar. de 2014.

LACERDA, Antônio Corrêa de. **Globalização e Investimento Estrangeiro no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

LECLERC, Henri; THÉOLLEYRE, Jean-Marc. **As Mídias e a Justiça**. Tradução de Carlos Aurélio Mota de Souza. São Paulo: Edusc, 2007.

LEHER, Roberto. **Opção pelo mercado é incompatível com a democracia: a crise no governo Lula da Silva e no PT e as lutas sociais**. Conselho Latino-americano de Ciências Sociais. 2005. Disponível em: < <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110313053127/15surleher.pdf>>. Acesso em 19 de nov. de 2013.

LEMOS, Luana Santos. **A Subjetividade do Discurso do Outro**. Revista Virtual de Letras, v. 2. 2010. Disponível em: <<http://www.revlet.com.br/artigos/56.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2014.

LOPES, Dirceu Fernandes. **Resgate histórico do jornalismo brasileiro – parte 1: Dos primórdios até a Proclamação da República**. Memória da Imprensa, 2008. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriaImprensa>>. Acesso em 8 de nov. de 2013.

LUGÃO, Ana Luísa. **Jornalismo Sensacionalista: O Programa Brasil Urgente em Cena**. Brasília, 2010. Disponível em: < <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/1846/2/20377680.pdf>>. Acesso em: 10 de mar de 2014.

LUSTOSA, Isabel. **O Nascimento Da Imprensa Brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MACHADO, M. N. M. **Entrevista de pesquisa: a interação entrevistador/entrevistado**. Tese. (Doutorado). Belo Horizonte, 1991.

MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**. 5ª ed. São Paulo: Summus, 1988.

MELLO, Carla Gomes de. **Mídia e Crime: Liberdade de Informação Jornalística e Presunção de Inocência**. Revista de Direito Público, v. 5, n. 2, Londrina, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/viewFile/7381/6511>>. Acesso em: 20 de mar. de 2014.

MODÓLO, C. M. **Infográficos: características, conceitos e princípios básicos**. Minas Gerais, 2007. Disponível em: <http://www.ddiprojeto2.xpg.com.br/infograficos_caracteristicas_conceitos_e_principios_basicos.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2014.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. **Palavra, imagem e poder – o surgimento da Imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MORETZSOHN, Sylvia. **“O crime que chocou o Brasil”: mídia, justiça e opinião pública na primeira fase do caso Isabella Nardoni**. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://sbpjour.kamotini>>.

kinghost.net/sbpjor/admjor/arquivos/coordenada5sylviamoretzsohn.pdf>. Acesso em: 10 de mar. de 2014.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Orgs.). Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. **Jornalismo em revista no Brasil: um estudo das construções discursivas em veja e manchete**. São Paulo: Annablume, 2008.

OLIVEIRA, E. A. S. M.; SANTOS, G. S.. **Revista Veja: uma análise do sensacionalismo na cobertura do caso Isabella Nardoni**. Revista Anagrama – Revista Interdisciplinar da Graduação, v. 2, ed. 4. São Paulo, 2009

OLIVEIRA, Erivam M.; VICENTINI, Ari. **Fotojornalismo: Uma viagem entre o analógico e o digital**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

OLIVEIRA, Fábio Camargo Fleury de. **A Imprensa tardia no Brasil – razões e circunstâncias**. Disponível em: < <http://www2.faac.unesp.br/celacom/anais/Trabalhos%20Completo>>. Acesso em 01 de nov. de 2013.

PASQUALINI, Renata. **O Devido Processo Legal e a Liberdade de Imprensa**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2009.

PEDROSO, Rosa Nívea. **A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001.

PENEDO, Cristina. **O Crime nos Media. Impacto e valor simbólico das histórias transgressivas**. Portugal, 2003. Disponível em: < <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/mediajornalismo/article/viewFile/6123/5583>>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

PIANA, Andrea Gama. **A Construção Imagética de um Crime: Análise das Capas de Revistas sobre o Caso Isabella Nardoni**. Londrina, 2010. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/11937>>. Acesso em: 20 de jan. de 2014.

PORTELA, Cristiane. **Revistas Semanais De Informação Geral No Brasil Hoje: Conceituações e Definições**. 2009. Disponível em: < <http://ebookbrowsee.net/regiocom-14-revistas-semanais-de-informa%C3%A7%C3%A3o-geral-no-brasil-cristiane-portela-pdf-d72238093>> Acesso em: 15 de mar. de 2014.

QUEIROZ, Arthur Augusto de Lima. **Glamourização do crime. Repercussão midiática e influência jurídica**. Aphonline.:Trindade,v.1,n.1. 2011. Disponível em: < http://www.aphonsiano.edu.br/revista/artigos/ARTIGO_ARTHUR.pdf>. Acesso em: 17 de mar. de 2014.

RAMOS, Cleonice M. S.. **Éthos da Revista Exame e Labirintos dos Gêneros Constituintes**. São Paulo, 2006. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-31072007-152240/pt-br.php>>. Acesso em 20 de mar. de 2014.

RAMIDOFF, Mario Luiz. **Preservação da Identidade da criança e do adolescente Infrator**. Paraná, 2008. Disponível em: < sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/301007.pdf>. Acesso em 18 de abril de 2014.

RASMUSSEN, B. F.; CIOATO, M. P.; BORTOLOZZO, P. C. **Uma Análise da Cobertura do Episódio de Realengo na Revista Veja sob a Perspectiva da Ética Jornalística**. Curitiba, 2013. Disponível em: < <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/1373>>. Acesso em: 20 de mar. de 2014.

RIBEIRO, Alex. **Caso Escola Base: Os abusos da Imprensa**. São Paulo: Ática, 1995.

RIBEIRO, Maria Rosane. **Glossário de Jornalismo**. 2007. Disponível em: <neteducacao.com.br >. Acesso em 10 de abril de 2014.

RODRIGUES, Tânia. **Funções Lingüísticas dos Verbos Dicendi**. São Paulo, 2010. Disponível em: < <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slp07/12.pdf> >. Acesso em 22 de mar. de 2014.

SANTOS, Maria de Lourdes dos. **Debatendo 40 anos de Rede Globo: história e perspectivas na política, mercado e cultura**. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación. v. 8. n. 6. 2005. Disponível em: < <http://www.eptic.com.br/>>. Acesso em: 15 de nov. de 2013.

SALES, Francisco Armando Fernandes de. **O Inquérito policial passado a limpo**. Maceió, 2005. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/12401-12402-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2014.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de Revista**. 4. ed. São Paulo, Contexto, 2013.

SINGER, André Vitor. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1889 a 1994**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **Mídia e Democracia**. REVISTA USP, n.48. São Paulo: 2001. Disponível em: < <http://www.usp.br/revistausp/48/05-andresinger.pdf>>. Acesso em 02 de mar. de 2014.

SILVA, Antônio Álvares da. **Liberdade de Imprensa**. Minas Gerais, 2009. Disponível em: < http://www.trt3.jus.br/download/artigos/pdf/115_liberdade_Imprensa_I.pdf>. Acesso em 05 de mar. de 2014.

SILVA, Desirée Tavares. **O Tribunal do Júri: Juiz Leigo**. Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva, n. 21. Minas Gerais, 2013.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 287 p, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SUIMA, Sergio Gardenghi. **A voz do dono e o dono da voz: o direito de resposta coletivo nos meios de comunicação**. B. Cient. ESMPU, Brasília, a. I, nº 5, p. 107-120 – out./dez. 2002.

TAFURI, Leandro. **Mídia e Espetáculo: Análise do Discurso em Casos de Crimes**. Paraná, 2010. Disponível em: < http://cac-php.unioeste.br/eventos/iisnel/CD_IISnell/pages/simposios/simposio%2017/MIDIA%20E%20ESPETACULO%20ANALISE%20DO%20DISCURSO%20EM%20CASOS%20DE%20CRIMES.pdf>. Acesso em: 20 de mar. de 2014.

TEIXEIRA, Tattiana. **A presença da infografia no jornalismo brasileiro – proposta de tipologia e classificação como gênero jornalístico a partir de um estudo de caso**. Revista Fronteiras - estudos midiáticos. Rio Grande do Sul, 2007.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VILAS BOAS, Sergio. **O Estilo Magazine: O Texto Em Revista**. São Paulo: Summus, 1996.

VILLALTA, Daniela. **O surgimento da revista Veja no contexto da modernização brasileira**. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador, 2002. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/300ea43da98da19f6977caba6d17d8cd.pdf>>. Acesso em 10 de nov. 2013.

VILLA, Marco Antonio. **Mensalão: o julgamento do maior caso de corrupção da história política brasileira**. São Paulo: Leya, 2012.